



n . 1
jan - mar
2 0 2 4

BOLETIM OPSA



BOLETIM OPISA

ISSN 1809-8827

O Boletim OPISA reúne análises sobre acontecimentos de destaque na conjuntura política da América do Sul e tem periodicidade trimestral. A publicação é composta por editorial e textos dirigidos a leitores que querem ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos. As fontes utilizadas para sua confecção são resumos elaborados pelos pesquisadores do OPISA com base nos jornais de maior circulação em cada um dos países e documentos de autoria de pesquisadores ou agências independentes que complementam as informações divulgadas pela imprensa

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

É permitida a reprodução deste boletim e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Corpo Editorial

Editor Executivo

Guilherme Domingues Fritz

Conselho Editorial

Maria Regina Soares de Lima

Marianna Albuquerque

Diogo Ives de Quadros

Editoria de Redação

Beatriz Bandeira de Mello

Débora Bedim Loures

Diogo Ives de Quadros

Ghaio Nicodemos Barbosa

Guilherme Domingues Fritz

Isabella Pereira

Jefferson Nascimento

Júlia Furtado Reis

Kethlyn Winter

Marianna Albuquerque

Marília Bernades Closs

Stephanie Braun

Thaís Jesinski Batista

Observatório Político Sul-Americano

opsa.com.br



Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rua da Matriz, 82 - Botafogo
Rio de Janeiro – RJ
(21) 2266-8300



Sumário

EDITORIAL

ORDEM REGIONAL EM DISPUTA

DIOGO IVES, MARIA REGINA SOARES DE LIMA E MARIANNA ALBUQUERQUE.....PÁGINA 04

ARTIGOS

ESSEQUIBO: CONJUNTURA RECENTE DA HISTÓRICA DISPUTA ENTRE GUIANA E VENEZUELA

THAIS JESINSKI BATISTA E GUILHERME DOMINGUES FRITZ.....PÁGINA 08

DE CRISE EM CRISE: A BUSCA POR CREDIBILIDADE E ESTABILIDADE DO GOVERNO DE DINA BOLUARTE NO PERU

KETHLYN WINTER E JEFFERSON NASCIMENTO.....PÁGINA 20

A GUERRA NA UCRÂNIA E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO GOVERNO LULA 3.0

BRENDA DE CARVALHO LIMA ROCHA E LARISSA ROSEVICS.....PÁGINA 26

GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

MONITOR DA GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA: JANEIRO DE 2024

PESQUISADORES DO OPSA.....PÁGINA 35

MONITOR DA GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA: FEVEREIRO DE 2024

PESQUISADORES DO OPSA.....PÁGINA 43

MONITOR DA GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA: MARÇO DE 2024

PESQUISADORES DO OPSA.....PÁGINA 54

Editorial

Ordem regional em disputa

Os primeiros meses de 2024 acumularam reveses substantivos ao objetivo do governo Lula 3 de fortalecer a integração política da América do Sul e atenuar as divergências ideológicas que crescem na região há uma década. Em 16 de abril, a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) realizou, de modo virtual, uma reunião extraordinária entre chefes de Estado para discutir a suspensão de relações diplomáticas entre Equador e México. Onze dias antes, a polícia equatoriana havia invadido a embaixada mexicana em Quito para prender um político de oposição ao governo de Daniel Noboa que buscava asilo diplomático, em mais um capítulo da história de hostilidade entre a esquerda ligada ao ex-presidente Rafael Correa e as forças conservadoras que o sucederam no comando do país desde 2017.

A despeito da violação flagrante pelo Equador dos direitos internacionais de pedido de asilo e proteção de embaixadas, a reunião da CELAC foi marcada por um esvaziamento. Apenas dez países estiveram representados pelos seus presidentes, entre os 33 que compõem o fórum: Bolívia, Brasil, Colômbia, Cuba, Guatemala, Guiana, Honduras, México, São Vicente e Granadinas e Venezuela – em sua maioria, inclinados à esquerda do espectro ideológico. Os governos de Belize, Equador, Chile, Panamá e República Dominicana enviaram seus chanceleres. Por sua vez, Argentina, Costa Rica, Uruguai, Paraguai e Peru informaram previamente que não participariam da reunião, por considerarem que o assunto já havia sido tratado em uma sessão do conselho permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 10 de abril¹.

Convém lembrar que a CELAC surgiu em 2010, na esteira da crise financeira global deflagrada pelas atividades especulativas de Wall Street. Sua criação foi um recado de descontentamento latino-americano com a instabilidade regional causada pelos EUA, em face de quem os países buscaram maior autonomia por meio da criação de um fórum político que não conta com a participação da grande potência. Por sua vez, a OEA, sediada em Washington, é historicamente um símbolo da hegemonia estadunidense nas Américas, tendo sido criada em 1948, no contexto da Guerra Fria, e conseguido se manter atuante mesmo após o fim daquele período.

Na reunião da CELAC, o presidente Lula manifestou repúdio ao ato do Equador, cobrou que a região resolva suas diferenças por meio de concertação diplomática, lembrou que a vizinhança “já foi vítima do colonialismo e da ação unilateral de grandes potências” e afirmou que “não devemos esperar que venha de fora o encaminhamento desse conflito”². Cabe frisar que, entre os países que discordaram da visão expressa pelo Brasil e privilegiaram a OEA em detrimento da CELAC como espaço de discussão estão os outros três membros originais do Mercosul (Argentina, Paraguai e Uruguai), bloco comercial criado em 1991 para garantir alguma autonomia de seus membros frente às investidas dos EUA para abrirem seus mercados a bens, serviços e recursos estrangeiros.

Em especial, a Argentina, hoje governada por Javier Milei, deu um passo ainda maior na direção de estreitar relações com os EUA. No dia 5 de abril, Milei anunciou, ao lado da

¹COLETTA, Ricardo Della; HOLANDA, Mariana. CELAC racha em crise entre México e Equador, sofre boicote e agrava desintegração regional. Folha de S. Paulo, 16/04/2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/04/celac-racha-em-crise-mexico-equador-sofre-boicote-e-agrava-desintegracao-regional.shtml>. Acesso em 19/04/2024

²BRASIL. Pronunciamento do presidente Lula durante a Cúpula Virtual da CELAC. Planalto, 16/04/2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/pronunciamento-do-presidente-lula-durante-a-cupula-virtual-da-celac>. Acesso em 19/04/2024.

general Laura Richardson, chefe do Comando Militar Sul dos EUA (US SOUTHCOM), a intenção de construir uma base militar naval em Ushuaia, no extremo sul do país, próximo à Antártida³. Quando efetivada, a medida reforçará a presença de forças militares da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na região, que já estão presentes nas Ilhas Malvinas, ocupadas pelo Reino Unido. O objetivo da nova instalação é balancear a presença da China na Argentina: os dois países mantêm uma base de observação espacial na Patagônia desde 2017, a qual o embaixador dos EUA em Buenos Aires afirmou ser usada para fins de inteligência militar⁴. Posteriormente, em 18 de abril, o governo Milei solicitou à OTAN que a Argentina se torne uma parceria global da organização⁵.

O anúncio da base naval lembra outro episódio de inserção militar dos EUA na América do Sul ocorrido nos últimos anos. Em 2019, o país firmou um acordo de cooperação com o Equador para que militares estadunidenses possam utilizar um aeroporto localizado nas Ilhas Galápagos para fins de segurança marítima e combate ao narcotráfico. O governo de Lenín Moreno, à época, negou que estava criando uma base militar estrangeira, tanto porque isto seria vedado pela Constituição do país, quanto porque não haveria uma presença permanente de militares dos EUA no aeroporto. Entretanto, a justificativa para o acordo envolvia inibir a presença de barcos da China que frequentemente violam o espaço territorial equatoriano para fins de pesca e outras atividades⁶. A relação estreita entre Equador e EUA em matéria de segurança segue até hoje.

Da perspectiva do Brasil, a tentativa de afastar potências extrarregionais da América do Sul – e, por extensão, do seu entorno estratégico – esteve no centro do projeto de integração regional levado a cabo pelos governos Lula e Dilma no passado, especialmente por meio do extinto Conselho de Defesa da UNASUL. O que se vê nestes casos do Equador, em 2019, e da Argentina, em 2024, é uma contestação crescente àquele projeto, à medida que a disputa por hegemonia global dos EUA contra a China passa a se manifestar em territórios sul-americanos, reduzindo um espaço de intermediação entre vizinhos e grandes potências pretendido pelo Brasil no passado.

Além disso, o desprestígio da liderança regional brasileira também se fez notar ultimamente na relação do governo Lula 3 com a Venezuela. Em 25 de março, o governo de Nicolás Maduro vetou, sem respaldo em decisão judicial, o registro de uma candidata de oposição para disputar a eleição presidencial prevista para julho de 2024, suscitando uma nota crítica por parte do Itamaraty, que cobrou respeito ao Acordo de Barbados sobre Diálogo Político na Venezuela, assinado em outubro de 2023 por diversos países, inclusive o Brasil. Antes de emitir a nota, o governo brasileiro tentou conversar por telefone com autoridades venezuelanos, mas não foi atendido⁷.

Posteriormente, em 3 de abril, Maduro promulgou uma lei que cria uma província venezuelana em Essequibo, território reconhecido internacionalmente como sendo da Guiana.

3GODOY, Marcelo. Base naval na Argentina e porta-aviões no Brasil: as novas ações dos EUA contra a China na região. O Estado de S. Paulo, 08/04/2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/marcelo-godoy/base-naval-na-argentina-e-porta-avioes-no-brasil-as-novas-acoes-dos-eua-contra-a-china-na-regiao/>. Acesso em 19/04/2024.

4COTRIM, Amanda. Milei fez auditoria em base espacial da China após pressão dos EUA. UOL, 16/04/2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/amanda-cotrim/2024/04/16/milei-fez-auditoria-em-base-espacial-da-china-apos-pressao-dos-eua.htm>. Acesso em 19/04/2024.

5ASSOCIATED PRESS. Argentina Requests to Join NATO... Time, 18/04/2024. Disponível em: <https://time.com/6968884/argentina-nato-global-partner-request-milei>. Acesso em 19/04/2024.

6PLAZAS, Natalia. Polémica en Ecuador por autorización a militares estadounidenses a utilizar el aeropuerto de las Islas Galápagos. France 24, 21/06/2019. Disponível em: <https://www.france24.com/es/20190621-islas-galapagos-militares-estadounidenses-aeropuerto> Acesso em 19/04/2024

7ABREU, Ricardo. Nota crítica do Brasil à Venezuela reflete incômodo com eleição no país vizinho e telefonema frustrado. G1, 26/03/2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/03/26/nota-critica-do-brasil-a-venezuela-reflete-incomodo-com-eleicao-no-pais-vizinho-e-telefonema-frustrado.ghtml>. Acesso em 19/04/2024.

A ação enfraqueceu o papel que o Brasil vinha desempenhando como mediador da tensão entre os dois vizinhos desde o acordo de diálogo firmado em São Vicente em Granadinas, em dezembro de 2023, seguido por reuniões entre as partes. O imbróglio também reflete disputas extrarregionais. A Venezuela, próxima de China e Rússia, acusa os EUA de terem instalado uma base militar secreta na Guiana, com os objetivos de proteger as atividades petrolíferas que a empresa Exxon Mobil vem executando no mar guianense e preparar uma invasão ao território venezuelano⁸.

Em meio a todos estes eventos que evidenciam o maior perigo que costuma decorrer da fragilidade de uma ordem regional – o uso e o ameaça de uso da força militar entre países –, o Brasil demonstrou debilidade institucional na sua área da defesa, nos últimos meses. No dia 2 de abril, a empresa brasileira Avibras, da indústria aeroespacial, anunciou que está em negociações avançadas para ser comprada por uma concorrente australiana. Se concretizada, a venda irá na contramão da política declarada do governo Lula 3 de fortalecer a indústria de defesa nacional.

Ademais, no final de março, o próprio presidente decidiu vetar eventos do governo federal em alusão aos 60 anos do golpe militar de 1964. A efeméride era importante não apenas para marcar os valores da democracia e dos direitos humanos, contestados gravemente nos últimos anos, como também discutir os desafios internacionais que devem ocupar as Forças Armadas atualmente, no lugar do eterno retorno de militares a interferências na política nacional. Fatores domésticos contribuem, deste modo, com os eventos externos para descredibilizar o status de potência regional do Brasil e dificultar a construção de uma ordem regional mais autônoma em face de grandes potências.

Claro está que os contextos internacional e doméstico mudaram, de modo que o projeto regional do Brasil não pode ser, hoje, o mesmo ao de 2003-2015. Rearticular toda a vizinhança em comitês da UNASUL revela-se cada vez mais improvável. Uma alternativa possível pode ser o fortalecimento de ações sub-regionais de integração: o Mercosul, na bacia do Prata, e a OTCA, na bacia do Amazonas. Em especial, incrementar a presença do Estado na região pan-amazônica, em muito carente da presença do poder público, mostra-se cada vez mais necessário para combater as ameaças crescentes em segurança e defesa. Para tanto, prover incentivos econômicos para os vizinhos se manterem atraídos aos projetos sub-regionais é fundamental.

Dada certa letargia da economia brasileira há uma década, dificultando ações de pay master regional, um incentivo neste sentido pode ser a canalização de investimentos extrarregionais, pelo Brasil, em matéria de sustentabilidade ambiental. Com o papel de destaque do país no G-20 e na COP-30, atualmente, ele se encontra em posição privilegiada para articular, por um lado, o interesse crescente de países do Norte em dispender recursos contra a emergência climática e, por outro, as demandas históricas do Sul por investimentos que auxiliem no combate à pobreza sem estarem vinculados a condicionalidades de ajuste estrutural neoliberal. A compreensão da sustentabilidade como um desafio não apenas ambiental, mas também econômico e social, é advogada tradicionalmente pelo Sul e, hoje, pode encontrar maior ressonância em partes do Norte que vêm se afastando dos preceitos da era da globalização e revalorizando o Estado como indutor de investimentos. Em especial, buscar parceiros na Europa para ações triangulares pode ser estratégico ao Brasil⁹, a fim de reduzir as margens de ação de EUA e China na América do Sul.

⁸FRANCE PRESSE. Maduro afirma que bases militares dos EUA foram instaladas em área disputada com a Guiana. G1, 04/04/2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/04/04/essequibo-maduro-afirma-que-bases-militares-dos-eua-foram-instaladas-em-area-disputada-com-a-guiana.ghtml>. Acesso em 19/04/2024

⁹CHIARETTI, Daniela. Crescimento da extrema direita é 'veneno para o mundo', diz vice-ministro alemão. Valor, 29/04/2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/04/29/crescimento-da-extrema-direita-e-veneno-para-o-mundo-diz-ministro-alemao.ghtml>. Acesso em 29/04/2024.

Diante de um contexto internacional e regional especialmente restritivo para o Brasil, está na hora de se pensar uma nova estratégia para o país que supere a lógica da autonomia da semiperiferia com base na disputa entre Norte, de um lado, e Sul, de outro, e expanda o escopo do conflito, na receita clássica de Schattschneider¹⁰. A vinculação entre pobreza e fome, por um lado, e sustentabilidade ambiental, por outro, parece-nos o caminho adequado para ampliar as margens de manobra brasileira. Por um lado, esta vinculação cria uma cunha entre os países do Norte, especialmente entre EUA e Alemanha, tal como ocorreu no projeto nuclear do governo Geisel, em que o Brasil foi bem sucedido em obter, da Alemanha, tecnologia nuclear pacífica negada pelos EUA. A Alemanha é hoje a segunda maior doadora do Fundo Amazônia gerido pelo Brasil, atrás apenas da Noruega, e aceita situar o combate à pobreza e à fome como núcleo da agenda de sustentabilidade¹¹. A França também é útil neste sentido, como visto no último mês de março, quando os presidentes Lula e Emmanuel Macron anunciaram a criação de um fundo público-privado conjunto de EU\$ 1 bilhão (cerca de R\$ 5,5 bilhões) para investimentos na Amazônia¹².

Por outro lado, apesar da vinculação entre sustentabilidade, fome e pobreza ser amplamente aceita pelos BRICS, ela rende especialmente ao Brasil (dotado de amplo potencial na área ambiental) mais recursos de poder face à China (maior emissora de gases de efeito estufa hoje) de que dispõe atualmente, vide a ampliação, no ano passado, do número de participantes do bloco, decisão que foi pressionada pela China a despeito dos interesses brasileiros. Diversificar o conflito dentro do Norte e do Sul, assim, poderia mudar a configuração da disputa e dar ao Brasil maior poder de barganha nos dois polos de poder, na linha da receita daquele autor clássico da Ciência Política.

Naturalmente, uma mudança deste porte na estratégia tradicional da autonomia do Brasil tem grandes riscos e encontrará certamente enorme resistência das forças progressistas brasileiras. Cabe apontar que, embora ainda seja pertinente, “a lente analítica do conflito Norte-Sul é insuficiente para entender o momento da política externa que se vislumbra”, tanto porque a China tem uma posição complexa de se classificar por este prisma, quanto porque a extrema-direita transnacional está em conflito com forças progressistas tanto no Norte quanto no Sul, de modo que “a posição de um país na divisão internacional do trabalho não é condição suficiente para classificá-lo em um polo do conflito em questão”¹³.

Para pensar os desafios em torno da ordem regional hoje, esta edição do Boletim conta com três artigos sobre países da Pan-Amazônia. O primeiro, escrito por Thaís Jesinski Batista e Guilherme Domingues Fritz, trata da crise entre Venezuela e Guiana em torno da soberania do território de Essequibo. O segundo, por Kethlyn Winter e Jefferson Nascimento, aborda a crise política no Peru durante o atual governo de Dina Boluarte. O terceiro, fruto de uma contribuição especial feita por Brenda de Carvalho Lima Rocha e Larissa Rosevics, examina a política adotada pelo Brasil em relação à guerra na Ucrânia, no governo Lula 3, evento-chave nas transformações da balança de poder global hoje. Por fim, damos sequência ao projeto de pesquisa do OPISA sobre governança da Pan-Amazônia apresentando os monitores de janeiro, fevereiro e março de 2024.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2024

Diogo Ives
Maria Regina Soares de Lima
Marianna Albuquerque
Coordenadores do OPISA

10SCHATTSCHEIDER, Elmer Eric. *The Semisovereign People: a realist's view of democracy in America*. Hinsdale: Dryden Press, [1960] 1975

11CHIARETTI, Daniela. Op. cit.

12MRE. *Visita ao Brasil do Presidente da França – Declarações na área ambiental*. MRE, 26/03/2024. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/visita-ao-brasil-do-presidente-da-franca-2013-declaracoes-na-area-ambiental. Acesso em 30/04/2024.

13MILANI; Carlos; IVES, Diogo. *A política externa brasileira a partir de 2023: a necessidade de uma frente ampla nacional, regional e internacional*. CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs, (5), 127–146, 2023. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/106>. Acesso em 30/04/2024

Essequibo: conjuntura recente da histórica disputa entre Guiana e Venezuela

Thaís Jesinski Batista¹⁴

Guilherme Domingues Fritz¹⁵

Pesquisadores do OPISA

Introdução

No dia 3 de dezembro de 2023 foi realizado, pela Venezuela, um plebiscito para consultar a população acerca da soberania do país sobre o território de Essequibo. O espaço é alvo de uma disputa histórica entre o país e a Guiana, e a ação do governo de Nicolás Maduro reacendeu o conflito. O resultado do plebiscito reafirmou a soberania venezuelana sobre Essequibo, e, como consequência, o governo de Maduro adotou uma série de ações como a divulgação de um novo mapa do país incorporando o território e a promulgação de uma Lei Orgânica para regular o recém-criado estado venezuelano de “Guiana Essequiba”.

A disputa entre Venezuela e Guiana pela região de Essequibo possui raízes no processo de formação territorial dos Estados modernos na América do Sul, ou seja, na definição das fronteiras. A Venezuela é uma ex-colônia espanhola, enquanto a Guiana já foi colônia holandesa e britânica. O processo de independência venezuelano ocorreu no século XIX, junto com a maioria dos países colonizados pelos europeus da península ibérica, já a Guiana tornou-se independente apenas no século XX. A disputa histórica entre os dois países ganha novos contornos com a descoberta, a partir de 2015, de reservas de petróleo na região.

A convocação do plebiscito pelo governo de Maduro se insere, porém, em um outro contexto relevante para explicar a conjuntura recente: a Venezuela passa, atualmente, por um processo de organização de eleições primárias, em que a oposição busca concorrer de forma unificada para aumentar suas chances de vencer Maduro no pleito agendado para 28 de julho de 2024. O presente artigo pretende evidenciar, portanto, algumas dimensões da disputa por Essequibo. Primeiramente, o espaço em si. Em seguida, o histórico do litígio e as repercussões atuais. Finalmente, considerações finais serão feitas acerca do espaço, disputado como território, e suas complexidades evidentes e ocultas.

Essequibo: características do território em disputa

O espaço de Essequibo compreende mais de 70% do território total da Guiana, cerca de 160 mil km². O país é dividido em dez regiões administrativas¹⁶ e o território reivindicado pela Venezuela¹⁷ abarca 6 dessas: Barima-Waini (1), Pomeroon-Supenaam (2), Essequibo-Oeste Demerara (3), Cuyuni-Mazaruni (7), Potaro-Siparuni (8), Alto Takutu-Alto Essequibo (9).

Essequibo está inserido no espaço topológico chamado de Planalto das Guianas, que abarca a parte norte da Amazônia. Possui cerca de 1.787.100 km² e abrange a totalidade territorial da Guiana, Suriname, Guiana Francesa e partes dos estados brasileiros do Pará, Amazonas, Amapá e Roraima. 85% do território de Essequibo é composto por floresta

¹⁴Mestra em Ciência Política no IESP-UERJ.

¹⁵Graduando em Defesa e Gestão Estratégica Internacional - UFRJ

¹⁶Barima-Waini (1), Pomeroon-Supenaam (2), Essequibo Islands-West Demerara (3), Demerara- Mahaica (4), Mahaica-Berbice (5), East Berbice – Corentyne (6), Cuyuni-Mazaruni (7), Potaro-Siparuni (8), Upper Takutu-Upper Essequibo (9), Upper Demerara-Upper Berbice (10). Disponível em: <https://factpage.gjsc.gov.gy/admin-regions-detailed/>; <https://mlgrd.gov.gy/regional-development/>.

¹⁷Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/12/08/novo-mapa-pedido-de-ajuda-a-onu-exercicio-militar-com-os-eua-em-que-pe-esta-a-disputa-entre-venezuela-e-guiana-por-essequibo.ghtml>.

tropical que conta com terras altas, planícies costeiras, savanas e uma abundância de água¹⁸. O Rio Essequibo, o maior entre os rios Amazonas e Orinoco, é o principal canal fluvial da região e, junto com seus tributários, corta todo o espaço, nascendo nas montanhas Acaraí e desembocando no Atlântico. Alonga-se por cerca de 1.010 km²; um dos portões do continente. Também é importante considerar a relevância do Rio Cuyuni, cujas nascentes estão localizadas no estado de Bolívar, na Venezuela, e funciona como uma possível via de ligação entre Venezuela e Guiana, assim como uma saída para o Oceano Atlântico (MEJIAS; MEJIAS M.; MORALES; TAMAYO, 1992).

Território de Essequibo



Fonte: UOL, 2024¹⁹

A população total da Guiana é de aproximadamente 808.726 habitantes²⁰, porém o espaço de Essequibo é ocupado por cerca de 125 mil pessoas²¹. A distribuição desigual possui justificativa no tipo de bioma que constitui Essequibo, predominantemente uma área de florestas. Além disso, a principal atividade econômica da Guiana no período colonial era a produção de açúcar, que tinha no espaço próximo à costa do Atlântico um terreno mais fértil para esse tipo de atividade. Essa tendência influenciou na forma de ocupação territorial da Guiana²². Apesar da baixa densidade ocupacional, Essequibo possui uma grande diversidade cultural, pois é lar de vários povos indígenas, por exemplo: Wai Wais, Macushis, Patomonas, Arawaks, Caribs, Wapishana, Arecunas, Akawaios e Warraus²³.

O tipo de exploração econômica na região está sujeita aos meios disponíveis para tal. As características climáticas — clima tropical úmido — e as irregularidades do solo - com alta fertilidade e vegetação extensa e intensa - dificultam a instalação de meios de extração e produção. A dificuldade em criar uma infraestrutura integrativa tem como um dos efeitos a baixa demografia do espaço, sendo o principal meio de transporte para pessoas e insumos a rede fluvial. Ao longo do espaço existem estradas e ferrovias que conformam a integração territorial, mas são escassas²⁴. Essa característica justifica, em parte, a dificuldade de ocupação populacional do território e, junto com isso, a dificuldade do Estado guianês de praticar uma soberania de fato no território. O espaço possui, portanto, peculiaridades que dificultam o exercício do poder territorial, seja pela Guiana, seja pela Venezuela.

18Disponível em: <https://maps-guyana.com/map-of-guyana-showing-the-four-natural-regions>.

19Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2024/04/04/o-que-diz-a-lei-maduro-essequibo.htm>

20Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?locations=GY>.

21Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/essequibo-entenda-a-historia-da-disputa-entre-reino-unido-guiana-e-venezuela/>.

22Disponível em: <https://countrystudies.us/guyana/25.htm>

23Disponível em: <https://moaa.gov.gy/amerindian-nations/> ; Áreas indígenas: <https://www.arcgis.com/apps/View/index.html?appid=08326229a4b14e30ba0777ed6c26346e> ; Localização de vilarejos indígenas: <https://maps-guyana.com/guyana-road-map>.

24Disponível em: <https://maps-guyana.com/picture-of-guyana-map>

Apesar da baixa ocupação populacional, Essequibo conta com atividades econômicas. O território possui uma diversidade mineral²⁵ significativa, e os principais tipos de minérios extraídos são o ouro, o diamante, a bauxita e o manganês (WINTER, 2023). A exportação de ouro, até 2020, conformava grande parte do total de exportações. Em 2019, por exemplo, configurou cerca de 52.6% do total de exportações da Guiana. A bauxita, que serve de matéria prima para a fabricação de alumínio²⁶, conformou 9.08% da pauta exportadora em 2019²⁷. Com as descobertas de reservas de petróleo em 2015, a exportação de óleo cru passou a predominar e, no ano de 2022, foi responsável por 85.9% do total de exportações²⁸.

Além da mineração, o espaço de Essequibo também guarda atividades agrícolas, contudo, o território não é o principal espaço de produção agrícola voltado para o mercado. O arroz²⁹ e o açúcar³⁰, historicamente os principais cultivos, são predominantes na costa atlântica. O atual governo da Guiana tem como uma de suas principais pautas o combate à insegurança alimentar, planejando diminuir em 25%, até 2025, as importações feitas pelo país nesse setor. Segundo o *Grow with Guyana: agriculture investment prospectus* (2022)³¹, “cerca de 8.4% do território da Guiana é utilizado para atividades agrícolas, mas a intenção do governo é aumentar esse percentual para 60% no médio prazo” (GUYANA, 2022, p.6, tradução nossa). Levando em consideração que Essequibo corresponde a 70% do território, é razoável considerar que o espaço é uma peça chave para as ambições do governo do presidente Irfaan Ali. Os agricultores da região 2, Pomeroon-Supenaam, que fica ao norte de Essequibo, já vêm recebendo incentivos por parte do governo³². Vale ressaltar que a maioria da população indígena da Guiana vive em Essequibo e utiliza parte do território para agricultura de subsistência, coleta, caça e comércio, o que também configura uma atividade econômica³³.

Desde 2008 a empresa estadunidense Exxon Mobil Corporation realiza pesquisas e empreitadas para a viabilização da extração de petróleo na Guiana. Em maio de 2015, a empresa anunciou a primeira descoberta significativa em offshore³⁴. A descoberta foi feita no Bloco Stabroek, no campo de exploração denominado Liza-1³⁵. A empresa passou a anunciar uma série de descobertas ano a ano, o que atraiu atenção de outras empresas do ramo e fez da Guiana um mercado promissor³⁶. O país vem aproveitando a oportunidade e vem utilizando o petróleo como plataforma de impulsão para o desenvolvimento econômico³⁷, o que não exclui as contradições incorporadas no tipo de atividade econômica com pouca complexidade e primário exportadora (WINTER, 2023), mas certamente proporciona a oportunidade de um manejo eficiente dos recursos acumulados. O Bloco Stabroek³⁸ possui uma parte localizada na costa Essequibo e em fevereiro de 2024 anunciou que iniciaria a

25Disponível em: <https://www.ggmc.gov.gy/sites/default/files/services/files/2-MINERAL%20OCCURRENCE%20MAP%20OF%20GUYANA.PDF>

26Disponível em: <https://revistaaluminio.com.br/especial-mineracao-de-bauxita-como-e-feita-a-extracao-e-qual-a-importancia-da-atividade-para-o-brasil/>.

27Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/guy?yearSelector1=2019>

28Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/guy?yearSelector1=2022>

29Disponível em: <https://ipad.fas.usda.gov/countrysummary/Default.aspx?id=GY&crop=Rice>

30Disponível em: <https://guysuco.gy/our-estates>

31Disponível em: https://agriculture.gov.gy/wp-content/uploads/2022/05/Agri_Prospectus_MAY3_Final.pdf.

32Disponível em: <https://agriculture.gov.gy/2022/05/25/over-3b-for-major-agriculture-projects-in-region-two-min-mustapha/>

33Disponível em: <https://minorityrights.org/communities/indigenous-peoples-3/>

34Trata-se da exploração de óleo e gás em alto mar.

35Disponível em: <https://corporate.exxonmobil.com/locations/guyana/guyana-project-overview#Discoveriesin-theStabroekBlock>.

36Disponível em: <https://petroleum.gov.gy/operators>.

37Disponível em: <https://petroleum.gov.gy/home-page>.

38Disponível em : <https://petroleum.gov.gy/article/exxon-strikes-oil-uaru-2-well> ; <https://petroleum.gov.gy/article/high-quality-reservoirs-found-yellowtail-2-hess>.

perfuração de poços na região³⁹.

Relevante mencionar que a Exxon Mobil Corporation atuava em território venezuelano e já tinha demonstrado, em 1999, que não tinha interesse em atuar na região de Essequibo para evitar conflitos com o governo. Contudo, em 2008, a Venezuela cancelou os contratos de exploração de petróleo com empresas estrangeiras, o que fez a Exxon mudar sua posição, atuando na atividade com contratos feitos com o governo guianês (GIACALONE, 2017). As descobertas recentes de reservas neste território são um fator explicativo relevante dos últimos acontecimentos na região. Antes de abordá-los, no entanto, se faz necessário uma contextualização histórica da disputa.

Breve história do litígio: da colonização à independência

A Venezuela iniciou seu processo de independência com a “Revolução de Caracas”, em 1810, desafiando o poder francês que havia usurpado o trono espanhol e deposto Fernando VII. No ano seguinte, em 5 de julho de 1811, a Junta Suprema foi deposta em favor da formação do Congresso Geral da Venezuela, que decidiu por declarar sua independência frente à Espanha, formando a Primeira República da Venezuela, dando início a um processo bélico contra a metrópole (PARRA-PEREZ, 1992). Sob a liderança de Simón Bolívar, em 1819, foi forjada a Grã-Colômbia, que pretendia ser um Estado uno no continente. O projeto bolivariano teve vida curta, os interesses difusos das elites locais acabaram por isolar Bolívar politicamente e resultaram na fragmentação da Grã-Colômbia. Em 1830, ano da morte de Simón Bolívar, a Venezuela emergia como Estado autônomo e independente (PRADO; PELLEGRINO, 2014).

Por outro lado, a Guiana só conseguiria sua independência em 1966 (CHRISTOPHER, 2002) em um contexto de Guerra Fria em que tanto seus colonizadores — Grã-Bretanha —, como os Estados Unidos, participaram ativamente de todo o processo, intervindo sobre qualquer suspeita acerca de tendências consideradas comunistas (PALMER, 2010). Assim como os demais países da América do Sul, também teve um desenvolvimento econômico de baixa complexidade, fundado sob mão de obra escravizada e voltada para a monocultura, principalmente a exportação de açúcar (RODNEY, 1981). A ocupação colonial do território guianense foi feita primeiramente por holandeses e depois por ingleses, especificamente após o Tratado de Londres de 1814. A região da Guiana, quando sob o controle holandês, era dividida em três grandes zonas: Berbice, Demerara e Essequibo. Em 1831, a Grã-Bretanha denominou o espaço como Guiana Britânica (NETO, 2012).

Os primeiros mapas da Venezuela independente⁴⁰ incluem a região de Essequibo como parte do território, especificamente até a margem ocidental do Rio Essequibo. Contudo, com a fragmentação da Grã-Colômbia e a presença inglesa no continente, a grande potência do período (ARRIGHI, 2012), formou-se um cenário desfavorável para os venezuelanos, pois não possuíam capacidades equivalentes às inglesas e ainda estavam em meio ao processo de formação de seu próprio Estado-nação.

Em 1834, a Grã-Bretanha contratou os serviços do explorador e naturalista prussiano Robert Hermann Schomburgk, que foi responsável pelo desenho do mapa do território, estabelecendo a marcação que ficou conhecida como Linha Schomburgk. A primeira marcação avançou cerca de 4.290 km² em território venezuelano. Em 1839, uma outra linha foi traçada, subtraindo mais 141.930 km². Essa segunda marcação foi chamada de “Norte-Sul” e abocanhou a nascente do Rio Essequibo e a foz do Rio Amacuro⁴¹ (MONTROYA, 2013).

39Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/petrolifera-norte-americana-anuncia-perfuracao-de-pocos-em-essequibo/>.

40Disponível em: https://igvsb.gob.ve/servicio_api_mapoteca ; Codazzi, Agustin: America Historica, Fisica y Politica Actual (1840) - https://igvsb.gob.ve/mapas_historicos/mapa1840-3.jpg ; Codazzi, Agustin: Mapa Politico de La Republica Venezuela Antes en 1840 (1840) - https://igvsb.gob.ve/mapas_historicos/mapa1840-2.jpg.

41Disponível em: https://igvsb.gob.ve/servicio_api_mapoteca ; Schomburgk, K.R.E./Chalmers, Cathcart/Sawkins,

Schomburgk também atribuiu importância em acessar a “boca” do Rio Orinoco, espaço com importância geopolítica que seria uma espécie de entrada para a América do Sul. Em 1840, a Grã-Bretanha adota a demarcação feita pelo naturalista. Desde então, a Inglaterra promoveu uma sistemática ocupação territorial para garantir o espaço invadido. Desde 1841 a Venezuela protesta pelas alterações feitas de forma unilateral pelos ingleses. Em 1844 a Venezuela iniciou uma série de requisições diplomáticas para que o governo britânico reconhecesse a fronteira oriental venezuelana na margem do Rio Essequibo, baseando-se em documentos que estabeleciam tal demarcação como parte da província de Guiana. Os esforços foram infrutíferos e o avanço britânico continuou (MONTROYA, 2013).

No ano de 1887, Venezuela e Grã-Bretanha cortaram relações diplomáticas, de tal forma que os Estados Unidos passaram a atuar como mediadores das relações. Em 1897, uma Arbitragem foi realizada a partir da instituição de um Tribunal Internacional, composto por Inglaterra, Rússia e Estados Unidos (INCE, 1970). A ausência da Venezuela se justifica pela representação estadunidense e, ao mesmo tempo, também expõe assimetrias relevantes entre os países. Em 1899, foi estabelecido o Laudo Arbitral de Paris, que decidiu pela vitória inglesa. No mesmo ano, a Venezuela passou por turbulências políticas internas — Revolução Liberal Restauradora —, de tal forma que o presidente Cipriano Castro suspendeu o pagamento da dívida externa venezuelana. Como retaliação, ingleses e alemães bloquearam os portos venezuelanos em um claro gesto de imposição bélica (DA SILVA P., 2013). Esse episódio é importante pois evidencia que o imperialismo europeu deixou marcas profundas na história da Venezuela.

O advogado Mallet-Prevost, que participou das investigações e acompanhou o processo de Arbitragem, deixou um documento que relata detalhes acerca do Laudo Arbitral, mas com a condição de que só pudesse ser divulgado após sua morte. O escrito foi publicado em 1949 na *The American Journal of International Law*. Esse novo elemento aguçou o início de mais um episódio da disputa por Essequibo. O conteúdo deixava indícios de imparcialidade por parte dos juízes e também sugeria uma espécie de conluio entre Inglaterra e Rússia (SCHOENRICH, 1949), despertando grande indignação por parte da Venezuela e convertendo-se em novas contestações acerca do resultado de 1899.

Em 1962, para evitar um incidente diplomático entre Venezuela e Grã-Bretanha, a questão foi levada à Organização das Nações Unidas (ONU). A Venezuela se apegava ao argumento de que a Arbitragem deveria ser invalidada por ter sido conduzida por motivações políticas, ao invés das bases legais do Direito Internacional. Enquanto a Grã-Bretanha e, a partir de 1966, a Guiana independente, tinham o princípio da *pacta sunt servanda*⁴² como argumento principal (INCE, 1970).

Em 1966, no dia 17 de março, foi firmado o Acordo de Genebra entre Venezuela e Grã-Bretanha, anulando o Laudo de 1899 e reconhecendo as demandas venezuelanas sobre o território, que passaria a incorporar o Rio Essequibo, desde a nascente até a desembocadura no Atlântico. Contudo, em maio do mesmo ano, a Guiana tornou-se independente e não abriria mão de Essequibo. A Constituição de 1980, reformada em 1996 e 2003, inclusive reafirmou a soberania sobre Essequibo (MONTROYA, 2013). A partir da independência da Guiana, uma série de acusações acerca de trânsitos militares teve início (NUNES, 2008). Em setembro de 1966, a Venezuela ocupou a metade guianesa da ilha de Ankoko, território dividido entre os países em decorrência da arbitragem de 1899. A ação gerou reclamações por parte da Guiana, pois as forças armadas da Venezuela estariam montando bases aéreas no local (INCE, 1970). A solução foi o firmamento do Protocolo de Puerto España, que

James Gay/Brown, Charles B. : Facsimile: Part Of The Great Colonial Map By Schomburgk (1887) - https://igvsb.gob.ve/mapas_historicos/mapa1875-1.jpg ; Mapas com a linha do tempo das Linhas de Schomburgk: <https://twitter.com/EmbaVEPortugal/status/1724478291245961484> ; <https://www.descifrandolaguerra.es/disputa-por-el-essequibo-i-raices-historicas-del-reclamo-entre-venezuela-y-guyana/> ; https://www.reddit.com/r/Map_Porn/comments/w362o8/boundary_dispute_between_venezuela_and_guyana/.

⁴²Obrigaç o em cumprir o acordado - Ver (WEHBERG, 1969).

paralisou a disputa por 12 anos (NUNES, 2008). O Protocolo trouxe a aplicação do artigo 33 da Carta da ONU⁴³, que versa sobre a resolução pacífica dos conflitos (MONTROYA, 2013).

Em abril de 1982 ocorreu a Guerra das Malvinas, em que a Venezuela apoiava a Argentina e a Guiana, a Grã-Bretanha. Nesse período a possibilidade de um conflito real entre os países parecia mais concreta. Contudo, a despeito desse episódio, a década de 1980 foi marcada por uma aproximação amistosa entre os países. O Protocolo de Puerto España não foi renovado e ambos os países propuseram meios distintos para a resolução. Enquanto Venezuela queria uma negociação direta, a Guiana buscava uma mediação pelos órgãos multilaterais, e, por fim, a situação ficou a cargo do Secretário Geral da ONU (MONTROYA, 2013). A Venezuela propôs uma redução da área em reivindicação caso houvesse uma reciprocidade por parte da Guiana. Em 1990, a Venezuela suspendeu o veto contra a entrada da Guiana na Organização dos Estados Americanos (OEA), e os países passaram a cooperar em questões energéticas e militares. Os atritos entre os vizinhos, nesse período, resumiram-se a reclamações e oposições contra o direito de explorar economicamente o território de forma unilateral (NETO, 2012).

Na primeira década do século XXI, Guiana e Venezuela chegaram a esboçar a construção de uma estrada que ligaria Caracas a Georgetown. Em 2004, o então presidente Hugo Chávez declarou que a Venezuela não seria contrária a projetos que beneficiassem a região e sua população, acrescentando que jamais entraria em guerra com o vizinho. A dívida externa que a Guiana possuía com Caracas também foi perdoada. Em 2007, no entanto, um incidente estremeceu as relações entre os vizinhos. Na ocasião, militares venezuelanos bombardearam equipamentos que seriam utilizados para o garimpo de ouro. O ataque foi realizado no rio Cuyuni, e a Venezuela justificou-se alegando que o garimpo estava sendo realizado em território venezuelano. A Guiana não atrelou o acontecimento às disputas pelo território de Essequibo (NETO, 2012).

Em 2011, a Chanceler da Guiana, Carolyn Rodrigues-Birkett, apresentou às Nações Unidas uma solicitação para estender a plataforma continental para aproximadamente 563 km, o que acabaria incluindo a região reclamada pela Venezuela⁴⁴. Além disso, um comunicado oficial da Guiana informou que entre 2008 e 2010 o país havia consultado os países limítrofes: Barbados, Trinidad Tobago e Suriname. O que chama mais atenção é a exclusão da Venezuela (GARAVINI DI TURNO, 2015). Um ano depois, a Venezuela fez reclamações oficiais perante a ONU. Ainda em 2011, o Secretário Geral da ONU, Ban-Ki-moon, incumbiu o professor jamaicano, Norman Girvan, como personalidade mediadora do conflito (MONTROYA, 2013). No mesmo ano, a Ministra Rodrigues-Birkett, e o Ministro do Poder Popular para as Relações Internacionais da República Bolivariana da Venezuela, Nicolás Maduro, reuniram-se em Puerto España e fizeram uma declaração conjunta reconhecendo que o litígio necessitava de negociações. As repercussões da solicitação da Guiana quanto à expansão de sua fronteira marítima motivaram essa reunião (GARAVINI DI TURNO, 2015). No mesmo período, Hugo Chávez declarou que o litígio seria resolvido por meio do Direito Internacional (MONTROYA, 2013).

No entanto, em 2013, a Guiana publicou mapas que mostravam a concessão de áreas para a exploração de petróleo para empresas estrangeiras. Em maio de 2015, David Granger foi eleito presidente na Guiana, mesmo mês que a Exxon anunciou a primeira descoberta de petróleo. Em julho de 2015, Granger fez sua primeira visita oficial aos Estados Unidos, acompanhado pelo chefe das Forças Armadas da Guiana, Mark Phillips. A intenção do presidente era pedir a colaboração de Washington para uma resolução da disputa por Essequibo, e a visita foi feita em meio a Conferência sobre Defesa e Segurança Hemisférica⁴⁵. Em setembro, Granger acusou a Venezuela de enviar “destacamentos

43Disponível em: <https://iusgentium.ufsc.br/wp-content/uploads/2016/08/CARTA-DA-ONU.pdf>

44Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ansa/2011/09/27/chavez-demonstra-cuidado-com-demanda-da-guiana-por-plataforma-maritima.htm>

45Disponível em: <https://sputniknewsbr.com.br/20150723/1653499.html>

militares extraordinários” para a fronteira⁴⁶ e, como resposta, a Guiana também enviou tropas para a fronteira. No mesmo mês, uma tentativa de mediação foi realizada pelo secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, em paralelo à 70ª Assembleia-Geral das Nações Unidas⁴⁷, porém nenhuma solução definitiva foi adotada.

Ainda em 2015, o governo da Venezuela publicou o decreto 1787, que redefine fronteiras marítimas e autoriza a realização de atividades militares na região. Nicolás Maduro já era o presidente nesse período e a oposição, apesar de estar em consonância com as reclamações por Essequibo, considerou que as medidas do presidente serviam para retirar a atenção de outros problemas. A presença da Exxon foi considerada como ameaça imperialista, visto os atritos entre a Venezuela e os Estados Unidos, de tal forma que o litígio entre Guiana e Venezuela ganharia novos capítulos (GIACALONE, 2017).

As descobertas impulsionaram mudanças substantivas na política externa da Guiana, assim como nas dinâmicas internas. A relação entre a empresa e o governo é vista com desconfiança desde os primeiros contratos assinados em 2016 (NICODEMOS, 2020). Vale mencionar que a questão dos contratos ainda gera repercussões, já que a divisão dos lucros entre a empresa e o Estado é assimétrica, sendo 75% para a Exxon e 25% para a Guiana, sem contar os subsídios que diminuem os custos da empresa e reduzem os ganhos do Estado⁴⁸. O pano de fundo da questão parece ser um dilema da “globalização”, a força das transnacionais frente aos Estados Nacionais. Especificamente, uma empresa formada no capitalismo central estadunidense e um Estado periférico com um longo histórico de ocupação e intervenções estrangeiras.

A conjuntura recente: convocação do plebiscito e suas consequências

Para entender a ascensão de Javier Milei, além de analisar questões domésticas, precisPara compreender os recentes acontecimentos na disputa entre Guiana e Venezuela pela região de Essequibo, é necessário um breve panorama da política doméstica venezuelana. A conjuntura do século XXI desse país é caracterizada por sucessivas crises (BATISTA, 2022). Um marco importante é a morte de Hugo Chávez em 2013 e a eleição de Nicolás Maduro como seu sucessor. Desde então, o governo e a oposição vem disputando o futuro político do país, num processo marcado por uma erosão do sistema democrático. Durante esse período, a oposição passou a adotar estratégias diversas para remover Maduro da presidência. Nos primeiros anos de governo, grupos opositores participaram das eleições organizadas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), denunciando, no entanto, problemas de transparência e livre concorrência de candidatos.

A partir de 2015, boa parte da oposição mudou sua estratégia, optando por boicotar pleitos organizados pelo governo de Maduro e denunciando, internacionalmente, violações ao direito de concorrer livremente a cargos públicos. Essa estratégia coincide com o governo de Donald Trump nos Estados Unidos, que apoiou o então principal expoente da oposição - Juan Guaidó - e endureceu as sanções impostas ao país. Com o fim do governo Trump, no entanto, a oposição passa por um processo de fragmentação, e setores relevantes voltam a dialogar com o governo em busca de uma solução negociada para a crise na Venezuela.

Com a previsão da realização de eleições presidenciais na Venezuela em 2024, grande parte da oposição, reunida na Plataforma Unitária Democrática, optou por organizar um processo de eleições primárias, para escolher um único candidato que enfrentaria Maduro no pleito presidencial. As eleições primárias foram realizadas em 22 de outubro de 2023 e foram marcadas por ações do governo Maduro que colocaram em cheque a iniciativa,

46Disponível em: <https://sputniknewsbr.com.br/20150922/2202163.html>

47Disponível em: <https://sputniknewsbr.com.br/20150929/2265168.html>

48Disponível em: <https://www.kaieteurnewsonline.com/2024/04/17/guyanese-gain-us1-5b-in-contracts-from-exxonmobil-in-9-years/>



como, por exemplo, renúncias na direção do Conselho Nacional Eleitoral, que até então acompanharia o processo⁴⁹.

Além disso, boa parte dos candidatos, que concorreram às primárias da oposição estavam, segundo o sistema de justiça venezuelano, inabilitados para concorrer a cargos públicos. Era o caso de Henrique Capriles, do Primero Justicia, que concorreu contra Maduro nas eleições presidenciais de 2012 e 2013, e era o principal representante da oposição tradicional. A candidata favorita no pleito era, no entanto, uma representante da oposição mais radical ao governo: Maria Corina Machado, do Vente Venezuela. Corina Machado já defendeu abertamente a intervenção estrangeira na Venezuela, e seu discurso agradou a maioria dos votantes das primárias.

Corina Machado, no entanto, foi considerada inapta a concorrer a cargos públicos por uma decisão da Controladoria de Justiça de 30 de junho de 2023, sob a acusação de irregularidades administrativas, durante seu mandato como deputada entre 2011 e 2024⁵⁰. Mesmo assim, a candidata foi a ganhadora das primárias, recebendo mais de 90% dos votos⁵¹. Em seus discursos, Corina Machado afirmava não reconhecer a decisão do STJ e defendia sua candidatura nas eleições presidenciais de 2024. A data para as eleições foi divulgada em 5 de março de 2023, e serão realizadas em 28 de julho.

Foi nesse contexto que o plebiscito sobre a região de Essequibo foi convocado pelo governo de Nicolás Maduro, dois dias antes da realização das primárias da oposição⁵². Os recursos de Essequibo, principalmente o petróleo, são um fator explicativo da disputa, mas a última, no cenário recente, está localizada também nessa disputa doméstica que Maduro enfrenta em seu próprio país. Importante ressaltar que a questão de Essequibo é um consenso entre os venezuelanos, e governo e oposição coincidem na defesa da soberania venezuelana sobre esse território. Assim, ainda que tenha havido críticas à convocação do plebiscito, governo e oposição convergem em seu conteúdo. De qualquer forma, é fato que a data de convocação desviou a atenção da mídia nacional e internacional sobre o processo eleitoral venezuelano, e isso foi denunciado pela oposição como uma ação estratégica de Maduro.

O governo da Guiana reagiu solicitando, no dia 31 de outubro, que a Corte Internacional de Justiça (CIJ) suspendesse o referendo convocado pelo governo venezuelano. Em audiência no dia 14 de novembro, o governo da Guiana afirmou que o referendo é uma “ameaça existencial” ao país, já que Essequibo corresponde a 75% do território guianense⁵³. No dia 1º de dezembro, dois dias antes do referendo, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) determinou que a Venezuela não tente modificar as fronteiras atuais. Contudo, isso não significa que o referendo seja ilegal - na verdade, é um exercício da soberania venezuelana. Nicolás Maduro afirmou que a Corte Internacional de Justiça não possui legitimidade para tratar o assunto⁵⁴, e o referendo foi, enfim, realizado no dia 3 de dezembro.

O objetivo do plebiscito foi consultar a população sobre cinco questões:

1. Você está de acordo em rechaçar por todos os meios, conforme o direito, a linha imposta fraudulentamente pelo laudo arbitral de Paris de 1899, que pretende nos despojar da Guiana Essequibo?
2. Você apoia o Acordo de Genebra de 1966 como único instrumento jurídico válido para alcançar uma solução prática e satisfatória para a Venezuela e a Guiana em torno da controvérsia sobre o território da Guiana Essequibo?
3. Você está de acordo com a posição histórica da Venezuela de não reconhecer a jurisdição da Corte Internacional de Justiça

49Disponível em: http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2023/07/ConjunturaLATSUL_Jun23.pdf

50Disponível em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2023/08/Conjuntura-07-2023.pdf>

51Disponível em: http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2023/12/ConjunturaLATSUL_Out23.pdf

52Disponível em: http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2023/12/ConjunturaLATSUL_Nov23.pdf

53Disponível em: http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2023/12/ConjunturaLATSUL_Nov23.pdf

54Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/cij-ordena-que-venezuela-se-abstenha-de-acoes-que-ameacem-status-quo-com-guiana/>

para resolver a controvérsia territorial sobre a Guiana Essequibo?

4. Você está de acordo em se opor por todos os meios, conforme o direito, à pretensão da Guiana de dispor unilateralmente de um mar pendente de delimitação, de maneira ilegal e em violação do direito internacional?

5. Você está de acordo com a criação do estado Guiana Essequibo e que se desenvolva um plano acelerado para o atendimento integral da população atual e futura desse território que inclua, entre outros, a concessão de cidadania e cédula de identidade venezuelana, conforme o Acordo de Genebra e o direito internacional, incorporando em consequência o dito estado no mapa do território venezuelano?⁵⁵

A votação teve comparecimento de cerca de 50% da população apta a votar, e a anexação do território obteve 10.554.320 de votos - 95% do total. Após o referendo realizado em 3 de dezembro, a tensão entre Guiana e Venezuela escalou consideravelmente. O presidente Irfaan Ali buscou tranquilizar a população guianesa e reforçar o posicionamento do país através de slogans como “One Guyana”⁵⁶.

No dia 5 de dezembro, Maduro anunciou uma série de medidas, como a nomeação do general Alexis Rodriguez Cabello como responsável pela defesa da região — “Zona de defesa integral da Guiana Essequiba” —, que ficaria em uma base na cidade de Tumeremo, no Estado de Bolívar. Determinou que a Assembleia Nacional iniciasse um debate que aprovasse, por lei, a criação do estado de “Guiana Essequiba”. Além disso, Maduro ordenou que a empresa Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA) distribísse licenças para a exploração de petróleo na região, além da criação de uma divisão específica para Essequibo — PDVSA-Essequibo — e também sugeriu a entrega de carteiras de identidade venezuelanas à população de Essequibo⁵⁷.

O Comando Sul dos Estados Unidos (USSOUTHCOM), em colaboração com as Forças de Defesa da Guiana (GDF), anunciou que realizará operações de voo como exercícios de cooperação militar entre os países⁵⁸. O Secretário de Estado dos Estados Unidos, Antony Blinken, viajou para a Guiana no dia 6 de dezembro para encontrar-se com Irfaan Ali, Blinken reforçou o apoio dos Estados Unidos à integridade do território guianês e reiterou que as partes devem respeitar a arbitragem de 1899⁵⁹.

O Brasil buscou ser um mediador nesse conflito. No dia 14 de dezembro, Irfaan Ali e Nicolás Maduro reuniram-se em São Vicente e Granadinas para um diálogo sobre a questão⁶⁰. O encontro foi anunciado após conversa telefônica entre Maduro e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e foi intermediado por Celso Amorim, Assessor-Chefe da Assessoria Especial do Presidente da República do Brasil. Ambos os presidentes assinaram uma declaração e se comprometeram em não utilizar da força como meio de resolução, “sob quaisquer circunstâncias”, a mesma chama-se “Declaração de Argyle”⁶¹.

A escalada das tensões resultou na internacionalização da disputa, aproximando os Estados Unidos da Guiana, que não descarta a implementação de uma base militar na região, segundo Irfaan Ali⁶². Estados Unidos e Guiana vem aumentando suas interações no setor de defesa, nos dias 27 e 28 de novembro militares estadunidenses desembarcaram na Guiana para realizarem exercícios em conjunto com as Forças de Defesa da Guiana (GDF)⁶³, além disso, nos dias 8 e 9 de janeiro, Daniel Erikson, Subsecretário Adjunto de

55Disponível em: <https://efectococuyo.com/politica/abc-del-referendo-consultivo-sobre-el-esequibo/>

56Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/12/guiana-aposta-em-amor-a-patria-em-dia-de-votacao-que-ameaca-23-de-sua-area.shtml>

57Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/czr2ze2gpjvo>

58Disponível em: <https://gy.usembassy.gov/southcom-to-conduct-flight-over-guyana/>

59Disponível em: <https://www.state.gov/secretary-blinkens-call-with-guyanese-president-ali/> ; https://www.youtube.com/watch?v=T_S9ZwV0P7E

60Disponível em: http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2024/01/ConjunturaLATSUL_Dez23.pdf

61Disponível em: https://www.gov.vc/images/pdf_documents/NEWS_RELEASE_Venezuela_and_Guyana_sign_joint_peace_Declaration_of_Argyle.pdf

62Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cl4el5065xpo>

63Disponível em: <https://www.kaieteurnewsonline.com/2023/11/28/us-army-officials-arrive-in-guyana-as-venezuela-prepares-for-december-3-referendum/>

Defesa para Assuntos do Hemisfério Ocidental dos Estados Unidos, visitou a Guiana para tratar do fortalecimento da cooperação entre os países⁶⁴.

Celso Amorim defende que a questão seja tratada no âmbito da Celac e não da OEA, pois dessa forma evitaria que uma superpotência aprofundasse sua participação em um assunto da região sul-americana⁶⁵. A exploração do petróleo está no cerne da questão, Maduro não vê com bons olhos a presença da ExxonMobil na região, associando a empresa ao imperialismo estadunidense. Os grandes lucros do petróleo vêm proporcionando um grande crescimento econômico para a Guiana, aumentando as perspectivas futuras, além de fazer com que o país surja como um competidor da própria Venezuela no mercado internacional de petróleo.

A forma como a questão vem desdobrando-se pode ter aprofundado a presença de potências do chamado Norte Global no continente da América do Sul, não apenas os Estados Unidos, pois o Reino Unido anunciou, no dia 24 de dezembro, que enviaria um navio de guerra para a região em janeiro de 2024⁶⁶. A manobra inglesa foi vista como uma provocação por Nicolás Maduro, que reagiu mobilizando mais de 5 mil militares para um exercício de defesa⁶⁷. Alguns meses antes, em agosto de 2023, o ex-Primeiro-Ministro britânico, Tony Blair, fez uma visita à Guiana para tratar, principalmente, de pautas ambientais. Essa foi a primeira vez que um Primeiro-Ministro da ex-metrópole esteve pessoalmente na ex-colônia⁶⁸. Quanto aos aparatos de guerra, esses já possuem maior familiaridade com o território guianês, como, por exemplo, foram enviados durante o golpe contra Cheddi Jagan em 1953 (PALMER, 2010), sem contar o controle colonial que é essencialmente uma aplicação da violência por meio da força.

As oscilações políticas indicam a temperatura do litígio. No dia 22 de março de 2024, o Parlamento venezuelano aprovou a Lei Orgânica para a Defesa de “Guayana Esequiba”⁶⁹, que teve seu planejamento iniciado logo após o referendo de 3 de dezembro. No dia 3 de abril, o presidente da Venezuela promulgou a lei, composta por 39 artigos que estabelecem a criação do 24º estado venezuelano⁷⁰. A promulgação gerou preocupações por parte da Guiana, que leva a questão para organismos multilaterais como a ONU, a Celac e a OEA⁷¹. No dia 15 de abril o Conselho de Segurança da ONU, do qual a Guiana faz parte como membro não permanente no ano de 2024, emitiu uma declaração demonstrando preocupação com a possível escalada das tensões entre Venezuela e Guiana. O Conselho mencionou a obrigação que ambos os países possuem com a decisão da Corte Internacional de Justiça do dia 1º de dezembro de 2023, além dos compromissos assumidos com a Declaração de Argyle e o respeito ao direito internacional. O artigo 24 da Carta da ONU, que trata do respeito à soberania e à integridade territorial, também foi evidenciado⁷².

Considerações Finais

O espaço de Essequibo conforma uma dinâmica que excede a composição territorial, seja da Guiana ou da Venezuela. É certo que a “primeira camada” se dá pela definição das

64Disponível em: <https://www.defense.gov/News/Releases/Release/Article/3643507/readout-of-deputy-assistant-secretary-of-defense-daniel-erikson-visit-to-guyana/>

65Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/caso-de-essequibo-deve-ser-discutido-na-celac-diz-a-morim/>

66Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/reino-unido-envia-navio-de-guerra-a-guiana-em-meio-a-tensoes-com-a-venezuela/>

67Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/disputa-pelo-essequibo-maduro-mobiliza-56-mil-militares/a-67846877>

68Disponível em: <https://caribbean.loopnews.com/content/tony-blair-meets-president-ali-historic-visit-guyana>

69Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/venezuela-aprova-criacao-de-estado-no-disputado-essequibo-guiana-protesta/>

70Disponível em: <https://www.globovision.com/nacional/19438/en-claves-que-establece-la-ley-organica-para-la-defensa-del-essequibo>

71Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/guiana-denuncia-promulgacao-de-lei-venezuelana-sobre-essequibo/>

72Disponível em: <https://press.un.org/en/2024/sc15665.doc.htm>

fronteiras entre os países, contudo Essequibo possui uma profundidade maior. Não se trata apenas de um pedaço de terra, trata-se de um espaço estratégico, econômico, humano e de integração. Essequibo é um espaço que conecta Venezuela, Guiana e Brasil, historicamente um território, que por conta de sua geografia, impõe dificuldades para a integração desses países e, portanto, um aprofundamento à integração continental. A soberania sobre o espaço indica os atores que potencialmente encabeçariam um projeto de integração, que absolutamente também indica acúmulo de poder político e projeção no cenário internacional, pois o resultado pode ser o fortalecimento da política continental em relação à política global. Além disso, o espaço é uma via de conexão com os países caribenhos e uma porta de entrada para a América do Sul.

A disputa entre Venezuela e Guiana passa pela capacidade de cada um dos Estados conseguir exercer sua soberania territorial, característica fundamental dos Estados nacionais modernos. As conjunturas históricas guardam sugestões e rearranjos no tabuleiro geopolítico, em um momento a Venezuela era subtraída pelo imperialismo britânico e no outro atuava pela subtração de uma nação recém independente. Contudo, Essequibo já não é mais assunto entre apenas dois Estados Vizinhos, interesses globais misturam-se com os discursos sobre a soberania nacional. Muitas multinacionais atuam no espaço e certamente são fatores relevantes para que as dinâmicas de acumulação não sejam afetadas por uma disputa bélica. Além disso, a soberania sobre Essequibo é também a soberania sobre um espaço florestal, um espaço que absorve carbono. O espaço é uma reserva de créditos de carbono que proporciona a manutenção da produção de combustíveis fósseis por parte de outros países. Tais considerações sugerem um pano de fundo mais complexo para a “questão de Essequibo”.

Por fim, para além de questões estruturais - históricas e relacionadas à disputa por recursos energéticos - a conjuntura recente de Essequibo é explicada também pela situação doméstica da Venezuela e a tentativa, por parte do governo de Nicolás Maduro, de reunir a população em torno de uma pauta comum em meio a questionamentos sobre as eleições presidenciais de 2024. O futuro do conflito é incerto, mas, apesar dos recentes acontecimentos, as ações do governo venezuelano são declaratórias, sem ações militares de ocupação do território até o momento. Por fim, importante notar a tentativa do governo brasileiro de mediar o conflito, sob liderança do assessor Celso Amorim. O esforço, no entanto, pode não ser suficiente frente ao possível aumento da presença de potências extrarregionais em Essequibo, decorrentes do agravamento da disputa e da necessidade de exploração econômica do território.

Referências Bibliográficas

- ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX. São Paulo: UNESP, 2012.
- BATISTA, Tháís Jesinski. A crise como normalidade: a conjuntura recente na Venezuela e perspectivas para o futuro. Boletim OPSA. N. 2, Abr./Jun., 2022.
- CHRISTOPHER, A.J. Decolonisation without independence. In: GeoJournal, Vol. 56, No. 3, pp. 213-224, 2002.
- DA SILVA P., José Luis. Venezuelan democracy in the 20th century: the struggle between the military and the non-military. In: Politeja, No. 24, pp. 49-68, 2013.
- GARAVINI DI TURNO, Sadio. La reclamación del Esequibo y la fachada atlántica. Pizarrón Latinoamericano 3, 5. 2015.
- GIACALONE, Rita. Posición y participación militar venezolana en la controversia del Esequibo: estudio comparativo 1982 y 2015. In: Aldea Mundo, San Cristobal (Venezuela), vol. 22, No. 43, pp. 19-30, Jan-Jun., 2017.
- GUYANA. Ministry of Agriculture. Grown with Guyana: Agriculture Investment Prospectus. 2022.
- INCE, Basil A. The Venezuela-Guyana Boundary Dispute in the United Nations. In: Caribbean Studies, Vol. 9, No. 4, pp. 5-26, Jan., 1970.
- MEJÍAS, Irma; MEJÍAS, Luis; MORALES, Faustino; TAMAYO, Isbelia. Guyana

Esequiba: espacio geopolítico. Caracas (Venezuela): Academia Nacional de Ciencias Economicas, 1992.

MONTOYA, Luís Eduardo. Sulamérica como região de paz: el caso del diferendo entre Venezuela y Guyana por la zona del Esequibo. 2011-2012. 132p. (Maestría en Relaciones y Negociaciones Internacionales) - Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO/ Argentina) y Universidad de San Andrés en cooperación con la Universidad de Barcelona, Buenos Aires, 2013.

NETO, Walter. A questão fronteiriça entre Guiana e Venezuela e a integração regional na América do Sul. In: Revista Conjuntura Austral, ISSN: 2178-8839, Vol. 3, No. 12, Jun. Jul 2012.

NICODEMOS, Ghaio. Monitor Eleitoral. A petroleira e o presidente: o caso da crise democrática na Guiana. Boletim OPSA, n. 1, Jan./Mar., 2020.

NUNES, Paulo Henrique Farias. Cooperação, Integração e Conflito Territoriais Sul-Americanos. In: Revista Geográfica, No. 144, pp. 129-161, Jul-Dec., 2008.

PARRA-PEREZ, Caracciolo. Historia de la Primera Republica de Venezuela. 2ª Ed. Caracas (Venezuela): Biblioteca Ayacucho, 1992.

PALMER, Colin A. Cheddi Jagan and the politics of power: British Guiana's Struggle for Independence. Carolina do Norte: The University of North Carolina Press, 2010.

PRADO, Maria Lígia; PELLEGRINO, Gabriela. História da América Latina. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

RODNEY, Walter. Plantation Society in Guyana. In: Review (Fernand Braudel Center), Vol. 4, No. 4, pp. 643-666, 1981.

SCHOENRICH, Otto. The Venezuela-British Guiana Boundary Dispute. In: The American Journal of International Law, Vol. 43, No. 3, pp. 523-530, Jul., 1949.

WEHBERG, Hans. Pacta Sunt Servanda e política internacional. In: Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, Vol. 3, No. 3, pp.57-69, Jul-Set., 1969.

WINTER, Kethlyn. A Guiana e o Petróleo: as perspectivas de desenvolvimento do país e os desafios desse recurso estratégico. Boletim OPSA, n. 1, Jan./Mar., 2023.023.



De crise em crise: a busca por credibilidade e estabilidade do governo de Dina Boluarte no Peru

Kethlyn Winter⁷³Jefferson Nascimento⁷⁴

Pesquisadores do OPISA

Introdução

Em dezembro de 2022, Dina Boluarte assumiu a presidência do Peru em meio a um contexto conturbado politicamente pela prisão de seu antecessor, Pedro Castillo. A posse, porém, não interrompeu a crise política, que se arrasta ao longo de seu mandato. Diante de manifestações nas ruas e moções de desaprovação do Congresso ao seu governo, Boluarte procura afirmá-lo em foros multilaterais. Esta pesquisa visa a analisar o comportamento da mandatária no cenário internacional em busca de credibilidade e legitimidade. Para isso, analisam-se discursos presidenciais de Boluarte.

A primeira seção do texto contextualiza o período de crise política entre a queda de Castillo e a ascensão de Boluarte na presidência do Peru. Em seguida, são examinados os eventos e as circunstâncias domésticas que marcaram o mandato de Boluarte até hoje. A terceira seção analisa a atuação internacional do governo e a tentativa da mandatária de retratar, nos seus discursos, um país idealizado, contrastando com a realidade. Por fim, nas considerações finais, analisa-se como os diferentes aspectos internos e externos interagem e influenciam os rumos do governo Boluarte.

Antecedentes da crise política

Em 1971, os EUA romperam unilateralmente com o padrão dólar-ouro, instituído no final de um panorama de turbulência política global, no qual governantes vêm desafiando instituições de Estados e ameaçando democracias (ROSAVALON, 2021), o Peru é representativo de um país em crise de representatividade política. Como consequência de uma posse inesperada, o mandato de Dina Boluarte iniciou-se sob uma onda de contestações e protestos em defesa da democracia no país, sobretudo por parte de apoiadores do ex-presidente Castillo, que passaram a acusá-la de traição após ter recusado apoiar o golpe de Estado tentado por ele.

Contudo, o episódio foi apenas um capítulo em uma história maior. Desde 2016, o Peru vive uma crise política de alta intensidade, evidenciada pelo fato de o país ter tido seis presidentes distintos nesse período de apenas oito anos. Em grande medida, isso se deve às revelações da Operação Lava Jato no Brasil, que também incidiram fortemente no cenário político peruano, atingindo autoridades de diferentes inclinações ideológicas, tanto à esquerda quanto à direita do espectro político, incluindo presidentes que haviam governado o país após o retorno da democracia em 2000.

No âmbito econômico, embora o país tivesse uma trajetória de crescimento sustentado e de controle inflacionário desde que foram implementadas as reformas neoliberais nos anos 1990, durante a ditadura liderada por Alberto Fujimori, grande parte da população não via isso se concretizar em um aumento expressivo do seu bem-estar, assim como o nível das desigualdades socioeconômicas crescia de modo exorbitante (MARTUCCELLI, 2021). Tudo isso contribuía para a perda progressiva de confiança nas instituições democráticas, e as disputas políticas ganharam contornos de uma “cruzada moral” dos supostos “cidadãos de bem” contra os “políticos corruptos”.

Diante desse cenário conturbado, a tarefa da governabilidade se tornou um desafio árduo

73Doutoranda em Ciências Militares pelo PPGCM-IMM-ECEME

74Doutorando e mestre em Ciência Política pelo Iesp-Uerj. Pesquisador do OPISA e do NETSAL. Bolsista da CAPES

para qualquer governo. A complexidade aumentou ainda mais para Boluarte, não apenas pelas circunstâncias em que se deu sua chegada ao poder, mas também pelo seu perfil pessoal. A sua ascensão na política nacional aconteceu de forma inesperada, já que nunca havia sido eleita para nenhum cargo legislativo ou executivo. Em 2021, contudo, se candidatou a vice-presidenta na chapa lançada pelo seu partido à época, o Perú Libre, liderada pelo também outsider Pedro Castillo.

Em meio a uma conjuntura marcada pela grande fragmentação do voto, pelo rechaço de grande parte da população ao fujimorismo e pelo já mencionado descrédito em relação à política tradicional (NASCIMENTO, 2021), a chapa de Castillo e Boluarte venceu a eleição contra a candidata Keiko Fujimori, filha do ex-ditador, por uma margem de menos de 0,4% em relação a Castillo. A polarização eleitoral sinalizava que o novo governo teria grandes obstáculos para implementar seu programa.

Durante a campanha, o então candidato propunha reformas bastante radicais para os padrões contemporâneos da esquerda peruana, como a nacionalização de recursos estratégicos e um aumento substantivo dos investimentos em saúde e educação, por exemplo. Tal plataforma não foi bem recebida pelo Congresso, no qual o governo tinha uma base muito restrita. Mesmo moderando substancialmente seu discurso, renunciando à grande maioria das pautas de esquerda, Castillo não conseguiu criar pontes de diálogo com a oposição ao longo dos 18 meses em que esteve na presidência. A inexperiência do partido governista e do próprio presidente, por um lado, e a aposta do fujimorismo em derrubá-lo a qualquer custo, por outro, levaram a política peruana a um impasse, que parecia insolúvel: o governo não conseguia convencer os congressistas de discutir e aprovar os temas de seu interesse, e a oposição não conseguia votos suficientes no Legislativo para aprovar a remoção de Castillo da presidência (NASCIMENTO, 2022).

Diante disso, o presidente tomou uma atitude surpreendente. Anunciou que fecharia o Congresso e convocaria novas eleições, medida que é prevista na Constituição, mas que só pode ser utilizada quando negado duas vezes o voto de confiança do Legislativo ao Executivo, o que não era o caso. Logo em seguida, Castillo foi preso e Boluarte assumiu a presidência com o apoio dos grupos que faziam ferrenha oposição ao governo.

A partir de então, diversos protestos passaram a ocorrer em todo o país, exigindo a imediata renúncia de Boluarte e a convocação de novas eleições. Alguns grupos de esquerda propunham, inclusive, a formação de uma Assembleia Constituinte para reescrever a carta magna herdada da ditadura de Fujimori, que possui fortes traços autoritários e neoliberais (MONTE, 2018). Incapaz de responder às demandas da rua, a repressão aos protestos se tornou a marca dos primeiros meses do governo de Boluarte. Além destas manifestações contrárias no âmbito doméstico, a legitimidade do novo governo foi contestada também por outros países. Autoridades da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia e México criticaram duramente a atuação da presidenta peruana na gestão da crise.

Desafios internos: desaprovação popular e oposição no Congresso

O contexto doméstico do governo de Dina Boluarte é marcado por uma crescente desaprovação popular e por uma grande oposição do Congresso. Esses fatores garantem um desafio significativo para sua governabilidade. Quanto à desaprovação popular, como mencionamos na seção anterior, foram organizados protestos contra o governo de Boluarte exigindo a renúncia da presidente e o fechamento do Congresso para a realização de novas eleições⁷⁵. Nesse contexto, em um dos protestos houve a morte de muitos civis⁷⁶, o que ocasionou a denúncia do Peru à Corte Interamericana de Direitos Humanos⁷⁷.

⁷⁵Para mais detalhes sobre a terceira Toma de Lima, ver: <https://cnnespanol.cnn.com/video/peru-protestas-dinea-boluarte-congreso-del-rincon-conclusiones-cnn/>.

⁷⁶Segundo o jornal CNN espanhol, “do total de 61 mortes, a repressão policial ceifou a vida de 49 delas na ponta de projéteis e impactos de bombas de gás lacrimogêneo. Por trás dos assassinados estão histórias de pais, filhos e alunos que tinham objetivos que queriam alcançar, bem como de famílias devastadas por suas perdas” (tradução nossa). Ver matéria em: <https://data.larepublica.pe/paro-nacional-muertos-por-protestas-en-peru-cuantos-y-quienes-son-un-recuento-de-los-civiles-que-fallecieron-dina-boluarte/>.

⁷⁷Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/corte-interamericana-denuncia-indicios-de-execucao-de-manifestantes-durante-crise-no-peru/>

Em 19 de julho, aconteceu, no Peru, a “Grande Marcha Nacional” contra o governo de Dina Boluarte e em prol do fechamento do Congresso Nacional. Após a mobilização da “Tercera Toma de Lima” ocorrida no mês passado, manifestantes retornaram às ruas demandando novas eleições urgentes, fechamento do Parlamento, a renúncia de Dina Boluarte e liberdade para o ex-Presidente Pedro Castillo. Os protestos também pediram justiça às vítimas da agressiva repressão da Polícia Nacional e das Forças Armadas enviadas por Dina Boluarte nas manifestações ocorridas no final de 2022. Além de parte da sociedade civil, participaram da mobilização a Central Única Nacional de Rodadas Camponesas do Peru (Cunarc), a Confederação Geral de Trabalhadores Peruanos (CGP), professores, quéchuas e aimarás, feirantes, a Federação de Cidades Construtoras Jovens e vários outros grupos. Como resposta à grande marcha, o Executivo elaborou meios de contenção junto à Polícia Nacional, o que resultou em repressão violenta contra os manifestantes. Na ocasião, a violência policial resultou em uma pessoa gravemente ferida na cabeça. Do dia 15 ao dia 19 de julho, foi realizada uma pesquisa sobre a satisfação dos peruanos com o atual governo. Como resultado, cerca de 80% da sociedade afirmou não existir mais uma democracia⁷⁸.

Os protestos foram muitos, e os motivos foram se somando. O que se iniciou com apenas o pedido de renúncia da mandatária e de fechamento do Congresso passou a requerer também justiça pelas mortes nas manifestações. Segundo o jornal La República, documentos secretos foram vazados, os quais informavam que havia um despreparo do Exército para lidar com a situação dos manifestantes. Houve um excesso no uso da força e decisões individuais de soldados que não passaram por treinamentos para tal ação.

O documento, intitulado ‘Relatório operacional de ações militares’ e dirigido ao Comandante General Jesús Vera Ipenza, continha mais de 500 páginas nas quais, segundo a reportagem deste telejornal digital, “mais de um comandante militar admite que o Exército não estava preparado para controlar os protestos”⁷⁹.

Outro fator significativo para a instabilidade política do Peru são acusações de corrupção contra Dina Boluarte. O caso teve início em março de 2024, quando foi percebida, em diversas fotos de Boluarte, uma coleção de relógios Rolex (inclusive de coleções recentes), usados desde seu cargo como Ministra até seu mandato como Presidente. O que chamou a atenção política para o caso, que ganhou repercussão significativa, foi a não declaração deles ao Jurado Nacional de Elecciones (JNE).

As movimentações do Congresso nesse momento foram cruciais. Ao tomarem conhecimento das acusações acerca dos Rolex e de um suposto enriquecimento ilícito, os parlamentares iniciaram um processo de pedido de vacância contra Dina Boluarte. Para além deste episódio, a falta de um consenso mínimo no Legislativo (marcado por uma grande fragmentação partidária) tem sido impeditiva para o cumprimento das ações previstas na agenda de governo de Boluarte.

Contexto externo: retórica e realidade

O contexto doméstico do governo de Dina Boluarte representa um desafio significativo para a estabilidade e a governabilidade do Peru. Coube à Presidente recorrer ao cenário internacional, tentando participar de agendas multilaterais para buscar a aprovação que lhe falta internamente. Nessa tentativa, Boluarte, muitas vezes em seus discursos, retrata um país que contrasta com a realidade enfrentada pelo Peru.

O primeiro grande evento de que Boluarte participou, após tomar posse, foi a Cúpula de Chefes de Estado da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), em agosto de 2023,

⁷⁸Disponível em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2023/08/Conjuntura-07-2023.pdf>.

⁷⁹Tradução nossa. No original: El documento, titulado ‘Informe operativo de acciones militares’ y dirigido al comandante general Jesús Vera Ipenza, contenía más de 500 páginas en las que, según el informe de este micronoticiario digital, “más de un mando militar admite que el Ejército no estaba preparado para controlar las protestas”. Disponível em: <https://larepublica.pe/sociedad/2023/08/11/dina-boluarte-documentos-secretos-confirman-que-el-ejercito-no-estaba-preparado-para-protestas-en-ayacucho-fuerzas-armadas-marchas-derechos-humanos-abuso-de-la-fuerza-noticia-184162>

no Brasil, quando discursou pela preservação da Amazônia. Nesse discurso, Boluarte propôs uma Amazônia com o “rosto mais humano”, com ênfase na realização de políticas públicas para estimular o potencial das atividades comerciais e culturais na região, para valorizar idiomas nativos, entre outras medidas⁸⁰.

Outro evento no qual Boluarte teve uma participação relevante foi a 28ª Conferência das Nações Unidas para Mudanças Climáticas (COP-28), em novembro de 2023, nos Emirados Árabes Unidos, onde o Peru anunciou que lideraria o comitê de Fundos de Perdas e Danos, a fim de auxiliar os países mais suscetíveis aos impactos das mudanças climáticas. Em comunicado publicado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), foram ressaltados, ainda, outros pontos positivos da agenda do país na COP-28: foi assinada a Declaração Conjunta de Intenções (DCI) com a Noruega visando a redução do desmatamento; o Peru trabalhou em colaboração com outros países na plataforma da Parceria de Líderes pelas Florestas e pelo Clima, com vistas à preservação dos direitos das comunidades indígenas e outros grupos que habitam as florestas tropicais; e deu-se apoio à criação do Fundo Climático para Mulheres Indígenas.

Contudo, notamos que, apesar dos anúncios mencionados, na prática, a pauta ambiental ficou totalmente desvinculada do MRE, e nenhuma das medidas propostas foram de fato concluídas⁸¹. Portanto, apesar de Boluarte proferir discursos idealizadores, na tentativa de demonstrar estabilidade e avanços no país, a realidade doméstica é oposta. Não apenas não foram postas em prática grande parte das políticas públicas para promover a agenda ambiental que havia sido prometida, como também não existe a estabilidade política e social que a Presidente afirmou em seu discurso na abertura da Assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2023:

Senhor Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, ilustres delegados das nações do mundo, venho do Peru, um país com enorme riqueza e história cultural, que foi o berço da civilização na nossa América e cujo país assumi com firmeza e coragem naquele 7 de dezembro, enfrentando um golpe de Estado no meio de uma crise política e social que soubemos ultrapassar no marco da nossa Constituição. Hoje, tenho a honra de ser a primeira mulher presidente constitucionalmente da República em 201 anos, e hoje chefo a delegação do meu país à Assembleia Geral das Nações Unidas, estou grata pelo reconhecimento da comunidade internacional⁸².

Além dos fatores relatados na seção anterior que desmentem este discurso, a pobreza tende a aumentar este ano, fazendo com que quase 30% da população esteja abaixo da linha da pobreza, índice próximo ao do período da pandemia de Covid-19⁸³. Além disso, por volta de 40% da população, apesar de não estar abaixo da linha da pobreza⁸⁴, está em situação de vulnerabilidade social, devido,

80Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnbpcjpcglclefindmkaj/http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2023/10/Monitor-Pan-Amaz%C3%B4nia-Agosto-2023-1.pdf>.

81O OPISA, através do Projeto Pan-Amazônia, vem monitorando desde agosto de 2023 as atividades em matéria de política externa que estejam relacionadas a pauta ambiental, especialmente à Amazônia. O projeto demonstra como a agenda ambiental não seguiu o rumo prometido nos discursos de Dina Boluarte e podem ser verificados a partir do link: <http://opsa.com.br/projeto-governanca-pan-amazonica-monitores/#1708627089970-7273429d-b679>

82Tradução nossa, grifo no original. No original: Señor presidente de la asamblea general de las naciones unidas, distinguidos delegados de las naciones del mundo, vengo del Perú, un país con enorme riqueza e historia cultural, que ha sido cuna de la civilización en nuestra América y cuyo país asumí con firmeza y valentía aquel 7 de diciembre, enfrentando un golpe de estado en medio de una crisis política y social que hemos sabido superar en el marco de nuestra constitución. Hoy que tengo el honor de ser la primera mujer presidenta constitucional de la República en 201 años, y encabezar hoy día la delegación de mi país ante la asamblea general de las naciones unidas, agradezco el reconocimiento de la comunidad internacional. Disponível em: <https://www.infobae.com/peru/2023/09/20/dina-boluarte-en-la-onu-este-es-el-discurso-que-dio-frente-a-la-asamblea-general/#:~:text=%E2%80%9CMe%20permuto%20proponer%20un%20pacto,la%20solidaridad%2C%20resiliencia%20e%20interdependencia>

83Disponível em: <https://larepublica.pe/economia/2023/10/17/habria-mas-pobres-el-2023-y-2024-por-bajo-avance-del-pbi-pobreza-mef-desigualdad-oportunidades-laborales-1022295>

84Disponível em: <https://www.esan.edu.pe/conexion-esan/economia-peruana-informalidad-aumentaria-hasta-en-un-78-en-el-2024>

entre outros motivos, pelo fato de mais de 75% dos trabalhadores estarem na informalidade⁸⁵. Esse cenário dificilmente será revertido no curto prazo, já que a expectativa de crescimento do PIB para 2024 é de apenas 0,4%.

No âmbito regional, ainda que o discurso de Boluarte procure passar a imagem de que um país busca exercer um papel proativo nas relações diplomáticas, pouco tem sido alcançado. Em particular, destacamos as dificuldades que o Peru teve para assumir a presidência rotativa da Aliança do Pacífico. Até junho de 2023, a cadeira da presidência pro tempore era ocupada pelo México, que deveria ceder o cargo para o Peru. Contudo, o mandatário mexicano, Andrés López Obrador, não reconhece o governo de Boluarte como legítimo por discordar da maneira como foi feita a transição de governo após a prisão de Pedro Castillo e por se contrapor à repressão imposta pelo governo de Boluarte aos protestos ocorridos entre o final de 2022 e o início de 2023. Devido aos atritos entre Lima e Cidade do México, o Chile assumiu o cargo temporariamente em junho de 2023⁸⁶. Apenas no dia 1º de agosto, quando a tensão bilateral arrefeceu, o Peru pôde ocupar a presidência temporária da Aliança do Pacífico.

Considerações finais

Com o passar dos meses do governo Boluarte, as manifestações populares foram arrefecendo, tendo em vista a dificuldade de se manter uma aguerrida mobilização nas ruas por um longo período, sobretudo por conta das dificuldades financeiras enfrentadas por grande parte da população e por conta da violência das forças de segurança. O Congresso, por sua vez, marcado por intensas disputas no seu interior, ainda não conseguiu chegar a um consenso a respeito de qual caminho a política peruana deve seguir: se manter a atual legislatura e a presidenta no poder até 2026, quando ocorreriam novas eleições gerais, de acordo com o calendário oficial, ou antecipar o pleito. Sendo assim, mesmo com um alto grau de desaprovação, Boluarte e os atuais deputados vão resistindo às pressões da sociedade civil organizada e da oposição parlamentar.

Enquanto o status quo se mantém, a presidenta tende a seguir a busca, no exterior, por melhorar o nível de legitimidade do seu governo, com o fim de alcançar um mínimo de estabilidade até o fim do seu mandato. Contudo, acreditamos que a estratégia de conquistar legitimidade por meio da política externa dificilmente contribuirá para que Boluarte consiga reunir apoio no âmbito doméstico, sobretudo porque grande parte desse esforço tem sido meramente retórico, sem que as promessas feitas nos foros multilaterais se concretizem em políticas públicas concretas. Além disso, seria difícil imaginar que sua imagem possa melhorar internamente sem o atendimento das demandas principais da população, marcadas por uma piora gradual na qualidade de vida dos trabalhadores peruanos, sem que haja perspectiva de reversão desse quadro no curto prazo.

Diante disso, a longa crise política do Peru parece que se estenderá por mais tempo, com novos escândalos de corrupção explorados politicamente, novos pedidos de remoção presidencial, novos ciclos de protestos etc. A falta de um horizonte mais positivo tende a dificultar, ainda mais, o estabelecimento de parcerias internacionais, a atração de investimentos estrangeiros e, como consequência, o desenvolvimento econômico e social do país. Resta saber se Boluarte terá fôlego para manter a presidência até 2026, quando ocorrem as eleições presidenciais, de acordo com o calendário oficial, ou se sairá antes do fim do mandato, como ocorreu com a maioria dos presidentes peruanos nos últimos oito anos. Por sua vez, no plano regional, não é plausível que consiga se firmar como um player importante, diante de um cenário de tamanha instabilidade doméstica.

85Disponível em: <https://larepublica.pe/economia/2023/10/17/habria-mas-pobres-el-2023-y-2024-por-bajo-avance-del-p-bi-pobreza-mef-desigualdad-oportunidades-laborales-1022295>

86Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2023/10/ConjunturaLATSUL_Ago23.pdf.



Referências Bibliográficas

BELAUNDE, José Antonio García. Política exterior y diplomacia peruana: pasado, presente y futuro. In: La Política Exterior Peruana en el Siglo XXI: Agenda y Propuestas. NOVAK, Fabián. GARCÍA, Jaime (org.). IDEI: Lima, 2015.

MARTUCELLI, D. La sociedade desformal: el Perú y sus encrucijadas. Plataforma Democrática, 2021. Disponível em: http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/La_Sociedad_Deformal.pdf. Acesso em 26 de junho de 2021.

MONTE, L. O neoliberalismo (constitucional) no Peru: ¿o que mudou desde de a saída de Alberto Fujimori?, Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana, outubro de 2018. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/oel/2018/10/neoliberalismo-peru.html>. Acesso em: 31 de julho de 2022.

NASCIMENTO, J. Monitor eleitoral - as eleições de 2021 no Peru. In: Boletim OPISA, nº2, abril-junho, 2021. Disponível em: http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2021/08/Boletim_OPISA_2021_n2_abr-jun.pdf. Acesso em: 06 de abril de 2024.

NASCIMENTO, J. O governo Castillo em meio às crises cíclicas no Peru. In: Boletim OPISA, nº3, junho-setembro, 2022. Disponível em: http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2022/11/Boletim_OPISA_2022_n3.pdf. Acesso em: 06 de abril de 2024.

NOVAK, Fabián. NAMIHAS, Sandra. El bicentenario de la política exterior peruana y su proyección en un mundo de cambios. Ministerio de Relaciones Exteriores del Peru: Lima, 1º ed., 2020.

ROSANVALLON, Pierre. O século do populismo: história, teoria, crítica. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades, 2021.



A Guerra na Ucrânia e a Política Externa Brasileira no Governo Lula 3.0

Brenda de Carvalho Lima Rocha⁸⁷Larissa Rosevics⁸⁸

Introdução

Entre os temas de maior destaque e relevância da política internacional nos últimos anos, encontra-se, certamente, a guerra em curso entre a Rússia e a Ucrânia. Sua importância deve-se, principalmente, ao fato de que a guerra apontou fraquezas do multilateralismo, mostrou que as ações unilaterais de grandes potências não possuem mecanismos efetivos de controle e reavivou a Rússia em um contexto internacional em que as atenções estavam predominantemente na emergência da China. Além de aumentar a instabilidade e impactar diversos fluxos a nível global, o conflito também aprofundou o distanciamento entre importantes parceiros do Brasil e ameaçou princípios sobre os quais a inserção internacional brasileira se sustenta (Pimenta; Teixeira, 2023). Logo, o estudo da política externa do Brasil diante desse tema é de grande interesse.

Partindo dessa premissa, o presente texto tem como objetivo analisar a política externa brasileira diante da guerra na Ucrânia no atual governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2023-), delimitado temporalmente ao primeiro ano de mandato, ou seja, até o final do ano de 2023. A análise é guiada pela seguinte pergunta: como o Brasil se portou frente à guerra na Ucrânia no ano inicial do governo Lula 3.0?

Procura-se, assim, compreender se o Brasil adotou um comportamento neutro quanto aos lados em disputas, ou se mostrou mais favorável a uma das partes; se os representantes nacionais se envolveram nas discussões sobre o tema; e se o país teve iniciativas próprias para aliviar as tensões internacionais, ou se restringiu a se manifestar dentro dos mecanismos de pressão existentes, em instituições multilaterais, por exemplo. Nesse sentido, busca-se apresentar os principais atos da política externa brasileira — concebida de forma abrangente, englobando declarações e discursos dos líderes, visitas e encontros diplomáticos, votações nos organismos multilaterais, entre outros — em relação à guerra na Ucrânia, além de realizar uma reflexão sobre o conteúdo e as consequências dessa política.

Dessa forma, o artigo está organizado em três seções, além desta introdução e da conclusão. Primeiramente, se discutirá uma visão geral das expectativas em termos de política externa do governo Lula 3.0, para, em seguida, apresentar o posicionamento brasileiro no atual governo diante da guerra. Depois, será realizada uma análise desse posicionamento e, por fim, serão apresentadas as considerações finais deste estudo na conclusão.

Política Externa do Governo Lula 3.0

Antes de analisar o comportamento do Brasil em relação à guerra, entende-se que é proveitoso passar por alguns aspectos relevantes para a formulação e condução da política externa pelo grupo que assumiu o poder em 2023, a fim de se compreender de modo mais completo como o país lidou com esse contexto internacional.

Primeiramente, vale observar os objetivos e promessas em matéria de política externa anunciados na proposta da chapa encabeçada por Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin, então

87Graduada em Relações Internacionais pelo IRID-UFRJ.

88Professora Adjunta do IRID-UFRJ.



candidatos à presidência e vice-presidência da República, respectivamente, contida no documento “Diretrizes para o Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil: Lula Alckmin, 2023-2026” (Coligação Brasil da Esperança, 2022).

Na proposta, diante da constatação de que o Brasil havia passado por um processo de destruição que o condenou ao atraso e ao isolamento internacional, a candidatura em questão se compromete a reinserir o país “(...) como protagonista global pela democracia, pela paz, pelo desenvolvimento e pela autodeterminação dos povos” (Coligação Brasil da Esperança, 2022, p. 3). A capacidade de recuperação das credenciais internacionais é vista com otimismo, assim como são reconhecidos a posição e o peso estratégicos do Brasil em termos geopolíticos e geoeconômicos. Ligada à preocupação com o meio ambiente e a sustentabilidade declarada pela Coligação, também é colocada a necessidade de se unir aos esforços globais de combate à crise climática. Da mesma forma, a expansão de acordos comerciais que contribuam para o desenvolvimento econômico do Brasil é vista como meio para elevar a competitividade do país (Coligação Brasil da Esperança, 2022).

Destaca-se no documento que é preciso retomar a “política externa ativa e ativa” — como foi caracterizada essa política nos mandatos anteriores do presidente Lula da Silva —, a qual conferiu protagonismo e prestígio internacional ao Brasil. O objetivo de reafirmar um status soberano é atrelado à cooperação com outros países do Sul Global, especialmente da América Latina e da África, e à atuação avivada nos organismos multilaterais. A chapa prometia imprimir renovada importância à integração regional e ao fortalecimento de grupos como o Mercosul, a Unasul, a Celac e o Brics

Ao analisar as expectativas e condições da nova política externa brasileira do governo Lula 3.0, Maria Regina Soares de Lima (2023) alerta que, embora a ideia de volta à política dos mandatos anteriores tenha sido repetidamente manifestada, o status quo nunca será o mesmo de um período passado. Para a autora, a política externa do novo governo tem sido pautada primeiramente pela correção e revogação das medidas de política externa do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) — a qual, na sua visão, pela primeira vez desde o pós-Segunda Guerra, abandonou o objetivo estratégico de alcançar os países desenvolvidos —, retomando as posições brasileiras em diversas áreas.

Um dos principais desafios a serem enfrentados no direcionamento dessa política é representado pelo novo contexto global, geopoliticamente estremecido pela rivalidade estratégica entre China e Estados Unidos e pela guerra na Ucrânia simultaneamente, no momento inicial desse novo governo.

O Brasil em relação à Guerra no governo Lula 3.0

A Bolívia tem a maior reserva global de lítio do mundo. De acordo com estatísticas divulgadas enquanto pré-candidato à presidência, Lula já havia feito declarações relevantes sobre a guerra na Ucrânia. Em maio de 2022, em entrevista concedida à revista estadunidense Time, Lula afirmou que Volodymyr Zelensky, presidente da Ucrânia, era tão responsável quanto Vladimir Putin, presidente da Rússia, pela guerra. Sustentou que o presidente russo não deveria ter invadido a Ucrânia, porém a culpa não era apenas da Rússia, mas também dos EUA e da União Europeia (UE), por não negarem prontamente a possível entrada do país agredido à OTAN ou ao bloco europeu. Além disso, enquanto pré-candidato, Lula fez várias críticas ao presidente ucraniano, por não agir de uma maneira que pudesse evitar o conflito e, sim, como se fizesse parte de “um espetáculo” (Nugent, 2022).

Em janeiro de 2023, ao receber o chanceler alemão Olaf Scholz no Brasil, o Brasil, já sob o novo governo, negou, seguindo a prática diplomática brasileira, o pedido da Alemanha de envio de munições para ajudar o esforço de guerra ucraniano (Estadão, 2023). Nessa mesma visita, o presidente brasileiro propôs a criação de um “clube da paz”, composto por países não envolvidos no conflito, como o Brasil, que buscariam encontrar meios políticos para encerrá-lo. A proposta também foi apresentada por Lula ao presidente dos EUA, Joe Biden, em visita ao país em fevereiro, mas tanto Scholz quanto Biden a receberam com pouco interesse (DW, 2023).

Alguns comentários feitos por Lula na condição de chefe de Estado brasileiro geraram polêmicas na mídia internacional e contestações de parceiros ocidentais. No mês de abril, em declaração à imprensa quando viajou à China, Lula disse que a guerra interessa apenas a Putin e Zelensky e que os EUA precisavam parar de incentivá-la. Em reunião com o presidente chinês Xi Jinping, o presidente do Brasil defendeu mais uma vez a ideia de constituir um grupo de países para intermediar a paz na Ucrânia (Prazeres, 2023). Logo depois, em entrevista nos Emirados Árabes Unidos, Lula teceu novamente críticas aos aliados ocidentais que ajudam a Ucrânia financeira e militarmente, dizendo que a Europa e os EUA contribuem, assim, para a continuidade do conflito. Também declarou que a guerra foi uma decisão dos dois países em combate e que nem o presidente russo, nem o ucraniano, tomam iniciativa de paz (Falcão, 2023).

Diante dos comentários, tanto a UE, quanto os EUA, expressaram seu descontentamento. O porta-voz para Assuntos Externos da UE argumentou que o bloco e os EUA oferecem ajuda internacional para a Ucrânia se defender legitimamente, já que a Rússia é a única responsável pelo conflito; enquanto o porta-voz de Segurança Nacional da Casa Branca acusou Lula de “reproduzir propaganda russa e chinesa” (Wright, 2023). Além disso, no mesmo dia em que EUA e UE rebateram as declarações do presidente brasileiro, o Ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, foi recebido por Lula e pelo chanceler Mauro Vieira em Brasília (Falcão, 2023). Apesar da data da visita de Lavrov ter sido estabelecida com antecedência, a simultaneidade dos acontecimentos acima contribuiu para a repercussão negativa das falas de Lula e para a impressão de que o Brasil estava se posicionando de forma mais pró-Rússia do que neutra no conflito.

No final de abril de 2023, em viagem a Portugal, o presidente Lula moderou seu discurso dizendo que nunca igualou a responsabilidade da Rússia e da Ucrânia pelo início da guerra e reafirmando que condena a violação russa do território ucraniano. No entanto, o líder brasileiro não deixou de sustentar que nenhum desses dois países queria parar o conflito (G1, 2023a). Dando continuidade à tentativa de retomar a imagem de neutralidade do Brasil em relação à guerra, em maio, o assessor especial da presidência, Celso Amorim, visitou Kiev, capital da Ucrânia, onde encontrou-se com Zelensky. Anteriormente, em março, o presidente brasileiro já havia sido convidado a visitar o país, porém nem Lula, nem Amorim, atenderam ao convite. Na ocasião, o assessor direto para assuntos internacionais alegou que o convite ucraniano tinha como fim expor a tragédia da guerra, ao invés de procurar estabelecer um diálogo (Schreiber, 2023a). Além do mais, Amorim já havia ido a Moscou, capital da Rússia, para tratar da guerra na Ucrânia e da possibilidade de o Brasil atuar como facilitador de um processo de paz. A viagem, feita no mês de abril, na qual o assessor também visitou a capital francesa, consistiu em uma missão diplomática discreta (Zucchi, 2023).

Após a visita de Celso Amorim à Ucrânia, o presidente Zelensky propôs a realização de uma reunião bilateral com o presidente brasileiro na cúpula do G7, que aconteceria em Hiroshima naquele mês, da qual o Brasil participou como país convidado. Entretanto, a reunião entre os dois chefes de Estado chegou a ser preparada, mas não aconteceu por problemas na agenda do presidente ucraniano, conforme informado pelo governo brasileiro. Quando perguntado se ficou desapontado pelo encontro não ter ocorrido, Zelensky respondeu que acreditava que Lula é quem teria ficado decepcionado, de forma que o não comparecimento à reunião pareceu, nas entrelinhas, um recado para o Brasil (Santana, 2023). Algum tempo depois, no final de julho, o presidente da Ucrânia foi entrevistado pela GloboNews e disse que Lula poderia contribuir com o processo de paz buscando reunir líderes latino-americanos para uma conversa e que tinha interesse em encontrar-se com Lula e ir ao Brasil, se recebesse um convite (G1, 2023b). Em resposta, interlocutores do MRE disseram que Zelensky era bem-vindo ao país, mas nenhum compromisso formal foi firmado nesse sentido (Oliveira, 2023a).

Em agosto de 2023, Lula comentou novamente sobre a guerra na Ucrânia em entrevista a correspondentes internacionais, dizendo que Putin e Zelensky tentavam ganhar o conflito, enquanto pessoas estavam morrendo. O ponto defendido por Lula é que só haverá paz quando os dois lados a

considerarem possível e estiverem interessados nela, conforme afirmou Amorim na entrevista, o qual também ressaltou que não se pode ignorar as preocupações de segurança da Rússia, que são reais. O presidente também declarou, mais uma vez, que o Brasil está entre os países que procuram uma maneira de estabelecer a paz entre os combatentes (Mazui; Neto, 2023).

No mês seguinte, Lula viajou à Índia para participar da cúpula do G20. Um canal indiano o entrevistou e perguntou se o presidente russo, acusado pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) por crimes de guerra no contexto da guerra na Ucrânia, seria preso no Brasil caso comparecesse à cúpula do grupo que o país sediará em 2024. A sua resposta foi que Putin poderia ir tranquilamente ao Brasil, pois não seria detido sob sua presidência. No entanto, como o TPI emitiu mandados de prisão contra Putin e o Brasil reconhece a jurisdição deste organismo internacional em seu território, o país deveria cumprir com a ordem do tribunal se o presidente da Rússia se encontrasse em solo brasileiro. Assim, diante da repercussão ruim de sua fala, dois dias depois das declarações, Lula voltou atrás no que disse e afirmou que a decisão de prender Putin caberia ao Poder Judiciário, e não ao governo (Martins; Zanfer, 2023).

Na Assembleia Geral das Nações Unidas de setembro de 2023, Lula mencionou em seu discurso a guerra na Ucrânia, dizendo que esta

(...) escancara nossa incapacidade coletiva de fazer prevalecer os propósitos e princípios da Carta da ONU. Não subestimamos as dificuldades para alcançar a paz. Mas nenhuma solução será duradoura se não for baseada no diálogo (GOV BR, 2023, n.p.).

O presidente brasileiro também apontou para a perda de credibilidade do Conselho de Segurança, cuja fragilidade, em suas palavras, "(...) decorre em particular da ação de seus membros permanentes, que travam guerras não autorizadas em busca de expansão territorial ou de mudança de regime" (GOV BR, 2023, n.p.). Entretanto, Lula não condenou diretamente a invasão da Ucrânia pela Rússia em sua fala e seu discurso foi bastante aplaudido pela audiência, porém, não recebeu em nenhum momento aplausos do presidente Zelensky ou do restante de sua delegação.

Ainda assim, no dia seguinte — apesar do aparente mal-estar entre os governos ucraniano e brasileiro evidenciado nesse e em outros momentos já mencionados —, os dois líderes finalmente se encontraram presencialmente, a pedido do próprio Zelensky, segundo o governo do Brasil. A conversa entre os presidentes foi descrita como amigável e promotora de entendimento mútuo pelos Ministros das Relações Exteriores da Ucrânia e do Brasil, respectivamente; e abordou, entre outras questões, os caminhos para construção da paz, a necessidade de um diálogo constante e a ideia de formar um grupo de países neutros para buscar uma solução negociada para o conflito, defendida diversas vezes por Lula (Gomes; Krähenbühl, 2023).

Análise da Política Externa Brasileira diante da Guerra na Ucrânia no Governo Lula

O fato do presidente Lula da Silva ser interessado e experiente em matéria de política externa — especialmente se comparado com o ex-presidente Jair Bolsonaro, que esteve à frente do governo durante o primeiro ano de conflito — e contar, sobretudo, com a assessoria internacional de Celso Amorim⁸⁹, que tem muito prestígio em sua atuação diplomática, não impediu que o Brasil se envolvesse em repetidas polêmicas em relação à guerra na Ucrânia, levando o atual mandatário a voltar atrás algumas vezes em suas declarações.

Conforme o que foi exposto na seção anterior, Lula em diversos momentos, em suas falas, pareceu igualar as responsabilidades da Rússia e da Ucrânia — que, independentemente das motivações, não deixam de ser o país invasor e o país invadido, respectivamente — e

⁸⁹Existe a percepção de que o assessor especial, Celso Amorim, tenha mais peso na definição das diretrizes externas do país do que o titular da pasta de Relações Exteriores, Mauro Vieira. Pelo menos no contexto da guerra russo-ucraniana, a impressão se confirma, visto que, entre eles, é Amorim quem encabeçou a proposta de criação de um grupo de países neutros para negociar a paz e quem foi a Moscou e Kiev conversar com os presidentes Putin e Zelensky, e não o chanceler (Oliveira, 2023b).



culpou os Estados Unidos e aliados europeus pela sua continuidade, adotando uma postura aparentemente mais a favor da Rússia do que propriamente neutra. Em vista disso, analistas e diplomatas demonstraram preocupação com o tom de alguns comentários do presidente. Para o ex-embaixador Rubens Barbosa, falas como essas de Lula destoam da neutralidade oficial do Brasil e, particularmente, do Itamaraty. Para ele, a única posição possível para o país é a de equidistância no conflito, considerando os diferentes interesses nacionais com a Rússia e com a China, mas também com os EUA e a Europa (Schreiber, 2023b). Essa divergência de postura também é pontuada por Pimenta e Teixeira, para os quais “há uma divisão burocrática de esforços em relação ao tema. O Itamaraty sustenta, em âmbito público, linha mais próxima à neutralidade estrita” (2023, p. 107).

As declarações do presidente Lula da Silva que entraram em colisão com a visão do Ocidente criaram o risco de desgastar a relação do Brasil com as potências que tomaram o lado da Ucrânia. Segundo o pesquisador para a América Latina no think tank Chatham House, Christopher Sabatini, os comentários de Lula sobre a guerra poderiam prejudicar o relacionamento brasileiro com a Europa ocidental e os EUA pois indicariam o afastamento do país de valores chave do “norte desenvolvido”, como o respeito ao Direito Internacional (Barradas; Berjikian, 2023). Ao dizer abertamente, em viagem à China, que os EUA estariam incentivando o conflito na Ucrânia, o líder brasileiro também estaria sinalizando a pretensão de se aproximar mais da China — importante parceira política e comercial da Rússia —, em detrimento dos EUA (Prazeres, 2023).

É válido ressaltar que a não submissão aos interesses das grandes potências, como dos EUA, e a autonomia do Brasil para conduzir suas relações externas são elementos de grande importância para garantir a soberania e o desenvolvimento nacionais e que sempre fizeram parte da estratégia do presidente Lula da Silva para o país. Em conformidade com essa perspectiva, o objetivo de defesa da soberania na proposta de governo do presidente está atrelado, entre outros aspectos, ao livre estabelecimento das melhores parcerias para o país, sem se submeter a ninguém (Coligação Brasil da Esperança, 2022). Após uma série de movimentações diplomáticas de aproximação à China, Lula foi questionado, em abril de 2023, se temia alguma reação negativa americana. Movido por esse princípio de autonomia, o presidente respondeu que não se preocupava com o que a China pensava do seu diálogo com os EUA, e, da mesma forma, com o que os EUA pensavam do seu diálogo com a China, uma vez que se tratavam dos interesses soberanos do seu país (Prazeres, 2023).

No entanto, no contexto internacional da guerra na Ucrânia, fazer críticas tão frontais a tradicionais aliados e se portar de maneira interpretada como parcial em prol do país agressor, como fez o presidente, pode acabar sendo nocivo aos interesses brasileiros e fechar portas, principalmente quando se busca exercer um papel de mediador. Conforme apontam Pimenta e Teixeira (2023), a distância entre a Eurásia, local do conflito, e a América do Sul, recorte de inserção da agenda externa brasileira em segurança e defesa, atenua os riscos materiais ao país, ainda que diferentes fluxos, como os de comércio, sejam impactados. Isso “permite ao Brasil não se envolver ou adotar posição de neutralidade com baixo custo de segurança e político”, postura essa que, por sua vez, também “não obsta a ação junto às partes em conflito, ou em fóruns multilaterais, em favor da manutenção de fluxos comerciais, ponto de interesse saliente do governo brasileiro” (Pimenta; Teixeira, 2023, p. 108).

Outro ponto a ser analisado é como o compromisso do atual governo, que foi expresso na proposta da chapa eleitoral de Lula da Silva e Geraldo Alckmin, com a “reinserção do Brasil como protagonista global [...] pela paz” se manifesta no contexto da guerra na Ucrânia (Coligação Brasil da Esperança, 2022, p. 3). Em entrevista já mencionada à revista Time, ainda em maio de 2022, Lula comentou a intenção de retomar o protagonismo que o país teve em seus mandatos anteriores, ao dizer que “(...) é o fato de o Brasil ser um país de paz que vai lhe fazer restabelecer a relação que nós criamos de 2003 a 2010. O Brasil vai virar protagonista internacional, porque a gente vai provar que é possível ter um mundo melhor” (Nugent, 2022, n.p.). A manifestação mais evidente desse propósito em relação ao conflito foi a ideia do líder brasileiro de criação do “clube da paz” para encontrar uma solução negociada para a guerra.

A iniciativa do “clube da paz” não foge à tradição diplomática brasileira, na qual o país

se coloca como um persistente defensor do diálogo e se dispõe a exercer o papel de mediador. Consiste, também, em uma maneira do Brasil ter uma atuação relevante diante de um tema central da geopolítica mundial. A proposta de Lula não foi recebida, no entanto, com entusiasmo e gerou até reações negativas de alguns atores internacionais, como do presidente francês Emmanuel Macron (Martins, 2023). Alguns dos possíveis problemas com a proposta brasileira foram a falta de articulação com outros países diretamente envolvidos no conflito, as suspeitas criadas em torno das sinalizações de maior aproximação à Rússia e o fato da questão ucraniana estar distante de questões internacionais em que o país tem mais influência, como questões ambientais ou de desenvolvimento.

Na avaliação do cientista político Hussein Kalout, embora o Brasil tenha legitimidade e envergadura para propor algo como o “clube da paz”, houve precipitação na formulação da iniciativa e pressa em retomar o ativismo internacional do país com envolvimento em um tema complexo e não necessariamente prioritário para o Brasil (Martins, 2023). Já segundo o diretor do Centro Europeu de Economia Política Internacional, Fredrik Erixon, não obstante os esforços do presidente Lula para começar conversas de paz, Brasília não tem poder o suficiente na guerra na Ucrânia, a qual também não acreditaria que o mandatário brasileiro seria um mediador imparcial para conduzir as partes a um acordo (Barradas; Berjikian, 2023). Também é preciso reconhecer as dificuldades para a mediação que estavam fora do alcance da diplomacia do governo Lula, como a pouca disposição dos países em guerra para um esforço de negociação no período e os interesses de grandes potências envolvidos na questão, que reduzem a margem para a ação de outros atores (Coletta; Machado, 2023).

Conclusão

Por meio do que foi apresentado e analisado, conclui-se que o posicionamento brasileiro diante da guerra russo-ucraniana no primeiro ano do governo Lula se tornou mais ativo, tanto em termo de declarações, quanto de iniciativas, como o clube da paz, levando em conta os atritos evidenciados com o bloco euroamericano e a própria Ucrânia. Isso se deve, principalmente, à mudança de governo no Brasil e, por consequência, à condução da política externa liderada por um novo presidente, além da renovação do quadro dos principais formuladores dessa política.

A exposição realizada reforça o entendimento de que o conflito em curso entre a Rússia e a Ucrânia é um dos elementos definidores da configuração do sistema internacional nos dias de hoje e que seus impactos alcançam, ainda que indiretamente, todo o globo. Dessa forma, a análise de como o Brasil tem se posicionado nesse contexto e das consequências desse posicionamento tem enorme relevância, tanto para a pesquisa em Relações Internacionais e Política Externa, quanto para a orientação prática das diretrizes externas do país, especialmente no atual contexto em que os efeitos das manifestações do presidente Lula em relação a importantes temas internacionais têm recebido cada vez mais atenção.

O intuito de tornar o Brasil um protagonista global pela paz não se concretizou no contexto da guerra na Ucrânia durante o ano de 2023, visto que Lula não conseguiu ser o mediador que se propôs. A falta de sucesso nesse objetivo não exclui, no entanto, a validade das manifestações brasileiras em favor da paz, tanto por parte do presidente, quanto do corpo diplomático brasileiro, que serviram e continuam a servir como mais uma voz de pressão pelo fim das hostilidades no leste europeu.

Além disso, entende-se que os fatores positivos e negativos aqui identificados no posicionamento brasileiro em relação ao conflito podem ter causado danos momentâneos à imagem do país e da sua liderança diante de parceiros de longa data, mas não causaram estragos irreparáveis. Devem servir, portanto, para reorientar a estratégia da política externa brasileira para a guerra na Ucrânia e criar bases mais acertadas para a reinserção do Brasil no cenário internacional em curso, a fim de manter boas relações com todos os seus parceiros envolvidos e de preservar e impulsionar trocas comerciais, investimentos e cooperações.



Referências bibliográficas

LIMA, Maria Regina Soares de. A dialética da política externa de Lula 3.0: governo Lula 3.0 representa uma resposta à antítese bolsonarista. CEBRI-Revista, ano 2, n. 5, p. 79-95, jan./mar. 2023. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/artigo/74/a-dialetica-da-politica-externa-de-lula-30> Acesso em: 06 out. 2023.

PIMENTA, Gabriel Fernandes; TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. O Brasil e a guerra na Ucrânia: geopolítica e política externa no terceiro governo Lula. Conjuntura Austral, v. 14, n. 68, p. 100-112, out./dez. 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/131977>. Acesso em: 22 jan. 2024.

BARRADAS, Maria; BERJIKIAN, Kal. Podem as declarações de Lula sobre a guerra na Ucrânia afastar a Europa do Brasil? Euronews, 24 abr. 2023. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2023/04/24/podem-as-declaracoes-de-lula-sobre-a-guerra-na-ucrania-afastar-a-europa-do-brasil>. Acesso em: 29 jan. 2024.

COLETTA, Ricardo Della; MACHADO, Renato. Lula se frustrou como mediador de guerras, mas emplacou vitória diplomática em Essequibo: Presidente buscou, sem sucesso, ser facilitador entre Rússia e Ucrânia e viu resolução sobre Gaza ser vetada pelos EUA. Folha de S. Paulo, Brasília, 22 dez. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/12/lula-se-frustrou-como-mediador-de-guerras-mas-emplacou-vitoria-diplomatica-em-essequibo.shtml>. Acesso em: 30 jan. 2024.

COLIGAÇÃO Brasil da Esperança. Diretrizes para o programa de Reconstrução e Transformação do Brasil: Lula e Alckmin 2023-2026. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2022/BR/BR/544/candidatos/280001607829/pje-3b1196fd-Proposta%20de%20governo.pdf>. Acesso em: 06 out. 2023.

DW. Moscou avalia iniciativa de Lula pela paz na Ucrânia: brasileiro propôs criação de “clube da paz” para buscar solução política para o conflito. Ministério russo do Exterior elogia “postura soberana” do Brasil ao “rejeitar pressão dos EUA” para enviar armas a Kiev. DW, 23 fev. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/moscou-avalia-iniciativa-de-lula-pela-paz-na-ucr%C3%A2nia/a-64804117>. Acesso em: 08 nov. 2023.

ESTADÃO. As idas e vindas de Lula sobre a guerra na Ucrânia: conflito tem sido abordado pelo presidente brasileiro em todos os espaços diplomáticos que participou desde o retorno ao poder; declarações muitas vezes destoam uma da outra. Estadão, 23 ago. 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/as-idas-e-vindas-de-lula-sobre-a-guerra-na-ucrania/>. Acesso em: 07 nov. 2023.

FALCÃO, Tainá. EUA e União Europeia criticam declarações de Lula sobre guerra na Ucrânia: presidente do Brasil apontou Estados Unidos e UE como culpados pelo prolongamento do conflito e que decisão da batalha teria sido tomada por “dois países”. CNN Brasil, 17 abr. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eua-e-uniao-europeia-criticam-declaracoes-de-lula-sobre-guerra-na-ucrania/>. Acesso em: 08 nov. 2023.

G1. Lula nega ter igualado responsabilidade de Rússia e Ucrânia na guerra e pede saída negociada para o conflito: Lula deu declarações depois de participar de reunião com o presidente de Portugal, Marcelo Rebelo. Presidente vinha dizendo que tanto Rússia quanto Ucrânia eram responsáveis pela guerra. G1, Brasília, 22 abr. 2023a. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/04/22/lula-declaracao-portugal.ghtml>. Acesso em: 09 nov. 2023.

G1. Zelensky afirma que Lula pode ajudar no processo de paz ao reunir presidentes da América Latina: presidente da Ucrânia disse que não compreende por que ainda não se encontrou com Lula, mas afirmou que virá ao Brasil se for convidado. G1, 27 jul. 2023b. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/ucrania-russia/noticia/2023/07/26/zelensky-afirma-que-lula-pode-ajudar-no-processo-de-paz-ao-reunir-presidentes-da-america-latina-em-encontro.ghtml>. Acesso em: 13 nov. 2023.

GOMES, Pedro H.; KRÄHENBÜHL, Raquel. Lula diz que conversa com Zelensky abordou a importância da construção da paz e da manutenção do diálogo entre os países: reunião entre Lula e o presidente ucraniano durou uma hora e 10 minutos. Esse é o primeiro encontro dos chefes

de Estado após meses de opiniões divergentes sobre a guerra no leste europeu. G1, Nova York e Brasília, 20 set. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/09/20/ministro-da-ucrania-diz-que-lula-e-zelensky-tiveram-conversa-honesta-na-qual-entenderam-as-posicoes-da-cada-um.ghtml>. Acesso em: 14 nov. 2023.

GOV BR. Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da 78ª Assembleia da ONU: discurso lido pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas, na sede da ONU, em Nova York (EUA), em 19 de setembro de 2023. GOV BR, 19 set. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-78a-assembleia-da-onu>. Acesso em: 14 nov. 2023.

MARTINS, Américo. Lula se precipitou ao propor “clube da paz”, diz pesquisador de Harvard à CNN: Hussein Kalout afirma que convite do G7 para o presidente é reconhecimento da liderança dele, mas adverte que diplomacia brasileira comete erros de leitura da situação geopolítica. CNN Brasil, 17 maio, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/lula-se-precipitou-ao-propor-clube-da-paz-diz-pesquisador-de-harvard-a-cnn/>. Acesso em: 29 jan. 2024.

MARTINS, Américo; ZANFER, Gustavo. Lula recua e diz que cabe à Justiça decidir sobre prisão de Putin em caso de viagem ao Brasil: em declaração anterior, petista havia dito que russo não seria preso durante seu mandato caso viajasse ao Brasil. CNN Brasil, 11 set. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/lula-recua-e-diz-que-cabe-a-justica-decidir-sobre-prisao-de-putin-em-caso-de-viagem-ao-brasil/>. Acesso em: 14 nov. 2023.

MAZUI, Guilherme; NETO, Pedro A. Guerra na Ucrânia: Lula diz que Putin e Zelensky tentam ‘ganhar’ enquanto ‘pessoas estão morrendo’: presidente deu declaração durante entrevista a correspondentes internacionais, nesta quarta-feira (2). Petista também voltou a ressaltar que pretende participar da mediação. G1, 02 ago. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/08/02/guerra-na-ucrania-lula-diz-que-putin-e-zelensky-estao-na-fase-de-vou-ganhar-enquanto-pessoas-estao-morrendo.ghtml>. Acesso em: 13 nov. 2023.

NUGENT, Ciara. Lula conversa com TIME sobre Ucrânia, Bolsonaro e a frágil democracia Brasileira. Time, 04 maio, 2022. Disponível em: <https://time.com/6173104/lula-da-silva-transcricao/>. Acesso em: 07 nov. 2023.

OLIVEIRA, Eliane. Celso Amorim ou Mauro Vieira? Saiba quem faz a cabeça de Lula na política externa: Falas do presidente em temas como guerra na Ucrânia e Venezuela levam foco para sua assessoria internacional, e especialistas veem prevalência de Amorim sobre o chanceler, apesar de ambos alegarem ‘harmonia’. O Globo, Brasília, 04 jun. 2023b. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/06/celso-amorim-ou-mauro-vieira-saiba-quem-faz-a-cabeca-de-lula-na-politica-externa.ghtml>. Acesso em: 27 fev. 2024.

OLIVEIRA, Eliane. Itamaraty diz que Zelensky é bem-vindo ao Brasil, assim como qualquer outro chefe de Estado: segundo interlocutores da área diplomática, ainda não há contatos entre autoridades dos dois países para uma visita do presidente da Ucrânia. O Globo, Brasília, 27 jul. 2023a. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/07/27/itamaraty-diz-que-zelensky-e-bem-vindo-ao-brasil-assim-como-qualquer-outro-chefe-de-estado.ghtml>. Acesso em: 13 nov. 2023.

PRAZERES, Leandro. Na China, Lula pede que EUA ‘parem de incentivar a guerra’ na Ucrânia. BBC News Brasil, 14 abr. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c728lp7ew1po>. Acesso em: 08 nov. 2023.

SANTANA, Felipe. Lula e Zelensky não terão reunião bilateral durante cúpula do G7: presidente ucraniano propôs que o mandatário brasileiro o encontrasse durante o evento. Sala de reunião chegou a ser preparada, mas encontro não aconteceu por ‘incompatibilidade de agendas’. G1, 21 maio, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/05/21/lula-e-zelensky-nao-terao-encontro-bilateral-durante-cupula-do-g7-no-japao.ghtml>. Acesso em: 09 nov. 2023.

SCHREIBER, Mariana. Como falas polêmicas de Lula levaram Celso Amorim à Ucrânia. BBC News Brasil, Brasília, 10 maio, 2023a. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cqezz876rq7o>. Acesso em: 08 nov. 2023.

SCHREIBER, Mariana. Os erros e acertos da estratégia de Lula na guerra da Ucrânia. BBC News Brasil, Brasília, 19 abr. 2023b. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cpvq3y2v3g0o>. Acesso em: 26 jan. 2024.

WRIGHT, George. Ukraine war: US accuses Lula of parroting propaganda. BBC News, 18 abr.2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-65307553>. Acesso em 26 mar. 2024.

ZUCCHI, Gustavo. Três meses depois, Planalto homologa “viagem secreta” de Celso Amorim: assessor especial de Lula, ex-chanceler Celso Amorim visitou a Rússia entre março e abril, mas viagem só foi homologada pelo Planalto agora. Metrôpoles, 21 jul. 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/igor-gadelha/tres-meses-depois-planalto-homologa-viagem-secreta-de-celso-amorim>. Acesso em: 09 nov. 2023.





GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Janeiro de 2024

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em janeiro de 2024. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Através de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o OIMC e o LEGAL. O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital Iniciativa Amazônia+10.

Sumário

Bolívia.....	35
Brasil.....	36
Colômbia.....	38
Equador.....	40
Guiana.....	41
Peru.....	42
Suriname.....	42
Venezuela.....	43
OTCA.....	44

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

Não foram registradas ações políticas relevantes para a Pan-Amazônia no período.



Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

O mês de janeiro de 2024 foi marcado por denúncias de falta de proteção adequada do Estado brasileiro à comunidade indígena Yanomami, que habita a Amazônia em parte dos estados do Amazonas e Roraima. A comunidade tinha recebido atenção emergencial tão logo começou o terceiro governo Lula, em janeiro de 2023, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a visitou e decretou estado de emergência sanitária no território. Lula também anunciou ações interministeriais, coordenadas pelo Ministério de Povos Indígenas, para combater a desnutrição local, ampliar o acesso a medicamentos e promover ações de desintrusão de invasores, especialmente garimpeiros, que facilitam a disseminação da malária e poluem as águas da região ao utilizarem mercúrio para explorar ouro. As invasões na área haviam aumentado durante o governo Bolsonaro. [1]

Contudo, um ano depois da visita, o próprio presidente brasileiro reconheceu a dificuldade de derrotar o crime na região, em uma reunião feita com diversos ministros, em 9 de janeiro de 2024. Lula anunciou a adoção de uma nova perspectiva de enfrentamento, pela qual as ações deixarão de ser tratadas como emergenciais e se tornarão permanentes, envolvendo toda a máquina pública para vencer o que chamou de guerra contra o garimpo. Segundo o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, será criada uma “casa de governo” no território Yanomami, com representação fixa de vários ministérios, além das Forças Armadas e da Polícia Federal. A ideia partiu do Ministério dos Povos Indígenas. Além disso, o governo destinará um orçamento de R\$ 1,2 bilhão para as ações, via crédito extraordinário. [2]

Em 29 de janeiro, a Justiça Federal de Roraima reforçou, em sentença, que a crise humanitária no território Yanomami persiste e determinou que a União deve apresentar, em até 30 dias, um cronograma detalhado de ações para expulsar os garimpeiros e tornar duradouras as políticas públicas na área. [3] Em entrevista à imprensa, Dario Kopenawa, liderança yanomami, explicou que o governo havia aumentado a fiscalização e o controle do território no primeiro semestre de 2023, porém, em seguida, ocorreu um relaxamento das ações, o que abriu espaço para uma reinvestida dos garimpeiros e uma piora nas condições sanitárias. Kopenawa também apontou que o Ministério de Povos Indígenas precisa de mais dinheiro, equipe e autonomia para atuar melhor. [4]

Segundo a imprensa, o principal entrave para resultados melhores no combate ao garimpo, em 2023, deveu-se ao apoio instável das Forças Armadas, principalmente da Aeronáutica, para controlar o espaço aéreo e fazer a logística de entrega de alimentos aos yanomami. [5] Como consequência, o governo não conseguiu cumprir uma meta mensal de distribuição de 9 mil cestas básicas, ao longo de 2023, e terminou o ano com 34 mil cestas em estoque. Os motivos do fracasso incluíram uma quantidade de aeronaves disponibilizadas pela Força Aérea Brasileira abaixo do necessário, esgotamento do orçamento do Ministério da Defesa e mobilização de equipes militares para outras emergências, como chuvas na região Sul e secas na região Norte. [5] Entretanto, relatórios de inteligência da Funai e da Polícia Federal identificaram militares envolvidos

com o tráfico de ouro, os quais repassavam informações de operações do governo aos criminosos locais. [5] Atualmente, o governo busca uma forma de retirar as Forças Armadas da distribuição das cestas básicas e estuda repassar a ação para empresas privadas. [6]

No plano externo, o Ibama contatou diretamente a embaixada da Venezuela no Brasil para denunciar uma pista de avião clandestina, construída na fronteira com o Brasil e usada por garimpeiros que atuam no território yanomami. Em 29 de janeiro, as Forças Armadas da Venezuela destruíram a pista. [7] Por sua vez, cerca de 77 comunidades indígenas da Terra Raposa Serra do Sol, no nordeste de Roraima, incendiaram duas balsas e materiais de garimpo guianenses no Rio Maú, que divide o Brasil e a Guiana. As balsas eram legalizadas para fazer garimpo em território guianês, porém as comunidades indígenas brasileiras alegaram que as barcas praticavam a atividade durante a noite em seu território. [8]

A despeito destas dificuldade de proteção aos povos indígenas, cabe registrar o levantamento da ONG Imazon, divulgado em 23 de janeiro, de que a área desmatada em terras protegidas brasileiras (reservas indígenas e unidades de conservação) caiu 73% em 2023, em relação ao ano anterior. A área desmatada, porém, segue alarmante: correspondeu a 1,1 mil campos de futebol por dia. Os estados mais afetados foram Pará, Amazonas e Mato Grosso. [9]

Para além do tema das comunidades indígenas, o presidente Lula conversou por telefone, em 29 de janeiro, com seu homólogo colombiano, Gustavo Petro, a respeito dos incêndios florestais que ainda acometem o país vizinho, após meses de uma seca histórica no bioma amazônico, desde os meses finais de 2023. Petro sugeriu a criação de um ponto regional de prevenção a incêndios na Amazônia, e Lula propôs a criação de um grupo de trabalho na OTCA para discuti-lo. [10] Por sua vez, a ministra do Meio Ambiente do Brasil, Marina Silva, compareceu ao Fórum Econômico de Davos, em 17 de janeiro, para pleitear contribuições privadas ao fundo global de financiamento e conservação de florestas tropicais, proposto pelo Brasil na COP-28 do Clima, no ano passado. A ministra destacou que o fundo ajudará a proteger os povos tradicionais da Amazônia. [11]

Por fim, no dia 25 de janeiro, o chanceler Mauro Vieira reuniu-se com os chanceleres da Venezuela e da Guiana, Yván Gil Pinto e Hugh Todd, respectivamente para tratar da distensão na região de Essequibo, que integra a Pan-Amazônia. A reunião durou cerca de sete horas e foi considerada um bom “primeiro passo” pelo governo brasileiro, apesar de cada país vizinho manter suas reivindicações de soberania sobre o território. [12] Vieira reiterou que é fundamental valorizar a cultura de paz que predomina na América Latina e no Caribe [13].

Referências

[1]Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/01/5067832-lula-visita-terra-ianomami-para-tratar-da-cri-se-humanitaria.html>.

[2]Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202401/lula-vamos-tratar-os-yanomami-como-questao-de-estado>.

[3]Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/01/lula-fala-em-guer-ra-contra-garimpo-apos-governo-nao-expulsar-invasores-da-ti-yanomami.shtml>.

- [4]Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/%C3%A9-cedo-para-criticar-minist%C3%A9rio-dos-povos-ind%C3%ADgenas/a-68116891>.
- [5]Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/01/com-menos-atuacao-militar-34-mil-cestas-basicas-para-yanomamis-encalham.shtml>.
- [6]Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/01/governo-lula-estuda-tirar-militares-da-distribuicao-de-cestas-basicas-a-yanomamis.shtml>.
- [7]Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/01/30/exercito-venezuelano-destroi-pista-de-pouso-de-garimpeiros-na-terra-yanomami.ghtml>.
- [8]Disponível em: <https://www.folhabv.com.br/cotidiano/fronteira-com-essequibo-indigenas-admitem-destruicao-de-balsas-guianenses-para-combater-garimpo/>
- [9]Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/01/23/amaznia-tem-reduo-de-70-pontos-percentuais-em-desmatamento-de-reas-protegidas-em-2023.ghtml>.
- [10]Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2024/01/29/lula-incendios-colombia-gustavo-petro.htm>.
- [11]Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/01/17/marina-quer-buscar-investidor-privado-para-fundo-global.ghtml>.
- [12]Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/01/ministros-da-venezuela-e-da-guiana-falam-em-paz-na-regiao-apos-reuniao-no-itamaraty.shtml>
- [13]Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/essequibo-venezuela-e-guiana-falam-em-paz-apos-encontro-no-itamaraty>

Colômbia

Por Isabella Pereira e Júlia Furtado Reis

Em janeiro de 2024, o crescimento de incêndios florestais foi registrado em diversos pontos da Colômbia, afetando principalmente a porção amazônica do país. O fenômeno El Niño é responsável pelo aumento de focos de calor e pela redução da chuva, o que cria um ambiente favorável à disseminação dos incêndios. A ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Susana Muhamad antecipou, em 11 de janeiro, que a emergência climática deverá se agravar mais em fevereiro [1]. A série histórica das duas primeiras décadas do século XX mostra que fevereiro tem, usualmente, incêndios maiores e mais frequentes devido ao aumento do desmatamento [2]. Por isso, Muhamad anunciou a instalação da “Sala de Crise El Niño”, que funcionará por meio de reuniões semanais do governo para prevenir e mitigar os desastres.

Os incêndios florestais em Choco, região da Amazônia colombiana, por pouco não colocaram em xeque a presença do presidente colombiano, Gustavo Petro, no Fórum Econômico Mundial, que aconteceu em Davos, entre os dias 15 e 19 de janeiro de 2024 [3]. O principal tema que foi abordado por Petro é recorrente em sua política externa: a proposta de troca de dívidas externas por ações concretas no enfrentamento à crise climática, o que seria, na sua visão, a base de um “Plano Marshall” global. Esta ideia já havia sido levada por ele ao mesmo espaço, no ano anterior.

No segundo dia do evento, Petro afirmou que o compromisso de financiamento de U\$100 bilhões de dólares anuais dos países ricos aos países em desenvolvimento (acordado nos Acordos de Paris de 2015 e jamais implementado) não é mais suficiente. Declarou que, a cada ano, a quantidade de financiamento necessário passa a ser 30 vezes superior ao anterior. Assim, reforçou, novamente, que “poderíamos alcançar esses números gerando, com os recursos públicos de

todos os países do mundo, um grande Plano Marshall de ação climática para preservar a vida no planeta” [4].

O aumento na dívida climática do planeta é calculado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo o órgão, esta dívida pode ser entendida como a soma de todos os danos advindos dos efeitos negativos das emissões de dióxido de carbono, cujos custos se impõem ao planeta sem compensação. A instituição estima que a dívida climática entre os anos de 1959 e 2018 pode chegar a U\$59 trilhões de dólares e prevê seu aumento para U\$80 trilhões entre 2019 e 2035 [5].

Ademais, Petro reforçou o chamado para que os países do Norte “apaguem” suas emissões de dióxido de carbono e transformem suas economias. Apontou que os países do Sul são aqueles que poderão prover energia limpa para que o processo de “apagamento” das chaminés do Norte possa ocorrer. O presidente colombiano se mostrou inclinado, inclusive, à construção de um pacto americano para energias limpas, uma vez que o caminho para a descarbonização implicaria acordos. Por fim, pediu à Organização Mundial de Comércio (OMC) que condicione regras comerciais aos compromissos assumidos pelos países no Acordo do Clima de Paris [6].

Na segunda quinzena de janeiro, os incêndios florestais se agravaram. No dia 23 de janeiro, 583 municípios declararam estado de alerta vermelho [7]. No dia 27, após uma reunião da “Sala de Crise do El Niño”, Petro alertou que os incêndios na Amazônia colombiana têm dimensões diferentes dos que aconteceram no passado, já que não podem ser combatidos por via terrestre, o que faz com que se espalhem em uma extensão que ainda não foi vista na região [8]. No mesmo dia, declarou que a Colômbia se encontra em “situação de desastre nacional”. A operação nacional de combate aos incêndios, acionada ao longo de janeiro, contou com 30 aeronaves e uma equipe de cerca de 3.800 pessoas, entre bombeiros, voluntários e agentes de órgãos de socorro [9].

Com a perspectiva de piora dos incêndios em fevereiro, Petro acredita que o apoio da comunidade internacional e o acionamento de protocolos internacionais no tema será fundamental. Em conversas bilaterais, propôs que os países amazônicos instalem um posto de comando unificado para coordenar uma resposta. No dia 27, o Peru enviou parte de sua equipe de contenção de incêndios florestais para auxiliar a Colômbia [10]. Brasil, Canadá, Estados Unidos e México também ofereceram apoio. No dia 29 de janeiro, Petro conversou com seu homólogo brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, que propôs a criação de um grupo de trabalho no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) para avançar coletivamente na contenção dos desastres [11].

Referências

[1]Disponível em: <https://petro.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/Sala-de-Crisis-Nacional-y-apoyo-a-los-territorios-instruccion-de-presidente-Petro-en-nueva-fase-del-fenomeno-240111.aspx>

[2]Disponível em: <https://www.elespectador.com/ambiente/amazonas/incendios-en-colombia-en-febrero-vienen-dias-muy-dificiles-para-la-amazonia/>

[3]Disponível em: <https://www.semana.com/politica/articulo/esta-es-la-casa-en-davos-por-la-que-el-gobierno-petro-pago-4500-millones-de-pesos-la-inversion-del-arriendo-se>

[recupera-con-creces/202417/](#)

[4]Disponível em: <https://www.elcolombiano.com/negocios/plan-marshall-que-propone-gustavo-petro-presidente-de-colombia-en-davos-no-ha-tenido-eco-ED23575188>

[5]Disponível em: <https://www.imf.org/es/Publications/fandd/issues/2023/09/settling-the-climate-debt-clements-gupta-liu>

[6]Disponível em: <https://www.elcolombiano.com/colombia/petro-insistio-en-davos-sobre-plan-marshall-para-frenar-crisis-climatica-KB23557058>

[7]Disponível em: <https://petro.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/583-municipios-en-alerta-roja-de-incendios-por-el-fenomeno-de-El-Nino-240123.aspx>

[8]Disponível em: <https://www.elespectador.com/ambiente/fenomeno-de-el-nino-gobierno-actua-plan-estrategico-para-la-amazonia/>

[9]Disponível em: <https://petro.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/Para-atender-incendios-forestales-en-el-pais-tenemos-capacidades-de-20-800-personas-y-solo-hemos-utilizado-3800-240127.aspx>

[10]Disponível em: <https://petro.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/Equipo-de-extincion-de-incendios-forestales-de-la-Fuerza-Aerea-del-Peru-ya-esta-en-Colombia-240127.aspx>

[11]Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202401/lula-conversa-com-presidente-da-colombia-sobre-incendios-que-atingem-territorio-colombiano>

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

No dia 23 de janeiro, a Assembleia Nacional do Equador derrubou vetos postos por Guillermo Lasso, quando era presidente do país, a 18 artigos que reformam a Lei Orgânica do Planejamento Integral da Circunscrição Territorial Especial Amazônica, aprovada pela casa legislativa em 31 março de 2023. A derrubada dos vetos contou com o apoio de 125 dos 137 membros da casa legislativa. A lei garante políticas públicas específicas para a região da Amazônia equatoriana, como políticas de comércio, produção, assistência da população e proteção do território. Também estabelece mais de 50 alterações em normativas jurídicas.

A derrubada dos vetos levará à imposição de regras de proteção ambiental que deverão ser observadas para o exercício de atividades econômicas e a criação de um cadastro de produtores e fornecedores locais, que devem ter permanência de dez ou mais anos ininterruptos na região. Outra alteração foi feita no Fundo de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, que deverá destinar 8% de seus recursos para universidades e escolas politécnicas locais. Na área de saúde, foi definida a criação de uma secretaria técnica para atender pessoas com doenças raras, vítimas de catástrofes e órfãs. Cabe registrar que a agenda ambiental foi enfatizada na campanha do atual presidente do Equador, Daniel Noboa, empossado em novembro de 2023.

Referências

[1]Disponível em: <https://www.eloriente.com/articulo/la-reforma-a-la-ley-amazonica-recibio-respaldo-mayoritario-en-la-asamblea/39470>

[2]Disponível em: <https://www.primicias.ec/noticias/politica/asamblea-ley-amazonica-guillermo-lasso/>



Guiana Por Guilherme Fritz

Desde o final de 2023, a região de Essequibo vem ganhando destaque na Pan-Amazônia, principalmente para Guiana e Venezuela, protagonistas de uma tensão em torno de sua soberania. Até o momento, nenhum ataque militar ocorreu, mas a população de Essequibo convive com o medo de uma possível invasão. Isto vem produzindo tanto movimentos de emigração do território, quanto pedidos de mobilização, por parte do restante da população do país, para que os moradores locais se mantenham firmes e resistam em suas casas caso haja algum agravamento da situação [1].

Para evitar o conflito, o Brasil busca a mediação dos diálogos. Um acordo para não se usar força militar e prosseguir negociações foi firmado em 14 de dezembro, em São Vicente e Granadinas, com a participação de Celso Amorim. Por sua vez, em 25 de janeiro, ocorreu a primeira reunião entre as partes para dar sequência ao diálogo, em Brasília, mediada pelo chanceler brasileiro Mauro Vieira. Os representantes de Guiana e Venezuela mantiveram a promessa de paz e de resolução diplomática da tensão, mas nenhuma medida definitiva para cessar hostilidades foi adotada [2].

O cerne da tensão é a renda derivada da exploração de petróleo (crescente, nos últimos anos, na costa de Essequibo) e a importância que a matéria-prima ainda tem em diversas cadeias econômicas. Ao longo de janeiro, o preço internacional do barril de petróleo subiu em decorrência de ataques de rebeldes houthis do Iêmen a petroleiros estadunidenses no Mar Vermelho [3]. Este tipo de acontecimento favorece a busca, por países importadores de petróleo, de fornecedores alternativos, para além do Oriente Médio, como é o caso da Guiana.

Neste sentido, no início de janeiro, o governo da Índia aprovou um Memorando de Entendimento com a Guiana, o qual estabelece uma cooperação bilateral no setor de hidrocarbonetos [4]. Além disso, também no início do mês, o Subsecretário Adjunto de Defesa dos Estados Unidos para o Hemisfério Ocidental, Daniel P. Erikson, visitou a Guiana e reforçou a importância da parceria entre os países em termos de segurança e defesa [5] [6]. Por sua vez, o presidente da Guiana, Irfaan Ali, anunciou maiores investimentos nas forças de defesa do país [7].

Referências

- [1]Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2024/1/11/fears-simmer-in-essequibo-region-as-venezuela-eyes-the-disputed-territory> -
- [2]Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/01/ministros-da-venezuela-e-da-guiana-falam-em-paz-na-regiao-apos-reuniao-no-itamaraty.shtml>
- [3]Disponível em: <https://www.kaieteurnewsonline.com/2024/01/28/red-sea-crisis-houthi-attacks-raising-prices-worldwide/>
- [4]Disponível em: <https://www.kaieteurnewsonline.com/2024/01/06/indian-govt-approves-mou-to-explore-guyanas-oil-blocks/>
- [5]Disponível em: <https://www.kaieteurnewsonline.com/2024/01/09/top-u-s-defence-official-on-visit-to-guyana/>
- [6]Disponível em: <https://www.kaieteurnewsonline.com/2024/01/10/deputy-assistant-secretary-of-defense-u-s-assessing-need-for-military-base-in-caribbean/>

[7]Disponível em: <https://www.kaieteurnewsonline.com/2024/01/09/govt-to-build-police-marine-air-capabilities/>

Peru

Por Kethlyn Winter e Jefferson Nascimento

Não foram registradas ações políticas relevantes para a Pan-Amazônia no período.

Suriname

Por Guilherme Fritz

No dia 10 de janeiro, o presidente Chandrikapersad Santokhi reuniu-se com o embaixador dos Estados Unidos, Robert Faucher, e também com o subsecretário adjunto do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, Daniel Erikson. Os oficiais do governo estadunidense se encontraram, ainda, com o ministro da Defesa do Suriname, Krishna Mathoera, e com o Comandante do Exército Nacional, Coronel Werner Kioe A Sen. O objetivo das reuniões foi o fortalecimento de uma parceria militar entre os Estados Unidos e o Suriname. A questão climática e a segurança transfronteiriça foram assuntos abordados, assim como a disputa pela fronteira entre Venezuela e Guiana, que, segundo os oficiais estadunidenses, precisa ser resolvida através da democracia e do Estado de Direito [1] [2].

Ainda no plano externo, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Albert Ramdin, publicou uma nota alertando a população do Suriname sobre os perigos de exercerem atividades ilícitas em regiões de fronteira, pois o país não teria plenas condições de auxiliar sua população em todos os lugares [3]. Conforme relatado na seção sobre Brasil deste monitor, balsas de garimpos guianenses foram destruídas por indígenas brasileiros ao atravessarem da Guiana para Roraima.

No plano doméstico, no dia 5 de janeiro, o Ministério do Ordenamento do Território e do Meio Ambiente organizou um evento com o intuito de realizar um balanço do trabalho feito em 2023 e anunciou alguns projetos para 2024, como a criação da Autoridade Nacional Ambiental, que terá o papel de monitorar e fazer cumprir a legislação ambiental [5]. Alguns dias depois, em 8 de janeiro, o mesmo ministério organizou um workshop voltado para o compartilhamento da experiência da delegação do Suriname na COP-28, de tal forma que um planejamento mais robusto possa ser feito para a participação do país na COP-29 [6].

Além disso, no dia 17 de janeiro, o mesmo Ministério do Ordenamento do Território e do Meio Ambiente realizou a primeira reunião responsável pela formulação de um Acordo Nacional do Clima, com foco no setor energético do país. Além de salientar a importância do controle das emissões de gases de efeito estufa, o governo do Suriname entende que a criação do acordo simboliza uma colaboração concreta do país para a comunidade internacional em prol da

mitigação das mudanças climáticas [7].

Por fim, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Albert Ramdin, discursou, no dia 15 de janeiro, para a Associação de Economistas do Suriname. Ele enfatizou a necessidade de o país aprender com a experiência de outros Estados e evitar uma alavancagem econômica pautada unicamente nos setores de óleo e gás. Ramdin apontou a importância da diversidade de produção energética e do estímulo a outros setores da economia, como agricultura, da pesca, do turismo e dos serviços [8]. Entretanto, tais elaborações não foram acompanhadas de planos concretos, até o momento.

Referências

- [1]Disponível em: <https://gov.sr/suriname-en-verenigde-staten-van-amerika-bespreken-samenwerking/>
- [2]Disponível em: <https://gov.sr/us-deputy-assistant-secretary-of-defense-for-the-western-hemisphere-op-bezoek-in-suriname/>
- [3]Disponível em: <https://gov.sr/risicos-en-gevolgen-van-drugsmokkel-voor-surinamers-in-het-buitenland/>
- [4]Disponível em: <https://gov.sr/declaration-of-the-south-american-countries-members-of-the-brasilia-consensus/>
- [5]Disponível em: <https://gov.sr/terugblik-en-toekomstplannen-ministerie-van-ruimtelijke-ordering-en-milieu/>
- [6]Disponível em: <https://gov.sr/suriname-zet-koers-naar-cop-29-debriefing-van-cop-28-en-voorbereiding-op-toekomstige-actie/>
- [7]Disponível em: <https://gov.sr/eerste-overleg-ministerie-van-rom-en-energiesector-markant-begin-voor-nationaal-klimaat-akkoord-suriname/>
- [8]Disponível em: <https://gov.sr/minister-ramdin-benadrukt-noodzaak-glas-halfvol-visie-bij-nieuwjaarslezing-ves/>

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

Em janeiro de 2024, pautas concernentes à região da Amazônia venezuelana apareceram no discurso presidencial de Nicolás Maduro. A pauta ecológica foi incluída nas Sete Transformações (7T) até 2030, apresentadas pelo presidente na ocasião de sua Mensagem Anual para a Nação, na Assembleia Nacional, em 15 de janeiro. No evento, Maduro apresentou, em linha gerais, princípios que deverão guiar a ação política do país e sua inserção dentro da nova configuração do mundo multicêntrico e multipolar, por meio da chamada Diplomacia da Paz [1].

No que se refere à transformação ecológica, Maduro ressaltou a importância de se preservar o planeta, bem como de se preparar o país para o combate à emergência climática. Segundo ele, o governo buscará “preparar integralmente o país para enfrentar a emergência climática mundial e mitigar o impacto ambiental físico-estrutural que já tem e ainda terá a crise climática, bem como salvaguardar a Amazônia venezuelana e sul-americana e todas as nossas reservas naturais da voracidade do capitalismo depredador, como Lula está fazendo no Brasil” [2] [3]. No entanto, não ficou claro como tal objetivo será

alcançado, em termos de um plano de ação concreta.

Contrastando com a declaração, no dia 16 de janeiro, a ONG SOS Orinoco publicou uma denúncia acerca do aumento e do deslocamento da mineração ilegal para outras áreas da Amazônia venezuelana. De acordo com o relatório da organização, esse crescimento se deu após o desdobramento de uma operação militar das Forças Armadas Nacionais Bolivarianas (FANB), que teve início em meados de 2023, a Operação Autuana, cujo objetivo era erradicar tais práticas ilegais [4]. Assim, uma das áreas de maior crescimento da mineração ilegal foi no território do parque nacional de Yapacana, local de forte atuação da FANB em 2023 [5]. De acordo com a SOS Orinoco, os praticantes da mineração ilegal acabam por “abrir novas minas no mesmo ecossistema”, criadas, inclusive, com aprovação da FANB [6].

Tendo em vista a repercussão da denúncia da SOS Orinoco, militares venezuelanos destruíram, no dia 30 de janeiro, um acampamento usado para a mineração ilegal no Amazonas. A divulgação da ação foi feita por um comandante da FANB, Domingo Hernández Lárez, em sua conta na rede social X, que informou que a localização de tal acampamento aconteceu durante patrulhamento em tal zona. No local, a FANB prendeu quatro mineradores; destruiu sete estruturas de apoio logístico, abrigo e degradação do solo, nove motobombas, materiais de construção e outros objetos utilizados para mineração; e desmontou uma pista de voo clandestina [7].

Referências

- [1]Disponível em: <https://mppre.gob.ve/2024/01/31/cancilleria-define-ruta-seguir-lograr-transformaciones-propuestas-presidente-maduro/>
- [2] Disponível em: <http://www.mindefensa.gob.ve/mindefensa/2024/01/16/presentacion-ante-la-asamblea-nacional-los-poderes-publicos-y-el-pueblo-venezolano-del-mensaje-anual-a-la-nacion-del-presidente-nicolas-maduro-moros/>
- [3]Disponível em: <http://www.minec.gob.ve/mandatario-nacional-reitera-llamado-a-trabajar-por-la-recuperacion-economica/>
- [4]Disponível em: <https://efectococuyo.com/la-humanidad/sos-orinoco-denuncia-aumento-de-la-mineria-ilegal-en-la-amazonia-venezolana-tras-operativo-militar/>
- [5]Disponível em: <http://www.minec.gob.ve/jefe-de-estado-respalda-operacion-autana-en-defensa-de-la-soberania-nacional/>
- [6]Disponível em: <https://www.elnacional.com/venezuela/sos-orinoco-denuncia-aumento-de-la-mineria-ilegal-en-la-amazonia-venezolana-tras-operativo-militar/>
- [7]Disponível em: <https://www.eluniversal.com/internacional/173861/militares-destruyen-un-campamento-usado-para-mineria-ilegal-en-amazonas-venezolano>.

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

No dia 10 de janeiro, a OTCA organizou uma reunião para tratar sobre a Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ) e a reativação da parceria entre ambas as instituições [1]. O encontro, que reuniu 80 representantes dos países pan-amazônicos, faz parte das ações previstas na Declaração de Belém e visa a ampliar a cooperação e o compartilhamento de informações entre a

OTCA e a UNAMAZ. Conforme a declaração, o objetivo da reaproximação é fortalecer o papel da UNAMAZ como instrumento de divulgação científica e embasamento de políticas públicas, programas e projetos voltados especialmente para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Na OTCA, as instâncias responsáveis pela articulação com a UNAMAZ serão a Secretaria Permanente e as Comissões Especiais de Ciência e Tecnologia e Educação. Estima-se que, junto ao Painel Científico da OTCA, a UNAMAZ desempenhe um importante papel na validação das informações disponibilizadas pelo Observatório Regional Amazônico.

No dia 11 de janeiro, houve a primeira reunião para análise e aprovação das “Propostas de Protocolos para o monitoramento da qualidade das águas superficiais na Bacia Amazônica”, nos marcos do Projeto Amazonas [2]. Os protocolos farão parte das discussões da Rede de Autoridades da Água (RADA) da OTCA, criada em agosto de 2023, que tem por finalidade promover a cooperação e o apoio mútuo na gestão e no monitoramento de recursos hídricos da região. Além da RADA, os protocolos também integrarão a Rede Hidrológica da Amazônia (RHA) e a Rede de Qualidade da Água (RCA), aprovadas em 2019 como resultado do “Projeto Amazonas: Ação Regional na Área de Recursos Hídricos – Fase II”. A finalidade dos protocolos é fornecer diretrizes para instalação, adequação e operação de estações hidrológicas de monitoramento, de modo a garantir a adequação metodológica de todos os países-membros da OTCA.

Referências

[1]Disponível em: <https://otca.org/pt/paises-membros-da-otca-analisarao-propostas-de-protocolos-para-o-monitoramento-das-aguas-superficiais-na-bacia-amazonica/>

[2]Disponível em: <https://otca.org/pt/reuniao-entre-os-paises-membros-da-otca-sobre-a-reativacao-da-associacao-de-universidades-amazonicas-unamaz>





GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Fevereiro de 2024

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em fevereiro de 2024. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Por meio de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o OIMC e o LEGAL. O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital Iniciativa Amazônia+10.

Sumário

Bolívia.....	46
Brasil.....	48
Colômbia.....	50
Equador.....	51
Guiana.....	52
Peru.....	54
Suriname.....	55
Venezuela.....	56
OTCA.....	57

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

Em fevereiro de 2024, a Amazônia boliviana foi assolada por fortes chuvas e inundações. Em decorrência destes fenômenos, até o final do mês, cerca de 40 pessoas morreram e 36 mil famílias foram afetadas pelas cheias, que atingiram mais de 100 municípios. A cidade de Cobija, capital do departamento de Pando, foi especialmente atingida. Com o avanço do rio Acre sobre a cidade, mais de 15 bairros

foram inundados e mais de 5 mil pessoas tiveram de ser evacuadas de suas casas. Durante toda a segunda quinzena do mês de fevereiro, o departamento ficou sob estado de alerta [1].

Na política externa, Celinda Sosa Lunda, chanceler boliviana, liderou uma visita oficial ao Brasil, na qual esteve acompanhada dos vice-ministros de Relações Exteriores, de Comércio Exterior e Integração e de Gestão Consular e Institucional. Também estiveram na comitiva o ministro de Hidrocarbonetos, Franklin Molina, e o ministro de Desenvolvimento Rural e Terras, Remmy Gonzáles. Durante a viagem, foram assinados dois memorandos de entendimento entre os países. Um deles toca a Amazônia, já que prevê a realização de estudos ligados a mapeamento geológico de algumas regiões fronteiriças, fertilizantes nitrogenados e medidas de facilitação de comércio de insumos. O memorando fala explicitamente na realização de estudos e projetos em Três Lagoas (MS) e Cuiabá (MT), no Brasil; e em Porto Quijarro (Santa Cruz), Uyuni (Potosí), Copaisa (Oruro) e Santivañez (Cochabamba), na Bolívia [2].

Em seguida à divulgação do memorando, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços brasileiro destacou a cooperação em energia e expressou interesse em auxiliar o Estado boliviano na capacitação e na obtenção de recursos para o desenvolvimento de cadeias ligadas ao gás natural, matéria-prima para a produção de nitrogenados [3]. Poucos dias depois da visita, Celinda Sosa declarou que o aprofundamento da relação bilateral é importante para a integração latino-americana e salientou a importância de organizações regionais, inclusive a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) [4].

Em fevereiro, encerrou-se o mandato da boliviana Alexandra Moreira como Secretária-Geral da OTCA, iniciado em 2019. Como homenagem ao período que esteve à frente da organização, Moreira foi presenteada, pelo governo brasileiro, com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, conforme detalhado na seção sobre OTCA deste monitor. [5]

Por fim, ao longo do mês, repercutiram, na Bolívia, declarações da Polícia Antinarcóticos de que traficantes bolivianos que usam rotas na Amazônia boliviana e peruana são de “alto nível”. No mês anterior, autoridades peruanas apreenderam 7,2 toneladas de cocaína em balsas de madeira provenientes da Bolívia [6]. O aumento exponencial do tráfico de ilícitos pela Amazônia é um tema de destaque no país, nos últimos anos, sobretudo com o crescimento da presença de facções e cartéis na floresta. Sobre este tema, nos dias 20 e 21 de fevereiro, foi realizada, em La Paz, a reunião anual do Programa de Cooperación entre América Latina, el Caribe y la Unión Europea en Materia de Política de Drogas (COPOLAD). Entre diversos assuntos, a reunião tratou do tráfico de drogas na Amazônia [7].

Referências

[1] Disponível em: <https://www.lostiempos.com/actualidad/pais/20240304/preven-mas-lluvias-oriente-cobija-retorna-clases>

[2] Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/atos-assinados-por-ocasio-da-visita-da-ministra-das-relacoes-exteriores-do-estado-plurinacional-da-bolivia-brasilia-30-de-janeiro-de-2024

[3] Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-01/brasil-e-bolivia-assinam-acordo-para-ampliar-producao-de-fertilizantes>

[4] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/02/02/13854/?fbclid=IwAR0oYO>

[WoPcCWE4YxmWCzaatHZu-VaKY3gJtRTnGWyejQBv1kr-GV1I4f5A](https://otca.org/pt/alexandra-moreira-e-homenageada-com-a-gra-cruz-da-ordem-nacional-do-cruzeiro-do-sul-ao-encerrar-mandato-na-otca/)

[5]Disponível em: <https://otca.org/pt/alexandra-moreira-e-homenageada-com-a-gra-cruz-da-ordem-nacional-do-cruzeiro-do-sul-ao-encerrar-mandato-na-otca/>

[6]Disponível em: <https://www.lostiempos.com/actualidad/seguridad/20240206/policia-antidroga-peru-dice-que-narcos-bolivia-son-gran-nivel>

[7]Disponível em: <https://copolad.eu/es/la-reunion-anual-de-copolad-reitera-la-necesidad-de-la-cooperacion-internacional-para-mejorar-las-politicas-de-drogas/>

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

Fevereiro de 2024 foi marcado por eventos climáticos extremos e contrastantes na Amazônia brasileira: enquanto o estado de Roraima enfrentou uma seca histórica e incêndios que levaram prefeituras a decretar situação de emergência, o estado do Acre registrou chuvas intensas, que provocaram transbordamento de rios, enchentes, mortes e milhares de desabrigados [1]. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) registrou um aumento de 286% nos focos de queimadas, na comparação com fevereiro de 2023, sendo o estado de Roraima o que teve maior número de registros [2]. Por outro lado, os alertas de desmatamento na Amazônia diminuíram em 29,7%, se comparado com o mesmo período do ano anterior. Em fevereiro de 2023, cerca de 321,9 km² da floresta amazônica foram desmatadas e, em fevereiro de 2024, esse número foi de 226,2 km². O índice vem sendo utilizado desde 2016 na série histórica do sistema Deter [3].

Na política externa, a agenda de trabalho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva incluiu falas em defesa da floresta amazônica em eventos internacionais. Em 17 de fevereiro, Lula participou da abertura da 37^a Cúpula da União Africana, em Adis Abeba, na Etiópia, como convidado de honra. Em seu discurso, destacou que cuidar da saúde do planeta é uma prioridade de seu governo e que “sem os países em desenvolvimento, não será possível a abertura de um novo ciclo de expansão mundial, que combine crescimento, redução das desigualdades e preservação ambiental, com ampliação das liberdades”. Também afirmou que “o imperativo de proteger as duas maiores florestas tropicais do mundo, a Amazônica e a do Congo, nos torna protagonistas na agenda climática” [4].

Alguns dias depois, em 28 de fevereiro, Lula viajou a Georgetown, capital da Guiana, para participar do encerramento da 46^a Cúpula da Comunidade do Caribe (CARICOM), a convite do bloco. Neste discurso, Lula criticou a insuficiência da arquitetura financeira global para enfrentar a emergência climática e convidou os países que não fazem parte da OTCA a se somarem à declaração “Unidos por Nossas Florestas”, lançada na última cúpula presidencial do bloco amazônico, em agosto de 2023 [5]. Esta declaração reivindica que países desenvolvidos destinem maiores recursos para países em desenvolvimento com florestas tropicais, para executarem ações mais ambiciosas contra as mudanças climáticas e a favor da preservação da biodiversidade. Indonésia, Congo e República Democrática do Congo também são signatários do documento.

Em meio à cúpula da CARICOM, Lula, acompanhado de ministros brasileiros, teve uma reunião com os presidentes da Guiana, Irfaan Ali, e Chan Santoki, do

Suriname. A delegação brasileira apresentou o plano “Rotas da Integração Sul-Americana”, uma série de projetos de investimento em logística que o Ministério do Planejamento lançou em dezembro de 2023, e que inclui obras no norte da América do Sul, a fim de aumentar a conectividade e o comércio entre os países amazônicos. Estão previstas ações em portos, aeroportos, hidrovias, ferrovias e rodovias, além do desenvolvimento de sistemas de comunicação, monitoramento e gerenciamento de impacto de desastres naturais [6].

Perguntado pela imprensa se havia tratado da tensão em Essequibo (região amazônica disputada por Guiana e Venezuela) com o presidente guianense durante a reunião, Lula respondeu que o foco da conversa foi desenvolvimento, mas que “o presidente Irfaan sabe, como sabe o presidente Maduro, que o Brasil está disposto a conversar com eles na hora em que for necessário” [7]. Algumas semanas antes, em 4 de fevereiro, o Exército brasileiro anunciou a chegada, em Boa Vista (RR), de 28 veículos blindados, saídos de Campo Grande (MS), para reforçar a segurança na fronteira com a Venezuela e a Guiana, a fim de dissuadir o uso de força militar entre os vizinhos. Segundo o Exército, também haverá 10% de aumento no efetivo de tropas no Comando Militar do Norte e no Comando Militar da Amazônia [8].

Ainda durante a cúpula da CARICOM, Lula se encontrou com Mia Mottley, primeira-ministra de Barbados, que lidera a Iniciativa de Bridgetown, nome em referência à capital da ilha caribenha. A iniciativa inclui propostas de reformas em instituições financeiras globais, como o Banco Mundial e o Fórum Econômico Mundial (FMI), no sentido de estabelecer um novo pacto sobre como os países ricos devem ajudar os países pobres a enfrentar as mudanças climáticas e se adaptar a elas [9].

Por sua vez, o chanceler brasileiro, Mauro Vieira, também deu destaque à agenda ambiental em um evento internacional e ressaltou a conexão entre cooperação global e proteção do meio ambiente, ainda que sem mencionar expressamente a Amazônia. Em 21 de fevereiro, Vieira abriu os trabalhos da primeira reunião entre ministros homólogos do G20 sob a presidência do Brasil, no Rio de Janeiro, e lembrou que o desenvolvimento sustentável, em suas dimensões econômica, social e ambiental, é uma das três prioridades que o país dará às discussões do grupo em 2024, ao lado da reforma da governança global e do combate a fome, pobreza e desigualdade [10].

O Brasil é o único país amazônico que integra o G20. Cabe registrar que um grupo de trabalho específico sobre sustentabilidade ambiental e climática, entre ministros de Meio Ambiente do G20, será conduzido pelo Itamaraty e pelo Ministério de Meio Ambiente e Clima ao longo de 2024. A agenda de discussão terá quatro pontos: 1) adaptação preventiva e emergencial frente a eventos climáticos extremos; 2) pagamentos por serviços: valoração e preservação de serviços ecossistêmicos; 3) oceanos; e 4) resíduos e economia circular. As primeiras reuniões, entre autoridades subministeriais, ocorreram no final de janeiro. Além disso, o G20 terá uma Força-Tarefa para a Mobilização Global contra a Mudança do Clima, que discutirá energia, mitigação e metas de contribuições nacionais voluntárias, e uma Iniciativa sobre Bioeconomia, duas linhas de trabalho transversais às atividades de vários grupos de trabalho [11].

Por fim, em 1º de fevereiro, Vanessa Grazziotin, ex-senadora pelo Amazonas, tomou posse como diretora executiva da OTCA, após indicação do governo brasileiro



ao cargo, o 2º mais alto na linha de comando da organização, após o Secretário-Geral – cargo atualmente vago [12]. Além disso, em 27 de fevereiro, o Fundo Amazônia ganhou um novo doador: o Japão anunciou o depósito de 400 milhões de ienes (cerca de R\$ 13 milhões). O aporte foi anunciado por meio da assinatura de um acordo entre a embaixada do país em Brasília e o BNDES, gestor do fundo. A ação tornou o Japão o 7º país a doar para o fundo, sendo o primeiro localizado na Ásia. Os demais países doadores são Noruega, Alemanha, Reino Unido, Suíça e Estados Unidos [13].

Referências

- [1]Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/amazonia-de-extremos-por-que-floresta-ve-seca-com-recorde-de-queimadas-e-inundacao-ao-mesmo-tempo/>
- [2]Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/amazonia-tem-alta-de-286-nos-focos-de-queimadas-em-fevereiro>
- [3]Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/03/alertas-de-desmatamento-na-amazonia-caem-30-em-fevereiro.shtml>
- [4]Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/discurso-do-presidente-lula-durante-abertura-da-37a-cupula-da-uniao-africana>
- [5]Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/unidos-por-nossas-florestas-2013-comunicado-conjunto-dos-paises-florestais-em-desenvolvimento-em-belem
- [6]Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202402/presidentes-do-brasil-guiana-e-suriname-se-reunem-nao-cupula-em-georgetown>
- [7]Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/por-que-lula-diz-que-nao-debatera-tensao-em-essequibo-com-maduro/>
- [8]Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-02/blindados-chegam-roraima-e-reforcam-fronteira-com-venezuela-e-guiana>
- [9]Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/02/presidente-lula-se-reune-com-a-primeira-ministra-de-barbados>
- [10]Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/discurso-do-ministro-mauro-vieira-por-ocasio-da-reuniao-de-ministros-de-relacoes-exteriores-do-g20-2013-rio-de-janeiro-21-de-fevereiro-de-2024
- [11]Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/gt-de-sustentabilidade-ambiental-e-climatica-do-g20-tem-primeira-reuniao-sob-presidencia-brasileira>
- [12]Disponível em: <https://otca.org/pt/novas-diretoras-da-otca-assumem-o-compromisso-com-a-amazonia/>
- [13]Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202402/japao-anuncia-doacao-para-o-fundo-amazonia>

Colômbia

Por Isabella Pereira e Júlia Furtado Reis

Ao longo de fevereiro de 2024, os pontos de calor diminuíram na região amazônica da Colômbia em mais de 90%, quando comparado ao ano de 2023, segundo o Instituto Amazônico de Pesquisas Científicas (Sinchi). Apesar do resultado positivo, o período é apenas o início da temporada de maior calor no bioma, que perdura por mais três meses. O motivo da diminuição se deve a uma anomalia climática na região: chuvas em um período de seca, um provável resultado das mudanças climáticas [1].

No plano doméstico, tiveram repercussão os resultados de um terceiro ciclo de diálogos de paz entre o governo colombiano e o Estado Maior Central (EMC) das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), grupo paramilitar que tem atuação na Amazônia [2]. As conversas ocorreram em Bogotá, entre 9 e 18 de janeiro, e contaram com uma agenda de discussão referente a meio ambiente, inédita até então. Como resultado do ciclo, um acordo de seis pontos foi anunciado. O ponto 4 trata da agenda ambiental e afirma que as partes darão “atenção especial aos problemas socioambientais da Amazônia, bem como das demais áreas protegidas do país”. Além disso, as partes prorrogaram o cessar fogo bilateral para 15 de julho de 2024, podendo, ainda, ser estendido. Ademais, foi acordada a suspensão do sequestro com fins extorsivos, além do desenvolvimento de ações humanitárias, tais como a libertação de civis e a realização de corredores humanitários em áreas dominadas pelo grupo paramilitar [3].

Na política externa, as relações entre Colômbia e Peru foram estremecidas em 1º de fevereiro. O motivo envolveu a OTCA, após o governo peruano negar apoio ao candidato colombiano Martín Vonhildebrand para ocupar o cargo de Secretário-Geral. O posto exige aprovação consensual de todos os países membros. A posição do governo peruano foi uma retaliação ao apoio que o presidente Gustavo Petro manifesta ao ex-presidente peruano Pedro Castillo, o qual encontra-se preso após uma tentativa de autogolpe, em 2022. A posição pública de Petro de que o ex-presidente não deveria ter sido preso sem uma condenação com o devido processo legal causa um mal-estar contínuo nas relações com a atual presidente peruana, Dina Boluarte. Como resultado, o cargo de Secretário-Geral da OTCA manteve-se vago em fevereiro [4].

Referências

- [1]Disponível em: <https://www.elespectador.com/ambiente/amazonas/se-esperaban-incendios-pero-hay-una-anomalia-muy-particular-en-la-amazonia/>
- [2]Disponível em: <https://www.elcolombiano.com/colombia/este-martes-gobierno-y-disidencias-de-las-farc-inician-el-tercer-ciclo-de-dialogos-de-paz-CN23487995>
- [3]Disponível em: <https://www.elespectador.com/colombia-20/paz-y-memoria/que-dice-el-acuerdo-con-la-disidencia-de-farc-de-mordisco-en-el-tercer-ciclo-de-dialogos-con-el-gobierno-petro/>
- [4]Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/02/01/crise-entre-peru-e-colombia-paralisa-organizacao-regional-sobre-amazonia-e-preocupa-governo-lula.ghtml>

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

No âmbito doméstico, entre o final de janeiro e o início de fevereiro, a Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO-Ecuador), com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), deu início ao curso “Desenvolvimento com perspectiva de riscos: conceitos e ferramentas para os governos autônomos descentralizados municipais do Equador”, orientado para a capacitação de representantes de governos locais em temas ambientais [1]. Cerca de 25 funcionários dos Governos Autônomos Descentralizados (GADs) de Quito,

Latacunga, Cuenca, Guayaquil, Francisco de Orellana, Rumiñahui, Pichincha e da Secretaria de Gestão de Riscos equatoriana participaram do primeiro encontro, em 26 de janeiro.

O programa do curso, que contará com 8 sessões híbridas, inclui temas como: governança de riscos para a redução de desastres, adaptação à mudança climática, resiliência urbana, gestão da água e desenvolvimento resiliente ao clima. Glenda Calvos, diretora de planejamento da prefeitura de Pichincha, destacou que o curso promoverá a união entre academia, agências de cooperação internacional e políticas públicas no fomento a iniciativas voltadas para o desenvolvimento do Equador. Espera-se que, com o curso, os agentes de prefeituras sejam capazes de incorporar a perspectiva da mudança climática em suas atividades de trabalho [1].

Além disso, na política externa, a especialista em projetos de desenvolvimento, Edith Paredes, assumiu como diretora administrativa da OTCA, em 1º de fevereiro [2]. Paredes foi inicialmente cogitada, pelo antigo governo Lasso, para assumir a diretoria executiva, em substituição ao diplomata brasileiro Carlos Lazary [3]. O governo equatoriano, no entanto, não conseguiu convencer o governo brasileiro, que apresentou a ex-senadora Vanessa Grazziotin para concorrer ao cargo. Paredes foi, então, indicada para a diretoria administrativa.

A nova diretoria da OTCA foi aprovada por voto unânime dos oito membros da organização, e as nomeadas permanecerão no cargo pelos próximos três anos. Junto a Grazziotin, Paredes prometeu dar continuidade aos trabalhos realizados pela OTCA em prol do desenvolvimento sustentável da região amazônica e agradeceu o apoio recebido. A nomeação de Paredes e Grazziotin reforçou um compromisso da OTCA de promover a equidade de gênero em todos os níveis de sua estrutura organizacional. A organização, entretanto, ainda não elegeu um(a) Secretário(a)-Geral.

Referências

[1]Disponível em: <https://otca.org/pt/novas-diretoras-da-otca-assuem-o-compromisso-com-a-amazonia/>

[2]Disponível em: <https://www.undp.org/es/ecuador/noticias/7-gads-e-instituciones-publicas-le-apuestan-la-gestion-de-riesgos-como-parte-del-desarrollo-sostenible-en-ecuador>

[3]Disponível em: <https://www.cancilleria.gob.ec/2023/05/02/ecuador-presenta-la-candidatura-a-la-direccion-ejecutiva-de-la-otca-antes-de-la-visita-del-canciller-brasileno/>

Guiana

Por Guilherme Fritz

Em fevereiro, a Guiana assumiu a presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas e destacou o meio ambiente como tema de debates. A cadeira do país será ocupada pela representante permanente da Guiana nas Nações Unidas, Carolyn Rodrigues-Birkett, ex-ministra das Relações Exteriores e Cooperação Internacional. No dia 13, o presidente Irfaan Ali liderou uma reunião do Conselho e incluiu, na pauta, a crise climática, o desenvolvimento sustentável, a segurança alimentar e a paz no mundo [1] [2]. Esta escolha de temas reflete os desafios que o país enfrenta atualmente para conciliar a produção crescente de petróleo com compromissos ambientais e necessidades econômicas, ao mesmo tempo em que tem

de rechaçar a reivindicação de soberania, por parte da Venezuela, de seu território de Essequibo, na região amazônica.

Entre os dias 19 e 22 de fevereiro, foi realizada a Guyana Energy Conference & Supply Chain Expo na capital do país, Georgetown. O evento contou com a participação de alguns países e grandes empresas do setor de energia, aumentando as expectativas quanto ao futuro da Guiana, principalmente no que tange ao setor de óleo e gás [3]. Personalidades políticas, como o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, fizeram declarações a respeito da importância do evento e do desenvolvimento de um setor energético sustentável [4]. O ex-presidente da Colômbia, Iván Duque, foi enfático ao declarar que cada dólar investido na Guiana é “mais verde” do que qualquer investimento no restante do hemisfério [5], em referência à estratégia de Desenvolvimento de Baixo Carbono (Low-Carbon Development Strategy – LCDS) elaborada pela Guiana [6].

O evento evidenciou que a abundância de petróleo no país vem transformando a Guiana em um dos países com as maiores taxas de crescimento do planeta e lhe dando maior atenção internacional [7]. A aparente contradição entre exploração petrolífera e discurso sustentável tenta ser atenuada, pelo governo guianense, por meio do mercado de créditos de carbono, tendo como foco a Amazônia e o desmatamento zero. No mês de fevereiro, o país anunciou os primeiros créditos de carbono que poderão ser usados pela Organização Internacional de Aviação Civil das Nações Unidas (CORISIA), com um preço base de US\$ 20,00 [8].

Também em fevereiro, ocorreu a 46ª cúpula da Comunidade do Caribe (CARICOM), realizada entre os dias 25 e 28, em Georgetown, e presidida por Irfaan Ali. No dia de encerramento, ocorreu uma reunião trilateral entre Ali, Chandrikapersad Santokhi, presidente do Suriname, e Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil, que foi convidado para a cúpula [9]. O teor das discussões envolveu a importância de se aprofundar a integração da Amazônia e da América do Sul (tanto de forma física como digital), a cooperação energética e o combate às atividades ilegais transfronteiriças. Irfaan Ali e Lula também se encontraram no dia seguinte ao fim da cúpula para discutir a manutenção da paz no continente, a segurança alimentar, a importância da exploração responsável do meio ambiente e a integração infraestrutural [10].

A estabilidade na região de Essequibo é fundamental para o alcance de todas as ambições mencionadas, e o governo brasileiro vem cumprindo um papel importante no que tange a diplomacia necessária para isso. Guiana e Venezuela, apesar de não mudarem seus posicionamentos sobre a soberania de Essequibo, não abdicaram da diplomacia, o que é exemplificado pelo credenciamento, em 21 de fevereiro, de Richard Van West-Charles como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Guiana na Venezuela [11].

Referências

[1]Disponível em: <https://press.un.org/en/2024/20240201sc.doc.htm>

[2]Disponível em: <https://press.un.org/en/2024/sc15589.doc.htm>

[3]Disponível em: <https://guyanaenergy.gy>

[4]Disponível em: <https://guyanachronicle.com/2024/02/20/pm-modi-emphasises-importance-of-guyana-energy-conference-supply-chain-expo/>

[5]Disponível em: <https://guyanachronicle.com/2024/02/20/this-is-the-time-to-invest->



[in-guyana/](#)

[6]Disponível em: <https://lcds.gov.gy>

[7]Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cy0dzt8nn8do>

[8]Disponível em: <https://lcds.gov.gy/guyana-announces-worlds-first-carbon-credits-for-use-in-un-airline-compliance-programme-corsia>

[9]Disponível em: <https://www.reuters.com/markets/commodities/brazil-guyana-suriname-eye-more-cooperation-oil-gas-2024-02-29/>

[10]Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/em-visita-a-guiana-lula-diz-que-o-brasil-nao-quer-contencioso-com-nenhum-pais-do-mundo/>

[11]Disponível em: <https://www.minfor.gov.gy/newsroom/he-dr-richard-van-west-charles-formally-accredited-ambassador-extraordinary-and> .

Peru

Por Kethlyn Winter e Jefferson Nascimento

No dia 1º de fevereiro, a Sociedade Nacional de Indústrias (SNI) do Peru organizou o fórum Ucayali: región geoestratégica, que teve como objetivo, entre outros, discutir as potencialidades da Amazônia e do departamento de Ucayali para a construção de uma economia mais sustentável. O encontro teve a participação do embaixador peruano Carlos Vásquez, que ocupa a presidência das Reuniões de Altos Funcionários da APEC (Cooperação Econômica da Ásia do Pacífico, bloco econômico que reúne Estados Unidos, China e países da América Latina, da Ásia e da Oceania). O debate foi organizado tendo em vista reuniões ministeriais no âmbito da APEC, em 2024, que discutirão a agenda “APEC 2040”, que visa à inclusão e à sustentabilidade nas sociedades e economias dos países-membros [1].

Além disso, em 12 de fevereiro, o governo da cidade de Iquitos, no departamento de Loreto, também na Amazônia peruana, assumiu um papel proeminente nas comemorações do 482º aniversário do descobrimento do Rio Amazonas por europeus. Por meio da participação em diversos eventos, a Secretária de Relações Exteriores de Iquitos, Mercedes Gil, destacou a importância do Rio Amazonas como símbolo turístico, motor do desenvolvimento socioeconômico da região e aliado crucial na luta contra as mudanças climáticas. Em uma conversa sobre a tríplice fronteira com Brasil e Colômbia, Gil defendeu o avanço de uma política de desenvolvimento fronteiriço, projetos binacionais e comitês de integração [2] [3].

Contudo, embora o governo peruano propague um discurso de sustentabilidade, o desmatamento ilegal na Amazônia peruana persiste como um problema grave. Um relatório da Agência de Investigação Ambiental (EIA), organização civil internacional com sede no Reino Unido e escritórios em diversos países, expôs preocupações em relação à nova Lei Florestal, aprovada em janeiro de 2024, que absolve crimes ambientais passados e coloca em risco acordos comerciais internacionais. A Lei contradiz as diretrizes europeias que proíbem a importação de produtos de áreas desmatadas, mesmo que legalmente, após dezembro de 2020. Além disso, viola o Acordo Comercial entre Estados Unidos e Peru, priorizando o comércio em detrimento da proteção ambiental.

Nas últimas duas décadas, segundo o relatório da EIA, 2.774.563 hectares da Amazônia peruana foram desmatados, grande parte nos departamentos de Loreto e Ucayali, principalmente de forma ilegal. A EIA denuncia empresas de óleo

de palma e cacau como responsáveis por grande parte do desmatamento, muitas vezes operando sem punição. O relatório identifica, nominalmente, 10 empresas que desmatam sem autorização e violam os direitos das comunidades locais. A EIA aponta a necessidade urgente de medidas para conter o desmatamento e proteger a Amazônia, responsabilizando empresas e corrigindo deficiências no sistema legal e institucional. A organização também pede a revogação da Lei Florestal e a responsabilização das empresas que cometeram crimes, apelando para que União Europeia, Noruega, Alemanha e Estados Unidos cooperem neste sentido [4].

Referências

[1]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/902742-apec-2024-cancilleria-participa-en-foro-ucayali-region-geoestrategica-que-destaca-las-oportunidades-de-la-amazonia-para-las-pymes>

[2]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/905884-cancilleria-iqitos-destaca-la-importancia-del-rio-amazonas-en-su-aniversario-482>

[3]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/907319-cancilleria-iqitos-lidera-debate-sobre-desarrollo-e-integracion-fronteriza-en-aniversario-del-rio-amazonas>

[4]Disponível em: <https://larepublica.pe/sociedad/2024/02/07/ley-forestal-legaliza-deforestacion-y-fomenta-mas-destruccion-advierte-agencia-internacional-356568>

Suriname

Por Guilherme Fritz

Conforme já mencionado neste monitor, no final do mês de fevereiro, foi realizada a 46ª Cúpula da Comunidade do Caribe (CARICOM), em Georgetown, capital da Guiana. O encontro tratou de reforçar a integração caribenha, o desenvolvimento regional e também os desafios respectivos às mudanças climáticas. Para além das conversas com países vizinhos, representantes do Suriname tiveram reuniões bilaterais com países convidados, como Japão, Emirados Árabes Unidos e Singapura, a fim de reforçar parcerias que envolvem fornecimento de alimentos e petróleo em troca de investimentos em infraestrutura, por exemplo [1]. Além disso, no último dia da cúpula, 28 de fevereiro, ocorreu uma reunião trilateral entre o presidente surinamês Chandrikapersad Santokhi com seus homólogos Irfaan Ali, da Guiana, e Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil. O teor das discussões envolveu a importância de se aprofundar a integração da Amazônia e da América do Sul - tanto de forma física como digital, a cooperação energética e o combate às atividades ilegais transfronteiriças [2].

Apesar da descoberta recente de grandes reservas de petróleo no Suriname expandirem seu papel na área de cooperação energética, a principal atividade econômica exportadora do país segue sendo a mineração de ouro. Segundo o Observatório de Complexidade Econômica (Observatory of Economic Complexity – OEA), a exportação de ouro conforma mais da metade das suas exportações [3]. Este tipo de atividade gera danos significativos ao meio ambiente, já que implica, necessariamente, em desmatamento e, frequentemente, utilização de produtos nocivos à saúde para que haja a separação do ouro de outros minerais. O uso de

mercúrio de forma indiscriminada é muito comum, no Suriname, em minas com baixa complexidade tecnológica. Muitas atividades nesse setor foram e são realizadas por mineradoras chinesas, e o grande número de minas abertas deixa uma grande quantidade de “sítios tóxicos”, responsáveis pela degradação do espaço e acidentes nos últimos anos. A contradição entre a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico é notável no país, pois a mineração ancora as expectativas financeiras e econômicas do Estado e tem grande importância na configuração da economia do país [4].

Referências

[1]Disponível em: <https://gov.sr/suriname-voert-bilaterale-gesprekken-in-guyana-2/>

[2]Disponível em: <https://gov.sr/gezamenlijke-verklaring-van-de-presidenten-van-de-cooperatieve-republiek-guyana-de-federatieve-republiek-brazilie-en-de-republiek-suriname/>

[3]Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/sur?latestDataNonSubnationalMonthSelector=202401&latestTrendsFlowSelectorNonSubnat=flow0#historical-data>

[4]Disponível em: <https://www.dbsuriname.com/2024/02/08/china-er-zijn-steeds-meer-lekkages-bij-chinese-tailing-ponds-van-mijnbouwbedrijven/>

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

O mês de fevereiro foi marcado, na Amazônia venezuelana, por uma tragédia no estado de Bolívar. Em 20 de fevereiro, ocorreu um deslizamento de terra na mina Bulla Loca, localizada na cidade de La Paragua, acarretando a morte de venezuelanos e deixando diversos feridos. No dia seguinte ao deslizamento, o prefeito da cidade, Yorgi Arciniega, do partido Acción Democrática, afirmou que já se contabilizavam 70 pessoas soterradas [1].

A força-tarefa montada para as ações de busca e salvamento contou com a liderança do vice-ministro de Gestão de Riscos e Proteção Civil da Venezuela, Carlos Pérez Ampueda, sob instrução do ministro das Relações Exteriores, Justiça e Paz, Remigio Ceballos. Funcionários do Serviço Nacional de Gestão de Riscos e Emergências montaram tendas para triagem e atendimento pré-hospitalar de vítimas, e enviaram ambulâncias para atendimento e transferência de feridos [2].

Em entrevista à imprensa, especialistas da ONG SOS Orinoco afirmaram que o ocorrido se tratou de um ecocídio, ocasionado pela proliferação das práticas de mineração ilegal, comuns na região em questão. Para a ONG, o responsável pelo acontecimento foi o Estado venezuelano, que impulsiona um modelo extrativista, ecocida e criminoso, que prejudica a preservação ambiental da Amazônia. A organização também denuncia que as operações militares no estado aumentaram práticas ilegais naquele território. No caso da mina Bulla Loca, houve um crescimento de 80 hectares em 10 meses [3].

Por sua vez, Eumelis Moya, coordenadora do Centro de Direitos Humanos da Universidade Católica Andrés Bello (UCAB), explicou que a zona é explorada por meio de “processos artesanais que aumentam as probabilidades de deslizamentos de terra e inundações”. Ademais, a mineração provoca o envenenamento da água dos rios próximos com cianeto e mercúrio, o que afeta não apenas a população indígena

que reside nas proximidades, como também as cidades por onde os rios passam [4].

No que se refere às ações tomadas pelo governo central a respeito da tragédia, Nicolás Maduro, presidente venezuelano, ordenou uma investigação para “liberar” zonas com práticas de mineração ilegal no estado de Bolívar, assim como a montagem de um plano de reflorestação [5].

Referências

- [1]Disponível em: <https://www.eluniversal.com/sucesos/175447/derrumbe-de-una-mina-de-oro-en-el-estado-bolivar-deja-al-menos-30-muertos-y-100-personas-sepultadas>
- [2]Disponível em: <https://www.eluniversal.com/venezuela/175473/gobierno-nacional-mantiene-operaciones-de-busqueda-y-rescate-por-colapso-de-la-mina-bulla-loca-en>
- [3]Disponível em: <https://www.elnacional.com/venezuela/sos-orinoco-denuncia-expansion-acelerada-de-la-mina-ilegal-que-colapso-en-bolivar/>
- [4]Disponível em: <https://www.elnacional.com/venezuela/el-colapso-de-mina-bulla-loca-en-bolivar-en-tres-claves/>
- [5]Disponível em: <https://efectococuyo.com/politica/maduro-ordena-investigacion-y-accion-para-liberar-zonas-afectadas-por-mineria-ilegal-en-bolivar/>

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

No dia 1º de fevereiro, Alexandra Moreira encerrou seu mandato como Secretária-Geral da OTCA. Durante cerimônia realizada no Itamaraty, comandada pela embaixadora Gisela Padovan, Alexandra recebeu, do Brasil, a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul [1]. No mesmo dia, conforme mencionado anteriormente neste monitor, foram empossadas as duas novas diretoras da organização: a ex-senadora brasileira, Vanessa Grazziotin, e a especialista em projetos de desenvolvimento, Edith Paredes, do Equador [2].

Aprovadas por unanimidade, Grazziotin e Paredes assumiram, respectivamente, os cargos de Diretora Executiva e Diretora Administrativa da OTCA. Em discursos, enfatizaram que, durante a gestão, trabalharão para fomentar o desenvolvimento sustentável da região amazônica. A escolha de um novo Secretário-Geral, por outro lado, foi paralisada após o Peru apresentar desacordo com o nome indicado pela Colômbia. O fato ocorre após o presidente colombiano Gustavo Petro fazer declarações de apoio ao ex-presidente peruano Pedro Castillo, em desafio à legitimidade da atual presidente do Peru, Dina Boluarte [3]. O governo colombiano chegou a emitir uma nota informando que suspenderia sua participação nas reuniões da OTCA enquanto a questão não fosse resolvida. Ao longo de fevereiro, não houve consenso em torno do nome que irá ocupar o cargo.

No mesmo dia, foi anunciado o início do projeto “Fortalecimento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica”, financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) [4]. O objetivo do projeto é consolidar o Observatório Regional Amazônico (ORA) entre os países-membro da organização e aumentar sua institucionalidade por meio do incentivo à modernização de sistemas e geração de informações atualizadas e de qualidade. O orçamento disponibilizado para a implementação das ações - que incluem a criação de um Painel Técnico-

Científico Intergovernamental da Amazônia, de um Plano Regional de Diversidade Biológica da OTCA e do desenvolvimento de uma Estratégia de Gestão de Risco de Desastres na Amazônia contra o Fenômeno El Niño - chega a US\$ 3 milhões, distribuídos em um período de três anos (2024-2026).

No dia 6 de fevereiro, o Embaixador do Canadá no Brasil, Emmanuel Kamarianakis, visitou a sede da OTCA, em Brasília, para discutir possíveis áreas de colaboração entre o país e a organização, com foco em sustentabilidade e no desenvolvimento da região amazônica, priorizando a conservação ambiental e o fortalecimento das comunidades locais [5].

No dia 19 de fevereiro, representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE) do Brasil se encontraram com a Diretora Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, com o intuito de discutir iniciativas voltadas para a educação e a pesquisa na região amazônica [6]. Os líderes estudantis destacaram a realização do II Encontro de Estudantes da Amazônia, promovido pela Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém, que fomentou a troca de conhecimento entre estudantes da região, além de mencionar a proposta de criação da Universidade Amazônica, que visa a impulsionar a produção de conhecimento científico local. A ideia coincide com o processo de reativação da Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ) e com as Resoluções nº 26 e nº 16 da OTCA, que propõem a cooperação entre instituições de ensino superior e a criação de um Painel Científico, capazes de promover pesquisas e embasar políticas de conservação e desenvolvimento sustentável na Amazônia.

No dia 20 de fevereiro, a OTCA foi convidada para participar da primeira reunião ministerial do G20, que aconteceu entre os dias 21 e 22, no Rio de Janeiro [7]. O tema principal da reunião foi a reforma da governança global com ênfase nos temas da fome, pobreza e desenvolvimento sustentável. Segundo as diretoras Vanessa Grazziotin e Edith Paredes, a contribuição da OTCA se justifica pela importância da Amazônia para a regulação do clima global e da conservação da biodiversidade, além da manutenção dos serviços ecossistêmicos essenciais. No mais, são fundamentais a cooperação internacional e os investimentos direcionados para o cumprimento dos compromissos firmados na Declaração de Belém, emitida na última cúpula presidencial da OTCA, em 2023. Durante os encontros do G20, espera-se que a OTCA apresente resultados dos projetos em andamento e sinalize estratégias que conciliem crescimento econômico e preservação ambiental.

Nos dias 27 e 28 de fevereiro, atores vinculados à área de recursos hídricos se reuniram em Brasília para identificar ações prioritárias de implementação do Programa de Ações Estratégicas (PAE) da Amazônia [8]. O evento, organizado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e pela OTCA, contou com a participação da ministra do Meio Ambiente do Brasil, Marina Silva, o ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, e a Diretora-Presidente da ANA, Ana Carolina Argolo, além da Diretora Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin. A reunião, que faz parte do ciclo de oficinas de implementação do PAE, que acontecem desde agosto de 2023, visa a obter insumos para a construção da gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos transfronteiriços da Bacia do Rio Amazonas e conta com apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF).

No dia 23 de fevereiro, a Diretora Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin,



participou do II Encontro Regional sobre Estratégias para Enfrentamento aos Ilícitos Ambientais na Amazônia, organizado pelo Instituto Igarapé e pela Polícia Federal em Brasília [9]. Dialogando com a Comissão Especial de Segurança Pública e Ilícitos Transfronteiriços na Região Amazônica da OTCA, inscrita na Resolução 9 da Declaração de Belém, o encontro reuniu representantes da INTERPOL, GAFILAT, Rede Jaguar, El Programa PacCto 2.0 da EU-LAC, UNODC Brasil e Embaixada do Reino Unido. Além de discutir a ampliação dos recursos financeiros e humanos, as autoridades presentes propuseram medidas para a consolidação da área, como a análise comparativa da legislação dos diferentes países envolvidos e a necessidade de criar um grupo de trabalho permanente na comissão.

Encerrando o mês de fevereiro, no dia 27, foi inaugurada, na sede da OTCA em Brasília, a Oficina Nacional do Programa de Ações Estratégicas (PAE) na Bacia Amazônica [10]. Além da Diretora Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, participaram da atividade o Ministro Waldez Góes, do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, a Secretária Executiva Adjunta do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Anna Flávia de Senna Franco, e a Diretora-Presidente em exercício da ANA, Ana Carolina Argolo. Todos os representantes brasileiros destacaram a importância da cooperação regional para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, especialmente a gestão integrada dos recursos hídricos da região. A Secretária Anna Flávia de Senna, destacou ainda a importância da água na conquista da justiça climática e do bem-estar na Amazônia, enfatizando a centralidade do PAE. Há também, na oficina, a preocupação de garantir a capacitação em programas e políticas com perspectiva de equidade de gênero.

Por fim, no dia 28 de fevereiro, foi noticiado um encontro entre representantes do Núcleo de Estudos Amazônicos (NEAz) da Universidade de Brasília (UnB) e as diretoras da OTCA, Vanessa Grazziotin e Edith Paredes [11]. O tema principal da reunião foi a retomada das discussões sobre o memorando de entendimento entre a OTCA e a UnB, com a finalidade de promover a cooperação e o intercâmbio acadêmico, científico e cultural entre ambas as instituições.

Referências

- [1]Disponível em: <https://otca.org/pt/alexandra-moreira-e-homenageada-com-a-gra-cruz-da-ordem-nacional-do-cruzeiro-do-sul-ao-encerrar-mandato-na-otca/>
- [2]Disponível em: <https://otca.org/pt/novas-diretoras-da-otca-assuem-o-compromisso-com-a-amazonia/>
- [3]Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/02/01/crise-entre-peru-e-colombia-paralisa-organizacao-regional-sobre-amazonia-e-preocupa-governo-lula.ghtml>
- [4]Disponível em: <https://otca.org/pt/a-otca-inicia-projeto-para-posicionar-o-observatorio-regional-da-amazonia-como-um-instrumento-fundamental-para-o-desenvolvimento-sustentavel/>
- [5]Disponível em: <https://otca.org/pt/embaixador-do-canada-visita-a-otca-para-discutir-cooperacao-na-regiao-amazonica/>
- [6]Disponível em: <https://otca.org/pt/une-e-otca-unem-esforcos-para-impulsionar-a-educacao-e-pesquisa-na-amazonia/>
- [7]Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-participa-como-convidada-da-primeira-reuniao-ministerial-do-g20/>
- [8]Disponível em: <https://otca.org/pt/brasil-realiza-nos-dias-27-e-28-a-oficina-nacional-de-implementacao-do-pae-para-a-gestao-integrada-das-aguas-na-bacia-amazonica/>
- [9]Disponível em: <https://otca.org/pt/diretora-executiva-da-otca-participa-do-ii->

[encontro-regional-sobre-estrategias-para-enfrentar-os-crimes-ambientais-na-amazonia/](#)

[10]Disponível em: <https://otca.org/pt/a-otca-e-a-agencia-nacional-de-aguas-e-saneamento-basico-ana-abrem-em-brasilia-a-oficina-nacional-do-programa-de-acoes-estrategicas-na-bacia-amazonica/>

[11]Disponível em: <https://otca.org/pt/neaz-unb-e-otca-retomam-dialogo-academica/>





GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Março de 2024

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em dezembro de 2023. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Através de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia.....	61
Brasil.....	62
Colômbia.....	64
Equador.....	66
Guiana.....	67
Peru.....	68
Suriname.....	69
Venezuela.....	70
OTCA.....	71

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

No início do mês de março de 2024, o presidente Luis Arce nomeou Alan Lisperguer como novo ministro de Meio Ambiente e Água da Bolívia [1]. Mudanças também aconteceram em outros ministérios e, segundo o presidente boliviano, foram feitas por motivações ligadas às organizações sociais, frisando a importância da transparência e honestidade das autoridades em seus atos [2]. Em seu discurso de posse, Alan Lisperguer afirmou que pretende fortalecer

o Ministério do Meio Ambiente e da Água com ações que aumentam o bem-estar da população boliviana, focando em políticas voltadas, principalmente, ao abastecimento de água [1].

Na política externa, a Bolívia e a União Europeia (UE) concluíram, no dia 18 de março, a assinatura do documento intitulado “Adaptação às alterações climáticas através da gestão e governação das bacias hidrográficas, das florestas e da gestão dos riscos de catástrofes”. Pela parceria, a organização europeia investirá mais de \$ 31 milhões de euros no país sul-americano, focando especialmente em ações voltadas para mitigar as mudanças climáticas no país e na região [3]. A ministra das relações exteriores da Bolívia, Celinda Sosa, afirmou que os recursos apoiarão projetos de “conservação, restauração, governança e uso sustentável dos recursos naturais, da biodiversidade e do ecossistema, incluindo florestas”, bem como projetos que reforcem a “prevenção e a gestão dos riscos de catástrofes a nível nacional e subnacional no âmbito do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (PDES, sigla em espanhol) de 2021 a 2025” [3]. Sosa enfatizou, ainda, o compromisso do Estado boliviano em adotar medidas em que o setor privado e a sociedade tenham participação ativa, inclusive iniciativas para melhorar a gestão de comunidades frente às mudanças climáticas, garantindo “a segurança hídrica, alimentar e o equilíbrio dos sistemas de vida” [3]. Por sua vez, o representante do Comissário da União Europeia, Virginijus Sinkevicius, destacou que “a Bolívia é um parceiro importante para a Europa na América do Sul” [4]. A primeira remessa do dinheiro da ação já foi realizada em dezembro de 2023, na quantia de \$ 8 milhões de euros [5].

Referências

[1]Disponível em: https://eldeber.com.bo/pais/arce-cambia-a-cinco-ministros-de-su-gabinete_358766

[2]Disponível em: <https://www.mmaya.gob.bo/2024/03/lisperguer-es-posesionado-por-el-presidente-arce-como-nuevo-ministro-de-medio-ambiente-y-agua/>

[3]Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/03/18/14364/>

[4]Disponível em: <https://www.mmaya.gob.bo/2024/03/gobierno-y-la-ue-realizan-la-presentacion-oficial-del-apoyo-presupuestario-de-31-millones-de-euros-para-respaldar-los-planes-nacionales-de-conservacion-ambiental/>

[5]Disponível em: <https://www.prensa-latina.cu/2024/03/18/bolivia-y-union-europea-firman-acuerdo-sobre-cambio-climatico/>

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

Março de 2024 foi marcado, sobretudo, pelo estreitamento de uma parceria entre Brasil e França em prol da Amazônia. No dia 26, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu seu homólogo francês, Emmanuel Macron, em Belém. Ambos firmaram o Apelo de Belém (Chamado Brasil-França à Ambição Climática de Paris a Belém e Além), que incentiva ações coletivas globais de enfrentamento das mudanças climáticas, fomento da transição energética, reforma da arquitetura financeira internacional para atender as necessidades

de transformação ecológica, preservação da Amazônia e outros biomas, proteção dos povos indígenas, luta contra o desmatamento e combate à mineração ilegal. Entre si, os dois países se comprometem a realizar diálogos técnicos e contatos de alto nível para cooperar nestes esforços [1].

Além disso, Lula e Macron também lançaram um Plano de Ação sobre a Bioeconomia e a Proteção das Florestas Tropicais, que reúne quatro objetivos bilaterais: 1) promover, no âmbito do G20, um plano de investimento global, público e privado, para a bioeconomia; 2) elaborar um programa de investimentos em bioeconomia para a Amazônia brasileira e guianense, assim como alavancar € 1 bilhão em investimentos públicos e privados para executá-lo nos próximos quatro anos; 3) defender os mais altos padrões para um mercado de carbono capaz de remunerar os países florestais que investem na restauração de sumidouros de GEE; e 4) promover parcerias inovadoras em todo o mundo para financiar a proteção das florestas tropicais e da biodiversidade [1].

Por fim, o encontro entre Lula e Macron em Belém incluiu uma cerimônia de condecoração do cacique Raoni Metuktire, da etnia Kayapó, com a Ordem Nacional da Legião de Honra, maior comenda que a França concede a nacionais e estrangeiros. No seu discurso, o presidente francês destacou o empenho de Raoni na proteção da floresta amazônica e na conquista de direitos aos povos indígenas. Por sua vez, Lula reiterou o compromisso em zerar o desmatamento da Amazônia até 2030 e aumentar demarcações de terras indígenas. O evento contou com a presença de representantes da Guiana Francesa e de diversas lideranças indígenas [2].

Dois dias depois do encontro no Pará, Lula e Macron tiveram uma reunião bilateral em Brasília. O encontro resultou em 21 acordos de cooperação, em diversas áreas. A maioria dos textos foi assinada pelo chanceler brasileiro, Mauro Viera, e sua homóloga francesa, Stéphane Séjourné, com exceção do Novo Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-França, firmado pelos presidentes, em substituição a um plano de 2008. O item 11 do plano sintetiza uma visão conjunta sobre a Amazônia:

11. O Brasil e a França, dois países presentes na Amazônia, defenderão nos próximos dois anos agenda de proteção das florestas em escala global, que se baseia na transformação da economia, promoção da bioeconomia e valorização dos serviços ecossistêmicos, na inovação e na ciência e no reconhecimento e direitos dos povos indígenas e comunidades locais. No intuito de reconciliar a proteção da floresta com o desenvolvimento econômico, ambos os países adotam um roteiro bilateral para a bioeconomia e a proteção das florestas, cujos princípios defenderão em escala global até na COP30 em Belém do Pará, no coração da Amazônia, e em seu seguimento [3, s.p.].

Entre os demais acordos lançados, há a Declaração de Intenções sobre a Retomada do Centro Franco-Brasileiro de Biodiversidade Amazônica, criado em 2008, a fim de promover pesquisas científicas e cooperação universitária na área do bioma amazônico. Uma primeira reunião do conselho binacional do centro foi marcada para setembro de 2024 [3]. Também foram firmados o Protocolo de Intenções entre o Banco da Amazônia (BASA) e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e a Carta de Intenções sobre a Cooperação entre o Parque Amazônico da Guiana e o Parque das Montanhas do Tumucumaque [3].

Apesar do destaque dado à importância dos povos indígenas para a preservação da Amazônia franco-brasileira, no dia 4 de março, indígenas dos povos Kayapó, Munduruku, Panará, Xavante e do Tapajós, além de ribeirinhos e agricultores familiares, realizaram um protesto em Santarém, no Pará, contra a construção da ferrovia Ferrogrão, incluída no Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do governo federal. O projeto conta com 933 km de extensão, tem custo estimado de R\$ 24 bilhões e ligará a cidade de Sinop, no Mato Grosso, ao porto paraense de Miritituba, para fins de agroexportação, passando por áreas de preservação permanente e terras indígenas, onde vivem aproximadamente 2,6 mil pessoas. Segundo a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, não houve ainda uma consulta prévia livre e informada aos povos indígenas, e os estudos de impacto e risco socioambiental seriam frágeis [4]. No dia 7 de março, a ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, reuniu-se com o ministro dos Transportes, Renan Filho, e obteve o compromisso de que haverá uma consulta a povos de 16 territórios indígenas potencialmente afetados pela Ferrogrão [5].

Por fim, cabe registrar que a Universidade de Maryland e o World Resources Institute (WRI) divulgaram um estudo que avalia que o desmatamento de florestas tropicais no Brasil teve uma queda de 39% no ano de 2023, em comparação com 2022. Também foi apontado que a Colômbia teve um desempenho positivo no combate ao desmatamento em relação a 2022. A equipe de pesquisa atribui às novas lideranças dos dois países, Lula e Petro, um papel fundamental para os resultados positivos, pois seus discursos e medidas favoráveis à preservação ambiental teriam repercussão concreta na realidade [6].

Referências

[1]Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/visita-ao-brasil-do-presidente-da-franca-2013-declaracoes-na-area-ambiental.

[2]Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/pronunciamento-do-presidente-lula-durante-condecoracao-do-presidente-frances-emmanuel-macron-ao-lider-indigena-raoni-metuktire>.

[3]Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/atos-adotados-por-ocasio-da-visita-do-presidente-da-franca-emmanuel-macron-ao-brasil.

[4]Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-03/indigenas-protestam-contrucao-da-ferrograo>.

[5]Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/acordo-entre-sonia-guajajara-e-renan-filho-impactara-obra-da-ferrograo>.

[6]Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/crgrywl9ypxo>.

Colômbia

Por Isabella Pereira e Júlia Furtado Reis

A Colômbia iniciou o mês de março de 2024 se preparando para sediar a XVI Conferência das Partes (COP16) da Convenção sobre Biodiversidade da Organização das Nações Unidas (ONU), que acontecerá entre outubro e novembro de 2024 na cidade de Cali. No dia 6 de março, delegações da Colômbia

e do Reino Unido se reuniram para abordar temas estratégicos para as partes no evento [1]. Para o Reino Unido, o papel da Colômbia em conferências climáticas como a COP16 é fundamental para se chegar a um resultado ambicioso e para ampliar o escopo de proteção à Amazônia.

Por sua vez, em entrevista à imprensa em 21 de março, o presidente colombiano Gustavo Petro afirmou que vê os países amazônicos como peças-chaves para se alcançar bons resultados nas negociações climáticas nos próximos anos [2]. Petro avaliou que tanto a Colômbia, com a COP16 da Biodiversidade, quanto o Brasil, que assumiu a presidência do G20 e se prepara para sediar a COP30 do Clima em 2025, inserem a região em fóruns estratégicos e que o sentido da ação deve ser a busca por encaminhamentos que levem à eliminação progressiva de combustíveis fósseis.

A Colômbia e o Brasil também se destacaram por seus resultados positivos na redução de desmatamento. De acordo com uma pesquisa realizada por analistas do laboratório GLAD da Universidade de Maryland e do World Resources Institute, o desmatamento florestal foi reduzido em 36% no Brasil e 49% na Colômbia em 2023 [3]. Diante do resultado, no dia 4 de março, Petro declarou que tanto o Fundo para a Vida, criado em outubro de 2023 para proteger a biodiversidade colombiana [4], quanto a possível inserção da revitalização da Amazônia em programas de substituição de economia ilícita podem impulsionar a redução do desmatamento ainda mais [5].

No geral, como afirmado na entrevista de 21 de março, Petro acredita que o comércio ilícito de drogas acelerou a destruição ambiental da região ao aumentar a exploração madeireira e reforçar a mineração ilegal [5]. O cultivo ilegal de coca também seria parte do problema [6]. Para Petro, a reação na forma de uma “guerra às drogas” só piorou o cenário em governos anteriores. Nas suas palavras, “temos de acabar com o ciclo atual, em que os segmentos pobres das nossas sociedades [...] são forçados a passar à clandestinidade, empobrecendo regiões que estão essencialmente impedidas de ter oportunidades econômicas” [5]. A solução, para o presidente colombiano, seria uma regulamentação dos mercados que seja capaz de enfrentar problemas sociais e ambientais simultaneamente [7].

Referências

[1]Disponível em: <https://petro.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/Colombia-y-Reino-Unido-fortalecen-sus-relaciones-bilaterales-de-cara-a-la-COP16-de-Biodiversidad-240306.aspx>

[2]Disponível em: <https://es.euronews.com/green/2024/03/22/es-la-hora-de-que-el-amazonas-lidere-en-transicion-justa-descriminalizacion-y-accion-clima>

[3]Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2024-04-04/amazon-deforestation-plunges-in-brazil-and-colombia-bucking-global-trend>

[4]Disponível em: <http://opisa.com.br/wp-content/uploads/2023/12/Monitor-Pan-Amaz%C3%B4nia-Novembro-2023.pdf>

[5]Disponível em: <https://twitter.com/petrogustavo/status/1776016699440902209>

[6]Disponível em: <https://jacobin.com.br/2024/03/gustavo-petro-quer-acabar-com-a-guerra-as-drogas/>

[7]Disponível em: <https://es.euronews.com/green/2024/03/22/es-la-hora-de-que-el-amazonas-lidere-en-transicion-justa-descriminalizacion-y-accion-clima>



Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

No dia 7 de março de 2024, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou um relatório em que acusa o Estado equatoriano de violações à Convenção OIT nº 169 (que versa sobre direitos de povos indígenas) contra comunidades da região da Amazônia equatoriana [1]. Uma reclamação foi levada à OIT em 2021 em favor do povo indígena Shuar Arutam pelas organizações Internacional de Servicios Públicos (ISP), Confederación Nacional de Servidores Públicos del Ecuador (CONASEP) e Federación Nacional de Obreros de los Gobiernos Provinciales del Ecuador (FENOGOPRE), que criticavam 13 projetos de mineração, na forma de concessões pelo governo equatoriano liberadas em 2011, pelo que acarretaram em impactos sociais, econômicos e ambientais negativos [2].

O relatório da OIT apontou violações de direitos sociais, perseguição a lideranças locais e graves impactos decorrentes de atividades de mineração ilegal na região da Cordilheira do Condor. Também lembrou que, apesar de existir uma decisão do ano de 2022 da Corte Constitucional favorável a uma reparação do povo Shuar Arutam, as medidas designadas na sentença não foram implementadas até o presente momento. O relatório condenou, ainda, a exploração de cobre pela empresa canadense Solares Resources, que negocia a implementação de uma planta de mineração próxima as comunidades indígenas Warints e Yawi.

A divulgação do relatório da OIT coincidiu com a primeira participação de um presidente equatoriano em uma reunião da Comunidade de Exploração e Desenvolvimento Mineiro, ocorrida no dia 4 de março, no Canadá [3]. O presidente incumbente, Daniel Noboa, demonstrou interesse em reverter medidas que limitam a exploração mineral na região amazônica e abrir a economia do país para mineradoras estrangeiras, estabelecendo medidas que favoreçam a ampliação de investimentos e a redução de contenciosos legais [4]. Com as medidas, o governo espera atrair até U\$ 4,8 bilhões em investimentos estrangeiros, inclusive para empreendimentos na região amazônica. Grupos ambientalistas manifestaram oposição ao pronunciamento do presidente e afirmaram que as medidas vão na contramão dos resultados de plebiscitos realizados em 2023, que limitaram a mineração e a exploração de petróleo em áreas de interesse ecológico, como a Floresta Amazônica e o Choco Andino [5].

A Amazônia equatoriana também foi afetada por um vazamento de petróleo cru na província de Napo, conforme comunicado emitido pela empresa Oleoducto de Crudos Pesados (OCP) [6]. O vazamento afetou o funcionamento da hidrelétrica Coca Codo Sinclair, uma das mais importantes do país. O histórico de derramamentos de petróleo no bioma amazônico do Equador não é recente, considerando que, em 2022, uma ruptura no mesmo OCP despejou o equivalente a 6.300 barris de petróleo no Parque Nacional Cayambe-Coca. A Ministra do Meio Ambiente, Sade Fritschi, esteve na província de Sucumbíos para supervisionar como os vazamentos afetaram o Río Shushufindi e o setor Sacha [7].

No que concerne o combate ao desmatamento na Amazônia, em 28 de março,



o Ministerio del Ambiente, Agua y Transición Ecológica (MAATE) apresentou a Estrategia Nacional Forestal com o objetivo de reduzir o fenômeno, melhorar a produção sustentável e impulsionar a gestão sustentável das florestas [8]. A ação é apoiada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e pelo Fundo de Investimento Ambiental Sustentável (FIAS), além de ser coordenada pelo Ministerio de Agricultura y Ganadería (MAG) e outros órgãos de Estado do Equador.

Referências

- [1]Disponível em: <https://es.mongabay.com/2024/03/oit-ecuador-incumplio-convenio-169-en-proyectos-mineros-amazonia/>
- [2]Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_916399.pdf
- [3]Disponível em: <https://www.expreso.ec/actualidad/ecuador-concreto-canada-seis-contratos-inversion-minera-192002.html>
- [4]Disponível em: <https://www.primicias.ec/noticias/economia/noboa-mineria-canada-feria-catastro-inversion/>
- [5]Disponível em: <https://www.primicias.ec/noticias/economia/mineria-petroleo-canada-noboa>
- [6]Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/agencias/fuga-de-crudo-en-amazonia-de-ecuador-reduce-temporalmente-capacidad-de-hidroelectrica-nid23032024/>
- [7]Disponível em: <https://www.vistazo.com/actualidad/nacional/sade-fritschi-critica-da-por-desatinada-declaracion-errores-de-nerviosismo-XA7103312>
- [8]Disponível em: <https://www.fao.org/ecuador/noticias/detail-events/en/c/1680259>

Guiana

Por Guilherme Fritz

A tensão entre Guiana e Venezuela em torno da soberania de Essequibo se manteve em destaque na agenda da política guianesa. O território é praticamente sinônimo de sobrevivência para o país, pois guarda reservas de petróleo. Desde de 2020, a matéria-prima corresponde à maior parte das exportações guianesas [1], tendo se tornado fundamental para a estratégia de desenvolvimento do país com a segunda menor população da América do Sul [2] e um dos mais pobres [3]. A renda do petróleo é a principal aposta do governo de Irfaan Ali para programas de desenvolvimento infraestruturais, como o projeto Silica City, que pretende construir uma cidade movida a energia limpa [4]. Manter a soberania sobre Essequibo é, pois, fundamental [5]. Os presidentes Irfaan Ali e Nicolás Maduro já se encontraram algumas vezes para discutir a questão [6], evidenciando certa disposição ao diálogo, porém há dúvidas sobre a solidez da postura por parte do presidente venezuelano.

Além desta incerteza, a exploração de petróleo possui resistência no próprio sistema internacional. O debate sobre combustíveis fósseis não possui uma definição simples, mas por vezes assume a polarização simplificadora de “países desenvolvidos vs. países em desenvolvimento”. Os países que se beneficiaram da Revolução Industrial pressionam para que os países submetidos ao atraso não trilhem os mesmos caminhos de desenvolvimento, pois o custo ambiental seria

elevado. Por sua vez, os países em desenvolvimento frequentemente alegam que a análise de emissões de GEE não deve considerar apenas os valores atuais, mas também os estoques de poluição atmosférica gerados no passado e que cabe ao Norte compensar sua maior responsabilidade histórica auxiliando o Sul na concretização do seu direito ao desenvolvimento [7].

O governo Ali reproduz a posição comum de um país em desenvolvimento e entende que não existem soluções que resultem em melhoria ambiental sem avanço no enfrentamento da pobreza e da superação do atraso econômico. No dia 28 de março, o presidente guianês concedeu uma entrevista ao programa HardTALK da BBC, canal britânico de televisão, e deixou evidente a tensão que perpassa o tema dos combustíveis fósseis hoje [8]. Confrontado pelo entrevistador sobre os danos climáticos que a geração de petróleo no país ocasionará, Ali recusou receber o que considerou ser um sermão, defendeu o imperativo de se superar a pobreza na Guiana e afirmou que europeus estão os principais responsáveis pela emergência climática, ao passo que a Guiana manteve a floresta amazônica de pé sem receber nada por isso até hoje.

Referências

- [1]Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/guy?yearSelector1=2020>
- [2]Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?end=2022&locations=GY-AR-BO-BR-CL-CO-EC-PY-PE-SE-SR-UY-VE&start=2022&view=bar>
- [3]Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=BO-AR-BR-EC-GY-PY-VE-CL-UY-PE-SR>
- [4]Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/03/guiana-comeca-a-erguer-silica-city-sua-cidade-do-futuro-mesmo-sem-projeto.shtml>
- [5]Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/queremos-a-paz-com-a-venezuela-diz-presidente-da-guiana/>
- [6]Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cgr3ke9xgrlo> ; <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/01/25/em-meio-a-crise-sobre-essequibo-itamaraty-recebe-reuniao-entre-guiana-e-venezuela.ghtml> ; <https://www.metropoles.com/mundo/maduro-e-presidente-da-guiana-trocam-presentes-dialogo-e-paz>
- [7]Disponível em: <https://branko2f7.substack.com/p/should-poor-countries-remain-poor>
- [8]Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uyOo7J18aXA&t=3s>

Peru

Por Kethlyn Winter e Jefferson Nascimento

O fortalecimento do controle sobre as fronteiras com os demais países da Pan-Amazônia é um dos principais desafios da política externa peruana, conforme manifestado ao longo do mês. O Ministério de Relações Exteriores (MRE) atuou nos departamentos⁹⁰ de Loreto, do Amazonas e de Madre de Dios, localizados na região amazônica, de forma a combater crimes transnacionais e promover políticas de desenvolvimento sustentável.

No departamento de Loreto, o MRE apoiou a criação do Comitê de

⁹⁰território nacional do Peru é dividido em 25 unidades subnacionais, que são denominadas de "departamentos".



Desenvolvimento de Fronteiras e Integração Fronteiriça. Em nota, a chancelaria cita que tais iniciativas são “de grande importância para o desenvolvimento da região amazônica”, pois “reúnem líderes comprometidos com o progresso da região, têm como objetivo promover atividades para o desenvolvimento sustentável em áreas fronteiriças e abordam questões relacionadas com a integração, educação, saúde, entre outros temas”. Loreto é o maior departamento do país e está localizado no norte do país, fazendo fronteira com Brasil, Colômbia e Equador [1].

No departamento do Amazonas, localizado na divisa com o Equador, a chancelaria conformou uma mesa de trabalho juntos às autoridades departamentais (incluindo o governador, o chefe da Polícia Nacional do Peru, prefeitos e líderes comunitários) para enfrentar a mineração ilegal. O diretor da chancelaria do Amazonas, Iván Silva, destacou a necessidade de se articular soluções multissetoriais que impliquem não apenas no combate aos delitos, mas também no controle das zonas de fronteiras por meio de “atividades e alternativas de desenvolvimento em favor da cidadania” [2].

Em Madre de Dios, funcionários do MRE fizeram viagens pela região da fronteira com o Brasil e a Bolívia, com o objetivo de “conhecer as necessidades das populações locais e avaliar a execução de projetos”. Além disso, em coordenação com o Proyecto Especial Madre de Dios (PEMD), entidade vinculada ao governo subnacional que visa a promover o desenvolvimento sustentável do departamento, o MRE organizou reuniões com especialistas e com a população local para avançar na implementação do projeto Fortalecimiento de cadenas de valor sostenibles de Comunidades Nativas en la Amazonia Peruana. A iniciativa combina os objetivos de promover integração fronteiriça, desenvolvimento sustentável e empoderamento das comunidades nativas. Conta com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento desde 2022 [3].

Referências

[1]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/919606-loreto-instalan-comite-provincial-de-desarrollo-de-fronteras-e-integracion-fronteriza-en-ramon-castilla-y-yavari>

[2]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/912277-cancilleria-amazonas-conforma-mesa-de-trabajo-con-autoridades-regionales-para-erradicar-la-mineria-ilegal-en-zonas-de-frontera>

[3]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/920289-cancilleria-puerto-maldonado-y-proyecto-especial-madre-de-dios-trabajan-juntos-en-zonas-fronterizas>

Suriname

Por Guilherme Fritz

O Suriname tem enfrentado desafios climáticos como a seca e os baixos níveis de reservas de água. No dia 6 de março, o país realizou uma reunião com o Fundo Verde para o Clima (GCF na sigla em inglês) [1], com o intuito de pedir assistência para o planejamento de estratégias sustentáveis para combater as mudanças climáticas e seus efeitos deletérios no país. Para tanto, o país busca qualificar-se para receber financiamento externo. A reunião contou com

a presença dos Ministros Marciano Dasai (Ordenamento do Território e Meio Ambiente) e Albert Ramdin (Negócios Estrangeiros, Negócios Internacionais e Cooperação) [2].

Além disso, no dia 13 de março, durante uma reunião governamental, o presidente Santokhi chamou atenção para a urgência dos desafios climáticos, que oferecem riscos imediatos ao Suriname. Pontua que a escassez de água não afeta apenas o abastecimento hídrico, mas também os transportes fluviais. Entre as ações elencadas pelo governo no encontro, frisou-se a necessidade de melhorar capacidade de adquirir financiamento externo para tratar de desastres nacionais, em convergência com a reunião que ocorreu anteriormente com o GCF [3].

Referências

[1]Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/fundo-verde-do-clima/o-fundo-verde-do-clima-gcf-1#:~:text=O%20Fundo%20Verde%20para%20o,baixo%20carbono%20e%20resili%C3%Aancia%20clim%C3%A1tica.>

[2]Disponível em: <https://gov.sr/suriname-neemt-initiatief-in-strijd-tegen-klimaatverandering/>

[3]Disponível em: <https://gov.sr/president-santokhi-benadrukt-urgentie-klimaatverandering/>

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

Em consonância com as ações realizadas desde 2023, o governo venezuelano, sob atuação da Força Armada Nacional Bolivariana da Venezuela (FANB), manteve, em março, as ações de desmonte de acampamentos ilegais em territórios da Amazônia venezuelana, nos estados de Bolívar e Amazonas. Desde o início de 2024, operações da FANB vem ocorrendo no estado de Amazonas (Operação Escudo Bolivariano Neblina 2024) e em Bolívar (Operação Roraima 2024).

No dia 5 de março, as forças armadas detectaram e destruíram 5 balsas utilizadas para atividades de mineração ilegal no Rio Cunucuma (Amazonas) [1]. O comandante estratégico-operacional, Domingo Hernández Lárez, afirmou que foram apreendidos “martelos de percussão, usinas e outros materiais de apoio logístico às atividades de depreciação ambiental”. No dia seguinte, foi desmantelado um acampamento no município de Maroa (Amazonas).

Segundo Hernández Lárez, o objetivo, com as ações, é que a Venezuela se torne um território de paz. Afirmou, ainda, que “a implantação de minas a céu aberto ou a exploração de hidrocarbonetos não será permitida na Amazônia venezuelana” [2]. Posteriormente, no dia 10, oito minas ilegais foram desmontadas e 28 pessoas foram capturadas no parque nacional de Yapacana (Amazonas) [3] para, posteriormente, serem trasladadas para Puerto Ayacucho [4].

Por sua vez, em Bolívar, no dia 12, o comandante Hernández Lárez comunicou que, até então, cerca de 1.850 mineradores ilegais já haviam sido deslocados de espaços ambientais protegidos do estado. O primeiro grupo se encontrava no território de La Colonial, no Parque Nacional Caura, e o segundo, na mina El Silencio, parte da Reserva Florestal de Imataca [5]. O

número de mineradores ilegais retirados de áreas protegidas aumentou, no dia 16, com o anúncio do porta-voz das Forças Armadas, para mais 2.500, desta vez oriundos da mina La Colonial (Bolívar) [6].

Avançando nas operações, no dia 19, foi publicado que mais 491 pessoas foram retiradas do estado de Bolívar pelo mesmo motivo, provenientes do município de Gran Sabana [7]. No dia 25, Hernández Lárez anunciou que uma embarcação e três jangadas destinadas à mineração ilegal foram destruídas na bacia do rio Aro, no município de Angostura del Orinoco (Bolívar) [8]. Por fim, no dia 26, a FANB localizou, desmantelou e destruiu um acampamento logístico utilizado para mineração ilegal em La Flor, município de Angostura (Bolívar) [9].

Com a intensificação das operações da FANB, em menos de um mês, mais de 7.000 garimpeiros ilegais foram desalojados da região da Amazônia venezuelana, por “praticarem ecocídio arbitrário e descontrolado, desrespeitando o ordenamento territorial”, como afirmou Hernández Lárez. Ademais, o comandante defendeu que tais operações se dão “em conformidade com os planos de segurança, defesa e proteção ambiental” do governo de Nicolás Maduro, os quais estão em curso desde 2023. No entanto, os balanços oficiais das operações não apresentam detalhes acerca do destino das pessoas que foram desalojadas, nem mesmo informam se houve algum processo legal após a evacuação [10].

Referências

- [1]Disponível em: <https://www.eluniversal.com/sucesos/176394/fanb-destruyo-5-bal-sas-usadas-para-la-mineria-ilegal-en-amazonas>
- [2]Disponível em: <https://www.eluniversal.com/sucesos/176476/fanb-desmantela-campamento-minero-en-el-estado-amazonas>
- [3]Disponível em: <https://efectococuyo.com/sucesos/militares-destruyen-8-minas-ile-gales-y-detienen-a-28-personas-en-amazonas/>
- [4]Disponível em: <https://www.eluniversal.com/sucesos/176826/fanb-detiene-a-28-per-sonas-por-mineria-ilegal-en-bolivar-y-amazonas>
- [5]Disponível em: <https://www.eluniversal.com/sucesos/176912/1850-personas-desalo-jo-la-fanb-de-dos-minas-ilegales-en-bolivar>
- [6]Disponível em: <https://www.eluniversal.com/sucesos/177255/fanb-evacua-mas-de-2500-mineros-ilegales-de-la-mina-la-colonial-en-bolivar>
- [7]Disponível em: <https://www.eluniversal.com/sucesos/177477/militares-desalojan-casi-500-personas-de-una-mina-ilegal-en-bolivar>
- [8]Disponível em: <https://www.eluniversal.com/sucesos/177929/fanb-destruyo-embar-caciones-destinadas-a-mineria-ilegal-en-bolivar>
- [9]Disponível em: <https://www.eluniversal.com/sucesos/178023/fanb-desmantela-campamento-logistico-de-mineria-ilegal-en-el-estado-bolivar>
- [10]Disponível em: <https://www.elnacional.com/venezuela/sucesos/mas-de-7-000-mi-neros-ilegales-desalojados-de-amazonas-y-bolivar-en-menos-de-un-mes/>

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

O mês de março começou com um levantamento dos resultados da Oficina Nacional do Programa de Ações Estratégicas (PAE) realizada em Brasília, na

sede da OTCA, que reuniu membros de movimentos sociais, especialistas e representantes de comunidades tradicionais [1]. Foi divulgado, no dia 4, que os participantes debateram o uso estratégico de recursos hídricos e aspectos culturais relacionados à água em sua dimensão transfronteiriça, com ênfase na proposta de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (GIRH) dentro do Projeto Bacia Amazônica (OTCA/PNUMA/GEF). As autoridades presentes destacaram que a cooperação entre os países é fundamental na busca pela segurança hídrica da região amazônica, além de contribuir para a justiça climática e a promoção social.

Considerando o aumento da frequência de secas e inundações, os participantes da oficina reforçaram que algumas ações são prioritárias, como o estabelecimento de redes de monitoramento hidrológico e a instalação de sistemas de alerta. Outros pontos discutidos foram o incremento do conhecimento hidrológico e de modelos de gestão para a bacia amazônica que incluam terras indígenas e unidades de conservação. Neste ponto, os participantes acrescentaram recomendações para garantir a participação e a inclusão de povos e comunidades tradicionais nos sistemas de gerenciamento e governança, conforme os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, e a criação de uma comissão transfronteiriça permanente de povos e comunidades tradicionais no âmbito da OTCA.

A oficina incluiu uma capacitação de gênero voltada para todas as etapas do projeto, com o acréscimo da abordagem da interseccionalidade para assegurar outras condições de vulnerabilidade das populações, como raça, identidade cultural etc. No marco da educação, a Diretora Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, se encontrou com o presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG/Brasil), com o intuito de aproximar as duas instituições [2]. Igualmente importante, na visão de ambos, é a retomada do diálogo entre OTCA e UNAMAZ e a presidência do Brasil no G20.

No mesmo dia foi noticiado um encontro entre Grazziotin, Mariana Folly e João Cumarú, respectivamente Diretora Executiva e Especialista em Advocacy da Plataforma CIPÓ [3]. Folly apresentou o relatório final do workshop “Cooperação Internacional pela Amazônia: caminhos para a implementação da Declaração de Belém”, realizado em outubro passado com o apoio da OTCA. Ela enfatizou as 29 resoluções aprovadas durante a XIV Reunião de Ministros de Relações Exteriores, realizada em novembro de 2023.

No dia 6 de março, em entrevista concedida à OTCA, o professor Naziano Filizola, filiado à Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e à Universidade do Estado do Amazonas (UEA), analisou a importância e os impactos do Sistema Integrado de Monitoramento de Recursos Hídricos e a criação da Plataforma Regional Integrada de Informações sobre Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) [4]. Na entrevista, Filizola destacou os desafios para a harmonização de procedimentos e protocolos utilizados no monitoramento das águas nos diferentes países, bem como as dificuldades de obtenção de informações consistentes. Porém, destacou que a OTCA vem colaborando para agilizar a padronização dos procedimentos e garantir o acesso a insumos técnicos e financiamentos, frisando também a importância da cooperação regional e a atuação de instituições subnacionais nesse processo.



O professor falou sobre a inclusão da sociedade civil na construção de um panorama realista da situação da rede hidrológica, à exemplo da Iniciativa MAP, movimento transfronteiriço da Amazônia Sul Ocidental que atua no desenvolvimento sustentável da região. Com isso, Filizola apontou que um de seus objetivos é organizar seminários para o compartilhamento de informações técnicas e científicas e a mensuração das experiências dos usuários, com o intuito de garantir o aperfeiçoamento contínuo da Plataforma Regional Integrada de Informações sobre a GIRH. Ao fim da entrevista, o especialista pontuou a possibilidade de a OTCA participar de projetos associados à Organização Meteorológica Mundial (OMM), como o WHOS, plataforma que disponibiliza dados hidrometeorológicos, e o HydroSOS, que mapeará o estado de reservas superficiais e subterrâneas de água em diferentes partes do mundo.

Entre os dias 6 e 10 de março, a Diretora-Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, participou da Reunião das Assembleias de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realizada na República Dominicana [5]. No evento “Diálogo de Política Regional: Amazônia Sempre”, ela pontuou os desafios da cooperação na região amazônica e as atividades da organização para o cumprimento da Declaração de Belém. Além disso, Grazziotin elogiou as iniciativas do BID voltadas para o financiamento de ações na Amazônia e enfatizou a necessidade de se coordenar esforços e planejar ações com o aporte de investimentos públicos e privados e aqueles provenientes de cooperação internacional. Nesse ponto, foi divulgado que a Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (ASDI) e o BID formalizaram uma parceria que vai aumentar a capacidade de empréstimo para a estratégia “Amazônia Sempre” em US\$ 469 milhões.

Além dos países amazônicos, participaram também do evento representantes de Canadá, Suíça, Holanda, Finlândia, Noruega e outros. A agenda da Diretora-Executiva da OTCA também incluiu reuniões bilaterais com autoridades do BID, com o Governador do Tocantins, Wanderley Barbosa, a Coordenadora Geral das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA), Fany Kuiru Castro, e a Diretora Geral do Instituto de Pesquisa Científica da Amazônia da Colômbia (SINCHI), Luz Marina Mantilla Cárdenas, além do encontro com a Ministra do Planejamento e Orçamento do Brasil, Simone Tebet, que tratou de cinco rotas de integração sul-americana capazes de conectar os países-membros da OTCA.

Em outro momento, no dia 11 de março, representantes da OTCA, do Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR) do Brasil e da Agência Nacional de Águas (ANA) do país se encontraram para reforçar o comprometimento em garantir o desenvolvimento sustentável da Amazônia [6]. O foco da reunião foi discutir a participação da OTCA em um evento promovido pelo Ministério, em Manaus. A agenda de eventos da OTCA também incluiu, nos dias 12 e 13 de março, a reunião preparatória para a Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias 2024, que acontecerá em Belém do Pará, em novembro [7][8]. Com o apoio do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), a reunião discutiu estratégias de cooperação regional nos marcos da Declaração de Belém, dando destaque aos crimes ambientais.

Também no dia 13, foi divulgado encontro realizado entre membros da OTCA e do Centro Regional para a Cooperação em Educação Superior na América



Latina e Caribe (CRECES), uma iniciativa promovida pela UNESCO-IESALC⁹¹ [9]. O objetivo da reunião foi discutir possíveis colaborações entre as duas instituições para os preparativos da COP-30, em 2025. A reativação da UNAMAZ e o potencial do setor de pesquisas e inovação da região amazônica também compuseram a pauta. Mantendo a COP-30 no horizonte, a Diretora-Executiva da OTCA participou, no dia 15 de março, da Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, em Belém do Pará [10]. Junto ao prefeito da cidade, Antônio Lemos, Grazziotin também esteve no Comitê Executivo do Fórum de Cidades Amazônicas pontuando os desafios impostos pelas mudanças climáticas e o desenvolvimento sustentável da Amazônia. O evento foi promovido pela Associação de Advogados e Advogadas pela Democracia, Justiça e Cidadania (ADJC), com apoio de entidades da sociedade e órgãos governamentais.

Atividades de pesquisa e inovação somadas aos preparativos para a COP-30 também foram tema de reunião entre representantes da OTCA e do Programa Universitário Amazônico (PUAM) realizada no dia 18 de março [11]. No encontro, os participantes falaram sobre possibilidades de cooperação institucional e articulação de universidades católicas em prol do desenvolvimento da Amazônia. Dentre as atividades, houve destaque para o Observatório Regional Amazônico (ORA) e para as propostas de futuras colaborações com o PUAM. Representando o Programa, estiveram o Padre Fernando PonceSJ, presidente da Associação de Universidades confiadas à Companhia de Jesus na América Latina e Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Equador, e Maurício López, diretor da PUAM.

Dando prosseguimento às atividades, a Diretora Administrativa da OTCA, Edith Paredes, e o Especialista em Pesca e Coordenador do Observatório Regional Amazônico (ORA), Mauro Ruffino, participaram da 38ª sessão da Conferência Regional da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), realizada na Guiana [12]. A delegação da OTCA busca levar à FAO a proposta de um projeto regional sobre Integração de Recursos Hídricos e Gestão da Pesca, com o objetivo de intensificar a cooperação para a pesca continental sustentável no contexto da segurança alimentar e nutricional.

No mesmo dia 19, a Diretora-Executiva da OTCA se reuniu com a Ministra da Gestão e da Inovação do Brasil, Esther Dweck, para discutir a possibilidade de ampliação da sede da OTCA em Brasília [13]. No dia 20, um dos destaques foi o comunicado sobre o projeto de estruturação de uma cadeia de sementes florestais na Amazônia paraense [14]. O projeto, que tem como uma de suas figuras centrais a ativista Marinês Lopes de Sousa, primeira mulher eleita para a presidência da Associação da Resex Rio Xingu, faz parte do Projeto Bacia Amazônica (OTCA/PNUMA/GEF), executado pela OTCA, pela ANA e pelo Instituto Socioambiental – ISA. Ele abarca cinco áreas protegidas (Resex Rio Xingu, Resex Rio Iriri, Resex Riozinho do Anfrísio e as Terras Indígenas Arara e Xipaya) que ocupam 1,8 milhão de hectares da Terra do Meio.

A finalidade do projeto é recuperar as áreas degradadas às margens do Rio Xingu, um dos afluentes principais do Amazonas. Valendo-se do conhecimento dos povos da floresta e por meio do mecanismo de pagamento por serviços ambientais, a ação gera renda para as famílias da região ao mesmo tempo que prioriza a

⁹¹International Institute for Higher Education in Latin America and the Caribbean (IESALC).



restauração ecológica, considerada fundamental para a regulação hídrica. O arranjo do projeto engloba associações de povos indígenas e comunidades extrativistas, além de um termo de cooperação com a Universidade Federal do Pará (UFPA). Em 2023, a intervenção cobriu 25 hectares de terra degradada na beira do Xingu e plantou mais de 600 mil sementes com a ajuda das famílias participantes. A previsão é que isto se repita em 2024.

A agenda da OTCA em março incluiu, ainda, a participação da Diretora-Executiva na abertura do “Seminário Internacional Desenvolve Amazônia: a Política de Fronteira e a Bioeconomia na Amazônia”, realizado em Manaus [15]. O seminário reuniu autoridades vinculados à Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), do Ministério de Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), governadores e líderes regionais. Na ocasião, Grazziotin destacou a necessidade de identificar oportunidades na bioeconomia amazônica que promovam oportunidades de investimento, crescimento, inovação e geração de renda, especialmente para as famílias e populações que residem em regiões de fronteira. Ela também citou o fortalecimento institucional da OTCA e priorizou temas como preservação ambiental, saúde pública e segurança.

No dia 22 de março, um resumo da OTCA mostrou os avanços de projetos que tratam sobre o manejo integrado e sustentável dos recursos hídricos dentro do Programa de Ações Estratégicas para a Gestão Integrada da Bacia Amazônica (PAE) [16]. O texto mostrou a atuação da Rede Amazônica de Autoridades da Água (RADA), da Rede Hidrológica Amazônica (RHA) e da Rede de Qualidade da Água (RQA). Nesse caminho, foi divulgado também que a OTCA, por meio de cooperação Sul-Sul, pretende incluir 10 novas Plataformas de Coletas de Dados (PCD) para incrementar o monitoramento do Rio Madeira; e que Bolívia e Peru receberão, cada um, 5 plataformas. Esses dados fornecem insumos para a elaboração de política de prevenção de inundações e secas, sendo fundamentais no desenvolvimento da Plataforma Regional Integrada sobre a Gestão de Recursos Hídricos da Bacia Amazônica.

No mais, o resumo divulgado pela OTCA sugere que a gestão das águas superficiais e, principalmente, subterrâneas se valerá do projeto “Rumo a uma melhor compreensão dos sistemas aquíferos da Amazônia para sua proteção e gestão sustentável”, focado prioritariamente nos territórios de Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Em termos de intervenções, foi pautado que, desde 2023, os projetos vinculados a OTCA tem incorporado discussões e oficinas que tratam de questões de gênero na implementação do PAE. Até o momento, cerca de 100 profissionais foram capacitados na Bolívia, Brasil, Colômbia, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

Atendendo à resiliência comunitária, o PAE prevê intervenções pontuais e a promoção de segurança hídrica nos países pan-amazônicos, seja por meio do estabelecimento de Sistemas de Alerta Precoce (SAP) ou pelo pagamento pela prestação de serviços socioambientais de comunidades tradicionais. Ainda na temática dos recursos hídricos e fechando o mês de março, no dia 26, a diretora Vanessa Grazziotin participou da conferência pelos 20 anos do Observatório HYBAM dos Rios Amazônicos. Representando a OTCA, ela citou os esforços recentes da organização no desenvolvimento de estratégias e políticas voltadas à gestão dos recursos hídricos, além de mencionar o acesso à água e o saneamento básico como condições essenciais de sobrevivência das comunidades

amazônicas. O evento contou com a participação de representantes da ANA, do Serviço Geológico Brasileiro (SGB), da Universidade Federal do Amazonas e da Universidade de Brasília, do Institut de Recherche pour le Développement (IRD) e da Embaixada da França.

Referências

- [1]Disponível em: <https://otca.org/pt/a-implementacao-do-pae-no-brasil-ganha-forca-com-evento-que-reuniu-autoridades-especialistas-e-representantes-de-povos-e-comunidades-tradicionais/>
- [2]Disponível em: <https://otca.org/pt/reuniao-realizada-para-dialogar-o-ensino-superior-na-regiao/>
- [3]Disponível em: <https://otca.org/pt/avancos-e-parcerias-na-implementando-da-declaracao-de-belem-na-amazonia/>
- [4]Disponível em: <https://otca.org/pt/especialista-fala-sobre-os-desafios-da-integracao-dos-sistemas-nacionais-de-monitoramento-ambiental-para-uma-gestao-regional-das-aguas-amazonicas/>
- [5]Disponível em: <https://otca.org/pt/diretora-executiva-vanessa-graziotin-destaca-avancos-da-cooperacao-regional-na-assembleia-do-bid-amazonia-sempre/>
- [6]Disponível em: <https://otca.org/pt/reuniao-de-planejamento-entre-otca-midr-e-ana-fortalece-cooperacao-em-evento-sobre-a-regiao-amazonica/>
- [7]Disponível em: <https://otca.org/pt/conferencia-de-novas-economias-discussoes-iniciais-na-reuniao-preparatoria-em-belem-do-para/>
- [8]Disponível em: <https://otca.org/pt/reuniao-preparatoria-da-conferencia-internacional-sobre-a-amazonia-e-as-novas-economias-2024-concluida-com-sucesso-em-belem-do-para/>
- [9]Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-e-creces-unem-esforcos-para-impulsionar-pesquisa-e-inovacao-na-amazonia/>
- [10]Disponível em: <https://otca.org/pt/vanessa-graziotin-em-belem-dialogo-com-o-prefeito-e-engajamento-na-conferencia-sobre-desenvolvimento-sustentavel-na-amazonia/>
- [11]Disponível em: <https://otca.org/pt/reuniao-entre-a-otca-e-o-programa-universidade-da-amazonia-fortalece-a-colaboracao-interinstitucional/>
- [12]Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-participa-da-38a-conferencia-regional-da-fao/>
- [13]Disponível em: <https://otca.org/pt/a-diretora-executiva-da-otca-e-ministra-da-gestao-e-da-inovacao-se-reunem-para-tratar-ampliacao-da-sede-da-organizacao/>
- [14]Disponível em: <https://otca.org/pt/cadeia-de-sementes-florestais-gera-renda-para-comunidades-tradicionais-da-amazonia-brasileira-e-ajuda-no-combate-as-mudancas-climaticas/>
- [15]Disponível em: <https://otca.org/pt/diretora-executiva-da-otca-destaca-cooperacao-regional-e-potencial-da-bioeconomia-na-amazonia-durante-seminario-internacional/>
- [16]Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-e-paises-membros-avancam-na-implementacao-do-programa-de-acoes-estrategicas-para-a-gestao-integrada-da-bacia-amazonica/>
- [17]Disponível em: <https://otca.org/pt/diretora-da-otca-destaca-a-importancia-da-gestao-sustentavel-da-agua-em-conferencia-do-observatorio-hybam/>